



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Missa dos Trabalhadores e Trabalhadoras “Igreja, Dignidade e Trabalho”

Igreja Matriz de São Bernardo do Campo - SP, 1º de maio de 2004

Meu caro dom Nelson, bispo da Diocese de Santo André,

Meu caro dom Ailton, bispo auxiliar,

Padres,

Seminaristas,

Companheiros e companheiras, trabalhadores e trabalhadoras que participam desta missa, alguns há 24 anos,

Companheiros prefeitos,

Companheiros deputados,

Companheiros vereadores,

Minha querida companheira Marisa,

Companheiras dos prefeitos que estão acompanhando seus maridos,

Meus companheiros da Pastoral Operária,

Meu querido companheiro Frei Beto,

Meu querido companheiro Marinho,

Ministros,

Senadores,

Dom Nelson, possivelmente, o senhor ficará muito tempo no ABC e Deus queira que possa compartilhar conosco de todos os momentos mais importantes que aqui conseguirmos produzir e realizar.

Eu me lembro, no começo dos anos 80 ou no final dos anos 70, do nosso saudoso e querido padre Adelino, que encontrei ontem, em Guariba. Nós comentávamos um pouco os acontecimentos daquela época. E tinha chegado aqui, nesta região, um bispo, na época, um jovem bispo, dom Cláudio



Hummes. E me lembro que algumas pessoas diziam para mim: “Olhe, o bispo dom Cláudio é um grande estudioso da Igreja Católica, talvez um grande intelectual. Ele só tem um probleminha: é um pouco conservador.”

Esse bispo jovem, ao começar a atuar com os trabalhadores e com as trabalhadoras do ABC, transformou-se numa das mais extraordinárias referências da Igreja Católica. E quando foi eleito cardeal, a primeira pergunta que a imprensa me fez era o que eu achava de ter indicado um cardeal conservador para ocupar o lugar do nosso querido dom Paulo Evaristo Arns. E eu dizia: olhe, eu convivi com dom Cláudio muitos anos e, em todos os momentos em que o povo precisou dele, não vi um gesto de conservadorismo, não vi um gesto de vacilação, porque ele esteve conosco em todos os momentos da nossa história, seja dos metalúrgicos, seja dos sem-teto, seja dos sem-terra.

E eu não tenho dúvida de que a nossa Diocese continuará nas suas mãos, tendo esse trabalho extraordinário de proteger aqueles que, muitas vezes, não têm proteção.

Eu me lembro que eu estava preso em 80, mas aqui teve uma grande missa. E eu me lembro que a gente não acreditava que, naquela época, a polícia pudesse entrar na sacristia e tivemos que esconder alguns companheiros nossos lá dentro, com a certeza de que a polícia não ia ter coragem de entrar. Não só entrou como soltou bomba de gás lacrimogêneo dentro da sacristia e levou os nossos companheiros presos. Na época, o nosso companheiro Tito Costa era prefeito de São Bernardo do Campo e teve uma participação exuberante.

Toda essa luta que nós fizemos, dom Nelson, não seria possível se não fosse a participação ativa da Igreja. Em todos os fóruns de que participo no mundo inteiro, eu faço questão de dizer da grande participação da Igreja Católica na construção de todas as conquistas que a sociedade brasileira teve nesses últimos anos. E, certamente, vai continuar tendo. Este é um papel que



está reservado aos cristãos e à nossa Igreja Católica, organizar essa sociedade para os fatos importantes. E, dentro da Igreja Católica, tem o papel extraordinário da Pastoral Operária.

Quem já foi militante de base neste país, que andou pelo Brasil, pôde ter consciência de que onde tivesse um movimento de base da Igreja Católica, onde tivesse um padre comprometido com essa luta, a sociedade se organizaria mais rápido. E nós, depois dessa organização, tomamos outras consciências. E hoje vários que estão aqui, dom Nelson, todos que estão aqui, aliás, todos que estão representando alguma coisa enquanto autoridade da sua cidade, do seu município, todos participaram dessas lutas desde 1975, por coincidência, o ano em que dom Cláudio chegou aqui. E todos, hoje, se transformaram em pessoas importantes: prefeitos, vereadores, deputados, senadores e até o presidente da República esse povo elegeu na eleição de 2002.

E agora nós estamos numa outra tarefa e precisamos que a igreja continue cumprindo o seu papel de discutir, de ensinar, de aprender, de organizar, de orientar, como o senhor, por quem eu tenho um apreço extraordinário na nossa relação com a CNBB, porque entendo como uma das entidades mais representativas existente no nosso País, com quem queremos manter cotidianamente as nossas relações.

E por que temos agora que fazer aquilo que acreditávamos que poderíamos fazer? Agora nós não temos mais o direito de criticar ninguém, nós temos o direito apenas de assumir a responsabilidade de transformar em realidade aquilo com que sonhamos. E eu tenho consciência de que vamos fazer, porque se caminhamos, lutando tanto, para chegar onde chegamos, não tenham dúvida de que nós chegaremos a um lugar muito mais distante e iremos concretizar o sonho e o desejo de milhões e milhões de mulheres e homens neste país.

Eu, quando vi essas meninas andando com essa faixa: “procura-se



torneiros”, lembrei que todo mundo queria ser torneiro naquela fábrica. Eu acho que o Marinho, como presidente da CUT, eu acho que os sindicalistas aqui presentes, têm saudade do tempo em que a gente andava e tinha placas nas portas das empresas com a palavra “procura-se”, porque hoje não tem mais. Hoje desapareceram essas placas e o desemprego passa a ser um dos grandes problemas não apenas no Brasil. Mas dentro do Brasil, das grandes regiões metropolitanas, este é um desafio que está colocado para que a gente resolva no nosso mandato, para que pelo menos comecemos a resolvê-lo de forma definitiva. Nunca acabaremos com 100% dos desempregados no Brasil e nem no mundo mas, certamente, teremos muito mais gente trabalhando do que a quantidade de desempregados que nós temos hoje.

Estamos, enquanto governo, preparando todos os investimentos possíveis em áreas que possam gerar empregos, e eu espero que continuemos realizando todo ano essa Missa, porque ela faz parte dos nossos hábitos. Todo 1º de Maio, além de levantarmos de manhã, tomarmos café, nos trocamos e falamos: vamos para a Missa do 1º de Maio. Isso há 24 anos. E eu tenho fé em Deus que vamos continuar fazendo essa Missa, porque um dia haverá um prefeito que irá transformar essa Missa, quem sabe, num ponto turístico para aqueles que visitam a cidade com vontade de ter um pouco mais de consciência e vontade de lutar.

Por isso, gente, que Deus abençoe cada um de nós. E que Deus lhe dê força, dom Nelson, para nos ajudar cada vez mais e muito mais.

Muito obrigado.

/lrj/vpm



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura da carteira de trabalho de número 5 mil da empresa Perdigão

Rio Verde-GO, 05 de maio de 2004

Meu querido companheiro e governador do estado de Goiás, Marconi Perillo,

Meu caro Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura,

Meu caro Ricardo Berzoini,

Meu caro Nildemar, presidente da Perdigão,

Meu caro Maguito Vilela, senador da República,

Meu caro ex-governador, ex-senador, ex-ministro Iris Rezende,

Meu caro Pedro Wilson, prefeito de Goiânia,

Meu caro Paulo Roberto Cunha, prefeito de Rio Verde,

Demais Prefeitos presentes a este ato,

Secretários de Estado,

Vereadores,

Deputados estaduais,

Deputados federais,

Companheiros representantes dos Fundos de Pensão, aqui presentes,

Meu companheiro Meneguelli, presidente do Conselho do SESI,

Eu não vou citar os nomes dos meus companheiros dos Fundos aqui, porque são muitos. Mas eu queria dizer aos companheiros dos Fundos que eu continuo com o otimismo, eu não diria exagerado, de que os Fundos possam cada vez mais investir em atividades para gerar novas oportunidades de emprego para o nosso país, sabendo que só podem investir em coisas muito certas, porque, no dia em que os participantes dos Fundos tiverem que receber as suas aposentadorias, vocês vão ter que ter o dinheiro para pagar a eles.



Então, é preciso investir bem, investir certo e repetir, quem sabe, dezenas de exemplos como este da Perdigão.

Queria cumprimentar as trabalhadoras, os trabalhadores da Perdigão,

Queria cumprimentar o artista Luiz Olinto, que criou este excepcional painel de homenagem a este dia,

Queria cumprimentar o Adevaír Nicomendes Pereira, por ter tido a sua carteira registrada hoje,

Queria cumprimentar a nossa querida Leci Pereira dos Santos, a funcionária de nº 5.001.

Quando vi o Adevaír e a Leci subirem aqui, eu fiquei imaginando a sensação que vocês estavam sentindo. O Adevaír, não, porque já trabalhou em algum outro lugar; está apenas entrando em um novo emprego, tendo uma nova oportunidade. Mas eu fico imaginando a sensação de, num momento de tantas dificuldades para se conseguir emprego, o Adevaír arrumar um emprego aqui, na Perdigão, numa fábrica que representa possibilidades excepcionais para o estado de Goiás, para esta região e para a cidade de Rio Verde.

E a Leci, porque não sei se é o primeiro emprego dela, mas a sensação do primeiro emprego eu acho que todos aqui já sentiram, em algum momento. Não sei nem se você vai poder ir com essa roupa para casa, porque parece-me que tem que se trocar no vestiário. Mas quando eu tive o meu primeiro emprego, Leci, eu tinha que andar da minha casa até a metalúrgica, a fábrica de parafusos Marte. Eu tinha que andar uns 1.500 metros. E quando eu coloquei o meu macacão, quando andei, eu levitei. Era uma sensação de prazer, uma sensação de conquista, uma sensação de que eu estava virando gente. Eu acho que foi um dos dias mais extraordinários da minha vida.

Eu fico imaginando o que vocês devem estar sentindo porque, afinal de contas, numa cidade do interior deste país, a gente nem sempre tem muita oportunidade de trabalhar quando a gente é jovem. E você está tendo a tua



primeira oportunidade, o teu primeiro emprego.

Eu espero que isso seja para você, o que foi para mim. Ou seja, uma coisa realmente prazerosa, uma coisa que você faça com vontade, que você goste de fazer, que te leve a dedicar, a aprender cada vez mais, para que você, daqui a 10 anos, seja uma pessoa muito mais importante dentro da empresa, e também de realização profissional.

Só espero que você não deixe de estudar, porque hoje o conhecimento, a formação profissional de um ser humano é condição básica para que o país possa crescer e para que a pessoa possa crescer na vida e construir a sua família com maior dignidade.

Por isso, eu quero desejar a você, Adevair, e a você, Leci, que Deus possa repetir para vocês, durante muitos e muitos anos, a alegria e o prazer que tiverem hoje ao ter a sua carteira profissional assinada.

Quero dizer ao povo de Rio Verde, ao povo de Goiás, ao nosso prefeito e ao nosso querido governador, que o que está acontecendo aqui, hoje, é uma conquista do Brasil e não somente uma conquista de Goiás ou de Rio Verde. Porque antes vocês produziam basicamente grãos e carnes, geravam empregos na região, mas o processamento, como disse o governador, era feito em outro estado.

A agregação de valores era feita fora do estado. Então, na verdade, os estados produtores ficavam com a menor parcela da riqueza produzida. Isso é muito sintomático no Brasil no caso do café, onde nós somos o maior produtor do mundo e quem vende o café preparado não é o Brasil, é a Alemanha, que não produz um grão de café. Então, ou nós construímos as fábricas aqui para vender café solúvel e colocamos valor agregado ou nós seremos apenas exportadores de produtos *in-natura*.

Quando vocês constroem uma agroindústria como esta, gerando possibilidades enormes de crescimento da economia na cidade e gerando riqueza, a gente percebe que a sensação de otimismo em toda a sociedade é



muito maior.

Eu fico imaginando vocês, jovens, quantas vezes pensaram: “Bom, quando eu crescer eu vou para que lugar trabalhar? Eu vou para Goiânia? Eu vou para São Paulo? Eu vou para Minas Gerais? Eu vou para o Rio de Janeiro?” Não! Vocês cresceram e estão tendo oportunidade de trabalho na terra natal de vocês, sem abdicar do convívio com a família, sem abdicar do convívio dos amigos ou das amigas.

E uma coisa importante que o presidente da Perdigão me disse é que a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras é contratada aqui, na região. Este é um fato extraordinário, porque em outros tempos, no Brasil, quando se abria uma fábrica nova numa cidade, 80% dos trabalhadores vinham de fora e os da cidade ficavam desempregados.

O avanço e a compreensão dos empresários brasileiros chegou a tal ponto que eles preferiram mandar um grupo de gente aqui, da região, se preparar no sul do país. Trouxeram 200 pessoas de fora, mas a grande maioria dos 5 mil são pessoas nascidas e formadas, aqui, na região.

Isso significa, governador, a consolidação da criação de um novo pólo, não apenas de criação de riqueza, mas um novo pólo de formação profissional para os milhões de brasileiros que tanto precisam de um emprego.

Eu queria dizer a vocês que essa questão do emprego é, para mim, uma obsessão, porque eu já fiquei desempregado um ano e pouco, numa crise profunda que teve no Brasil, na década de 60. E eu sei o que é um chefe de família ficar desempregado. Mas hoje me preocupa, sobretudo, não apenas o chefe de família, me preocupam os milhões de adolescentes deste país que, ao terminarem o ensino médio, não conseguem entrar numa universidade, porque não conseguem pagar uma mensalidade. E não conseguem uma oportunidade de emprego porque não têm uma formação profissional.

E me preocupa muito mais os grandes centros urbanos do país, em megalópoles como São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador,



Recife, Fortaleza, grandes cidade com uma concentração de situações difíceis, de moradia, de saneamento, de emprego, de escola. Esses jovens estão perdendo a perspectiva de um futuro que, na nossa época, nós tínhamos, que na nossa adolescência, nós tínhamos. Duas coisas me alentam: a primeira, é a certeza de que a gente pode vencer essa dificuldade. A segunda, o que está acontecendo aqui, hoje, que foi motivo de uma grande reportagem num programa da Rede Globo de Televisão, para falar das regiões do país que estão dando certo. Porque está se apresentando um fenômeno novo para a sociedade.

O ministro Ricardo Berzoini me dizia que, entre janeiro e março, o número de empregos que aconteceram no Brasil, foram de 347 mil novos empregos. Dois terços fora das regiões metropolitanas, ou seja, nas cidades pequenas e médias do país.

É verdade que na década de 40, na década de 50, na década de 60 ou até na década de 70, brasileiros do Brasil inteiro saíam com as suas famílias e naquele tempo não tinha IBGE, não tinha Dieese para medir o desemprego. Mas a gente sabia que tinha desemprego lá, porque minha mãe quando pegou os oito filhos, os colocou num pau-de-arara para ir para São Paulo, é porque queria que os filhos arrumassem emprego. Então, nós não temos mais o fenômeno daquela época, quando milhões de pessoas deixavam os estados mais pobres para se dirigirem aos grandes centros urbanos. Nós, agora, corremos o risco de um fenômeno contrário. Muita gente começa a deixar os grandes centros urbanos para voltar à sua terra natal. E isso pode ser um bem extraordinário se a gente conseguir fazer com que o desenvolvimento regional acompanhe essa possível volta de muita gente que está nos grandes centros urbanos.

Eu dizia ao ministro do Trabalho, esses dias, que era preciso pesquisar quantas empresas deixaram cidades como São Paulo ou Rio de Janeiro. As pessoas, sufocadas pelo trânsito, sufocadas pelas notícias de violência e pela



violência, sufocadas pelo ar muitas vezes contaminado, possivelmente estejam se mudando e é preciso que a gente leve em conta que as empresas não irão gerar mais os empregos que geravam na década de 60, ou pelo menos nos mesmos moldes, em função do avanço tecnológico que nós tivemos neste quase meio século.

Então, nós estamos preocupados com a questão do emprego e é por isso que nós estamos revendo a lei que aprovamos em outubro. Em outubro nós aprovamos uma lei em que a gente pedia para criar o primeiro emprego e ao mesmo tempo a gente criava, Nildemar, uma imposição para que o empregador não pudesse mandar um outro trabalhador embora.

Ora, o que aconteceu? Nós criamos a lei, mas como no Brasil tem lei que pega e tem lei que não pega, essa lei não pegou, por quê? Porque o empresário queria contratar o jovem, mas se ele tivesse que mandar alguém embora por conta da crise econômica, ele não podia. Então, nós estamos mandando agora para o Congresso Nacional uma mudança na lei.

Tomamos uma medida, Governador, que eu acho interessante, sobretudo para a juventude. Eu não estou preocupado apenas com o emprego da juventude, eu estou preocupado com uma coisa mais grave que está acontecendo com a juventude brasileira, nos grandes centros urbanos, sobretudo, que é a desagregação da estrutura social em que ele vive, da estrutura familiar, da perda de valores, da perda de referências. E se nós não cuidarmos disso, nós não saberemos o futuro desse jovem amanhã.

Por isso, nós tomamos uma decisão de fazer com que as Forças Armadas Brasileiras, em vez de contratar 50 mil jovens para se transformarem em soldados, vai contratar 100 mil, dos quais 50 mil nas regiões metropolitanas, nas áreas de risco deste país, para que essa pessoa não apenas ganhe noções de cidadania, mas também aprenda uma profissão nas dependências dos quartéis brasileiros. Estamos pensando em colocar mais 100 mil para fazer curso de seis meses e eu espero que o Sesi, Sebrae, Sesc e



Senai dêem a sua contribuição para que a gente tire esses jovens da área de risco em que eles se encontram e destaque para ele a possibilidade de que há um mundo a ser conquistado e que vai depender um pouco da sua disposição, vai depender um pouco da sua vontade e dos nossos compromissos.

Quando assumi a Presidência da República, eu sabia das dificuldades que iria ter e, em nenhum momento, eu parei para lamentar as coisas que faltavam. Até porque, na minha vida, nunca tive absolutamente nada fácil. Toda conquista foi com muito suor, lágrima e sangue.

O que nós estamos tentando fazer é criar condições para que o Brasil possa, definitivamente, deixar de ser um país em vias de desenvolvimento para se transformar num país desenvolvido, definitivamente.

Por isso é que nós tomamos a decisão, na área econômica, de não inventar nenhuma daquelas coisas que, de vez em quando, se inventa no Brasil e que depois de algum tempo não dão certo e alguém fica com o prejuízo. E o povo pobre é quem fica com o prejuízo.

Nós estamos lembrando aqui o que foi o Plano Collor, o Plano Verão, o Plano Bresser. Nós estamos lembrados do que resultou o Plano Cruzado, o Plano Real. Ou seja, nós achamos que o Brasil precisa de credibilidade. O mesmo comportamento, Governador, que Vossa Excelência teve ao ser chamado, junto com o presidente da Perdigão, para saber se ia cumprir o acordo feito pelo governador Maguito Vilela. E o senhor não apenas cumpriu, como estabeleceu regras ainda maiores para que a Perdigão acontecesse.

No Brasil, nós não estamos precisando de uma invenção. Estamos precisando cumprir as nossas palavras, estabelecer uma relação de credibilidade entre a sociedade e criar as condições para o nosso país crescer definitivamente.

Para isso, nós aprovamos, com um apoio extraordinário – e o governador Marconi Perillo foi um dos baluartes nessa briga – a reforma tributária, a reforma da Previdência Social. E precisaríamos fazer, como



fizemos, a reforma da Previdência Social, para garantir que, daqui a vinte anos, os nossos filhos possam receber. Nesta semana, quando nós fomos discutir o salário mínimo, a gente não discutiu o salário mínimo, o que a gente discutiu, na verdade, foi o déficit da Previdência Social, que, hoje, é da ordem de 31 bilhões de reais e, para cada 10 reais a mais que nós déssemos ao salário mínimo, seriam mais 3 bilhões de reais, num prazo de doze meses.

Se fosse para decretar o salário mínimo para a iniciativa privada, o que aconteceria aqui, numa empresa como esta, Marconi? Esta menina – não vou dizer o seu salário – mas ela vai entrar com uma coisa um pouquinho acima de 400 reais. Isso significa que, para a iniciativa privada, a gente poderia decretar o mínimo de 400, 450, 500 reais, que a iniciativa privada não teria problemas para pagar. O problema, efetivamente, é o problema do Estado brasileiro, é o problema do rombo das contas públicas deste país, que está sufocando os estados, municípios e sufoca também o governo federal.

Mas, ao invés de ficarmos lamentando, o que nós fizemos? Mandamos para o Congresso Nacional a Lei de Falências, que, ontem, parece-me que foi aprovada na Comissão, no Senado. Mandamos o Marco Regulatório para Saneamento Básico, porque, se depender das prefeituras ou se depender do governo do estado, a gente não consegue fazer o saneamento que o Brasil precisa. Então, vamos ter que fazer parcerias. Mandamos – e está no Senado para ser votado – o PPP, o Parceria Público-Privada, que é a possibilidade de a gente construir parte das estradas, das ferrovias, das hidrovias que precisam ser construídas no Brasil. E não adianta ficar imaginando o que o estado pode fazer, porque nem as prefeituras, nem o estado e nem a União têm, hoje, poder de fogo para induzir o crescimento da economia, como acontecia na década de 50, na década de 60.

Nós, então, temos que criar essa parceria para a iniciativa privada, para que a gente possa ter a certeza de que a responsabilidade de fazer o Brasil crescer não é apenas de um prefeito, de um governador ou de um presidente.



São das políticas acertadas que, conjuntamente, conseguirmos realizar, fazendo o Congresso aprovar e executar essa legislação.

Quero dizer que sou agradecido pelo comportamento que o Congresso Nacional teve conosco até agora, porque tudo que nós mandamos foi votado. Acho que o que falta ser votado é tão importante para o crescimento da economia do Brasil quanto a questão da política de juros, que muita gente fala que é muito alto. E é alto mesmo. Mas é importante lembrar que é o mais baixo dos últimos 10 anos. Apenas para refrescar a memória dos críticos, quero lembrar que ele está alto, mas é o mais baixo dos últimos 10 anos, em se tratando de juro real.

Eu quero dizer a todos vocês, aqui, e à Direção da Perdigão, que saio daqui infinitamente mais otimista do que entrei. Saio daqui com a certeza de que para o Brasil não há retorno, nem há muito caminho tortuoso. O Brasil, hoje, tem, como nunca, respeitabilidade a nível internacional. As nossas exportações estão crescendo, ano após ano. Mas nós precisamos combinar o crescimento das nossas exportações com o crescimento do nosso mercado interno. Isso significa investimento.

É por isso que o BNDES tem mais recursos para investimentos, é por isso que o Banco do Brasil tem mais recursos para investimentos, é por isso que um estado como este, e uma região como esta, recebeu, no ano passado, 1 bilhão a mais do Fundo Constitucional, dinheiro do FAT, porque os projetos feitos aqui consumiram todo o dinheiro até o mês de junho. E este ano, só para o estado de Goiás, acho que tem por volta de 1 bilhão e 400, ou 1 bilhão e 300.

Agora, eu quero dizer ao governador e aos empresários, que não faltará dinheiro para o investimento. Se a União não tem, nós vamos ter que fazer parceria. Se não fizermos parceria com a iniciativa privada, os nossos bancos públicos têm dinheiro.

Mandamos uma lei, Marconi, para o Congresso Nacional, para liberar o sistema financeiro brasileiro a investir em habitação, coisa que era



praticamente proibida, porque nos Estados Unidos as pessoas compram casas financiadas em 30 anos ou até mais e, se a pessoa não paga, tem que devolver a casa. Aqui, no Brasil, tem situações em que a pessoa compra a casa, não paga e não a devolve. Ora, significa que ninguém quer financiar, que ninguém está disposto a colocar o seu dinheiro para financiar. E eu não estou falando das casas pequenas, financiadas pela Caixa Econômica Federal, porque essas, a Caixa já tem profissionalismo e competência para fazer. Eu estou pensando em casas de setores médios da sociedade, que podem pagar e que, muitas vezes, não podem comprar porque as da Caixa são muito pequenininhas e muito humildes e ele não tem outro tipo de financiamento.

Portanto, a lei está lá. Essa lei pode criar um fenômeno de reativação da construção civil neste país, a médio prazo. Eu não estou falando para amanhã, para depois de amanhã. Eu estou dizendo que, a médio prazo, a gente pode ter a indústria da construção civil brasileira voltando a ser a grande geradora de empregos que já foi.

No mais, aos trabalhadores, às trabalhadoras da Perdigão, à Leci e ao Adevair, que Deus abençoe todos vocês, que possa ordenar os passos de vocês e que a gente possa ver outros empregados como o Adevair, e outras meninas como a Leci, tendo oportunidade de emprego por este nosso querido país.

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês. E obrigado Nildemar, obrigado governador, obrigado prefeito, obrigado Maguito Vilela, pelo convite de vir aqui, à Perdigão.

/lrj/cms/rss



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração da fábrica de esmagamento de soja da Comigo
Rio Verde-GO, 05 de maio de 2004**

Meu querido companheiro Marconi Perillo, governador do estado de
Goiás,

Meu querido companheiro Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento,

Meu querido companheiro Ricardo Berzoini, ministro do Trabalho,

Meu caro Antonio Chavaglia, presidente da Comigo,

Meu caro Paulo Roberto Cunha, prefeito de Rio Verde,

Eu quero aproveitar para cumprimentar todos os prefeitos das cidades
da região que estão aqui,

Companheiro, senador Maguito Vilela,

Meu caro Iris Rezende, ex-governador e ex-senador da República,

Meu caro Pedro Wilson, prefeito de Goiânia,

Meus companheiros secretários e secretárias de estado,

Parlamentares,

Deputados federais,

Deputados estaduais,

Vereadores,

Meu caro companheiro Meneguelli, presidente do conselho do Sesi,

Meus companheiros da Direção da Cooperativa,

O Roberto não completou a discussão sobre cooperativas. O Brasil tem
um exemplo mais forte de cooperativa na região sul do nosso país. E eu que
ando muito o Brasil – e andei muito mais antes de ser presidente – notava que
faltava um pouco de organização na sociedade brasileira, no setor produtivo e,



sobretudo, entre os pequenos e médios produtores. E comecei a ter, pela primeira vez, o interesse por essa coisa extraordinária chamada cooperativa.

Quando tomei posse, em 1º de janeiro de 2003, uma das primeiras reuniões que eu fiz foi para discutirmos cooperativa. Como criar as condições para que pudéssemos liberar todo e qualquer tipo de cooperativa que fosse possível de ser construída no Brasil. Desde a cooperativa de produtores agrícolas, desde as cooperativas de crédito nos centros das cidades para pequenos comerciantes e cooperativas habitacionais. Para isso fizemos diversas reuniões, várias com muitas cooperativas. O Roberto participou de muitas delas ou de todas, e tiramos praticamente 90% de todos os entraves que tinha no Banco Central. Algumas coisas, inclusive, sobre leis que já tinham sido aprovadas no Parlamento, mas que não tinham normatização do Banco Central e, portanto, estavam impedindo as cooperativas de existirem. Então, nós criamos as condições para as cooperativas funcionarem.

Eu tenho dito ao Roberto que tenho notado que não tem nascido a quantidade de cooperativas que eu imaginava que fossem nascer, por conta do desbloqueio que nós fizemos nas regras do Banco Central.

E obviamente que, quando o Banco Central impõe algumas regras, é porque nós temos que ter cuidado para que o povo não seja enganado de entrar numa cooperativa que não seja séria, de colocar o seu dinheiro e perder. E na hora em que ele perder, alguém vai ter que assumir a responsabilidade.

Mas, de qualquer forma, eu penso que nunca tivemos tantas condições criadas, do ponto de vista dos entraves, melhor dizendo, das facilidades para que existisse cooperativa no Brasil.

E foi aí que o Roberto me deu a segunda lição, ou seja, não adianta tentarmos impor a cooperativa de cima para baixo, sem que haja entre os cooperados a consciência de que aquilo é um instrumento que ele necessita e não um instrumento onde alguém está dizendo para ele: “olhe, eu vou fazer e vai ser bom para você”. Ou seja, sobretudo, ele tem que acreditar.



E eu acho que é exatamente isso. E dizia o Roberto: “é preciso que na cooperativa tenha liderança”. Tem que ter uma espécie de estimulador, a pessoa que tenha a capacidade de convencimento, a capacidade de trabalho e uma dedicação de tal ordem que ele seja uma espécie de motivador, animador, para que outros possam entrar na cooperativa.

Eu quero dizer para vocês, meus amigos e minhas amigas, aqui, do estado de Goiás, e da Comigo, que eu continuo acreditando que o dia em que o povo brasileiro acordar para o significado da organização em cooperativa, nós teremos certamente, 50% a menos dos problemas que nós temos hoje para as várias coisas que nós fazemos no Brasil.

O dia em que o povo brasileiro descobrir que pode se organizar em cooperativa e, portanto, não precisa ficar subordinado aos *spreads* cobrados pelos bancos, que pode estabelecer taxas de juros menores, que pode ter não apenas cooperativa de produção, mas cooperativa de crédito, eu penso que nós estaremos começando a mudar de forma mais consistente e definitiva a História do Brasil.

Portanto, eu continuo acreditando e acreditando mais porque eu sou um homem de fé. Eu sou de tanta fé, Marconi, que eu sou corintiano. Ou seja, o sofrimento para mim não significa nenhum incentivo para deixar de acreditar em alguma coisa, pelo contrário. Eu acho que quanto mais difícil, mais a gente tem que ser persistente, porque eu acho que a palavra-chave neste país é perseverar, ou seja, acreditar sempre.

E eu queria pegar o exemplo do companheiro Antonio Chavaglia. O Roberto me contou um pouco a sua história, no avião. Imaginem um jovem com oito irmãos, sair de Ituverava em 1968, vir para essa região, arrendar uma terra para plantar algodão, sem que existisse nenhuma luz na frente do túnel, a não ser a própria crença na sua capacidade e na sua força, e hoje poder, 36 anos depois, estar orgulhosamente junto com o governador, com os ministros, com o presidente da República, defronte à Bandeira Nacional, dizendo: “eu sou



brasileiro, não desisto nunca, acredito sempre e eu estou colhendo o que eu plantei há muito tempo atrás”.

Eu fico imaginando que o exemplo dele pode ser o exemplo de muitos de vocês. Eu sou uma pessoa, governador, que tem andado muito pelo Brasil e eu me lembro que teve um importante ministro brasileiro que um dia falou: “a agricultura brasileira só vai dar certo se tiver um japonês”. Você está lembrado dessa frase famosa na década de 70? “Precisa trazer um japonês.” Essa frase ficou muito famosa na década. Os gaúchos avocavam para si: “é preciso ter um gaúcho”.

E hoje todos nós sabemos que não precisamos nem de um japonês, nem de um gaúcho. O que nós precisamos é de crédito e tecnologia para fazer aquilo que o nosso país precisa. Se nós tivermos uma política de crédito adequada e tivermos a tecnologia certa, o goiano, o baiano, o gaúcho, o paraibano, qualquer região do Brasil e qualquer cidadão brasileiro pode produzir com a melhor qualidade. Obviamente que sem prescindir da experiência daqueles que já têm mais experiência do que nós, que já plantaram mais do que nós, que já tiveram acesso a tecnologia que nós ainda não tivemos.

É por isso que o Brasil se transformou numa referência mundial. É por isso que o Brasil, hoje, é considerado um país estratégico na sua relação com os principais países do mundo. É por isso que o Brasil conquistou o direito de ir na OMC brigar contra os Estados Unidos e acabar, pelo menos temporariamente, com o grande subsídio que os Estados Unidos davam ao algodão americano, impedindo nosso produto de entrar dentro dos Estados Unidos. E é por isso que nós vamos conquistar outros espaços.

Disse bem o governador: “nós não queremos ser eternos exportadores de produtos *in natura*, nós não queremos ser eternos exportadores apenas de matéria-prima, nós queremos exportar conhecimento, nós queremos exportar valor agregado.”



E a agricultura brasileira, eu tiver o prazer, Marconi, de ir esta semana, com o Roberto, no agronegócio de Ribeirão Preto, na Feira, e cada vez que vou lá, saio dizendo o seguinte: um país que é capaz de fazer o que a gente vê, do avião, aqui nesta terra; um país que é capaz de mostrar o que mostrou na feira do agronegócio, em Ribeirão Preto, é um país que não tem que andar de cabeça baixa para ninguém, é um país que está predestinado a conquistar todos os espaços em todos os quadrantes do mundo. O que nós precisamos é pegar exemplos de companheiros que não desanimaram, levantar a cabeça e ir brigar pelo nosso espaço. Porque ninguém vai dar colher de chá para o Brasil. Não pensem que na face da terra tem algum governante que vai comprar de nós porque nós somos bonzinhos, ou seja, nós é que temos que ir para lá vender aquilo que nós produzimos e, ao mesmo tempo, vender, cada vez mais, produtos de qualidade.

As oportunidades para o Brasil são excepcionais. E nós não poderemos desperdiçá-las. Por isso, quando eu sou convidado a vir a uma cooperativa como esta, que é um exemplo extraordinário de sucesso a olhos vivos, eu não poderia faltar.

Eu fico imaginando há 40 anos, quando se falava em plantar alguma coisa no cerrado. Eu me lembro que as pessoas diziam: “essa terra não dá nada, porque toda terra que tem árvore torta, é terra ruim, não dá nada.” Era assim que as pessoas falavam e vocês cansaram de ouvir isso. Ora, depois, com um pouco de tecnologia, todo mundo aprendendo a fazer o bom manejo da terra, o que aconteceu? Descobriu-se que a terra é extraordinária. Por isso eu quero dar os parabéns a vocês.

Quero dizer ao governador, aos deputados, aos senadores: eu tenho alguns compromissos com a minha consciência, alguns compromissos com o povo brasileiro, mas, sobretudo, nós temos que ter o compromisso com as futuras gerações deste país.



É inexplicável o que aconteceu no Brasil em alguns anos. Nós percebemos que mesmo no eixo produtor do Brasil, onde deveríamos ter maior qualidade no escoamento da nossa produção, nós temos estradas totalmente deterioradas, ferrovias que precisavam ter sido construídas há anos e não foram construídas; os portos que precisavam estar adequados para exportar em navios cada vez de maior calado, portanto, com uma quantidade enorme de cargas, e não estavam preparados.

Nós tomamos a decisão de restaurar, numa política combinada entre o ministro da Agricultura e o ministro dos Transportes, aproximadamente 7 mil e 800 quilômetros de estradas que estavam deterioradas e que nós vamos começar, quase que em caráter de urgência, para ver se a gente consegue, quando chegar a safra, não perder a quantidade de grãos que se perde, nem quebrar a quantidade de caminhões que se quebram.

Mas, ao mesmo tempo, nós sabemos que, embora seja mais caro para construir, ao longo do tempo é muito melhor até para você manter, pois o país não pode prescindir de ferrovias.

E eu estou indo para a China, agora, no dia 21. Possivelmente, será a maior delegação de brasileiros que vai para a China, sobretudo, a delegação de empresários, onde nós vamos tentar fazer grandes e bons negócios, sobretudo, na questão das ferrovias.

A Ferrovia Norte-Sul é uma necessidade para ligá-la ao porto de Itaqui. Nós temos que aproveitar a capacidade produtiva do estado de Goiás, do estado do Tocantins, de uma parte do estado do Piauí, de uma parte do estado do Maranhão e tornar a soja mais barata para as nossas exportações, porque vamos pagar um preço menor pelo transporte dela.

Mas também não podemos esquecer que precisamos levar produtos daqui para o porto de Tubarão, no Espírito Santo. Portanto, nós precisamos fazer as ferrovias, que são uma necessidade. E o Brasil, Governador, chegou a tal ponto que, hoje, não produz mais trilhos. Em 1970, eu trabalhava na



Villares, em São Bernardo do Campo. A Villares de São Bernardo do Campo, que produzia motor de navios, fechou e foi construir uma fábrica de 3 mil funcionários em Araraquara, para produzir locomotivas, vagões e trilhos. Essa fábrica não existe mais, não produziu nenhuma máquina e, hoje, nem trilho o Brasil produz. A nossa capacidade produtiva de vagões não atende à demanda das nossas necessidades. Portanto, estamos importando vagões e máquinas usados da China, para que a gente possa gerar empregos, aqui, restaurando alguns desses vagões, até que a nossa indústria se dote de capacidade para atender o total da nossa demanda.

Então, eu não queria que isso aqui fosse visto como uma promessa. Mas quero dizer para vocês que, se Deus quiser, a gente vai, em algum momento da nossa História, voltar ao estado de Goiás para inaugurar mais alguns grandes trechos da ferrovia Norte-Sul, porque, hoje, ela é imprescindível. Ela é imprescindível para o desenvolvimento da economia do nosso país.

O Ministério dos Transportes e o Ministério do Planejamento estão trabalhando na solução de todos os problemas que faltam. É uma estrada, é uma ferrovia que pode ter uma grande parceria com os chineses, que estão dispostos a investir nessas e em outras. E nós achamos que essa é uma ferrovia que está atrasada. Eu me lembro que ela começou em 1985 ou 86, o Sarney era o Presidente. De lá para cá, já são quase 19 anos. Pouquíssima coisa foi feita. Às vezes, fizeram um benefício em algum lugar, mas em outro ela ficou deteriorada. E nós vamos tratar de recuperar essa dívida com o setor produtivo do Brasil.

Por último, quero dizer ao Governador que eu aprendi na minha vida que toda vez que a gente toma uma decisão, enquanto Governo, e essa decisão não tem os objetivos que a gente deseja, não há nenhum problema de o Governo mudar de posição. Nós criamos uma lei para o Primeiro Emprego, que foi aprovada em outubro no Senado, e descobrimos, depois que fizemos a lei,



que ela tinha um impeditivo: ao mesmo tempo em que nós queríamos que o empresário contratasse um jovem para o primeiro emprego, a gente proibia esse empresário, em caso de necessidade, de dispensar um trabalhador que ele não precisasse mais. Simplesmente, os empresários não contrataram ninguém. O ministro Ricardo Berzoini já preparou a medida e nós vamos mandá-la para o Congresso, revendo isso.

Quando discutimos a Cofins, o assunto foi discutido a mil mãos e a mil cabeças. Na hora da votação, nós tivemos que fazer vários acordos, porque descobrimos vários setores que estavam sendo prejudicados. O próprio setor do turismo. Eu, pessoalmente, liguei para o ministro Palocci e para o líder do Governo para que tivesse uma interferência, para não punir o setor de turismo. E, se há alguma coisa que tenha trazido problema, e isso venha a causar aumento na cesta básica, vocês podem ficar certos de que nós iremos rever, porque aumentar cesta básica é contraditório, por tudo aquilo que sonho em fazer para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

Eu penso que nós deveríamos olhar o exemplo do nosso companheiro Antonio Chavaglia. Eu sentia orgulho no olho de cada mulher e de cada homem de chapeuzinho verde e amarelo, quando falavam de vocês, orgulhosamente. Agora, é importante que cada pessoa saiba que a vida de vocês não foi sempre assim. É preciso que saibam do sucesso que estão tendo agora, mas também do pão que vocês comeram alguns anos atrás para chegar onde chegaram.

Porque, hoje, tem muita gente que quer a coisa pronta, que quer o prato feito. Então, toda vez que você contar, Antonio, o sucesso da Comigo, conte a tua história junto, para as pessoas saberem que isso aqui não veio como dádiva, veio com suor e lágrima de muita gente.

Quem sabe quantos, aqui, já dormiram embaixo de encerado? Quem sabe quanto tempo vocês conviveram com a muriçoca para poder construir a



sua primeira casa? Porque as pessoas só costumam lembrar da gente nos bons momentos, as pessoas não querem nem saber o que a gente passou.

Quando uma pessoa vê vocês bem vestidos na rua, fala: “lá vai aquela grã-fina ou aquele grã-fino de Rio Verde.” Mas quando vocês andavam sem poder sair de casa, porque era preciso aplicar na terra de vocês, ninguém se importava.

Eu acho que contar essa história é o que pode recuperar um pouco a auto-estima da nossa gente. Não existe, na face da terra, nem prefeito nem deputado, nem governador, nem presidente da república, nem ministro que possa resolver o problema de um país se o povo não estiver convencido de que ele é o maior responsável e, talvez, o maior ator para que a gente possa fazer as mudanças.

O exemplo de vocês é dignificante e eu espero poder levar, para outros lugares do Brasil, a imagem que eu vi aqui. O orgulho que eu vi, aqui, e a certeza de que vocês não mediram nenhum sacrifício para que pudessem estar, hoje, com essa cara bonita e feliz para dizer: “nós lutamos, mas nós somos vencedores”.

E se vocês brasileiros e brasileiras, conseguiram ser vencedores, aqui, em Rio Verde, podem ficar certos que, se depender da política agrícola que vamos anunciar logo, nós vamos continuar tendo este país como um país de vencedores. Se vocês, com o seu sacrifício, chegaram onde chegaram, certamente, tem milhões de brasileiros no Brasil que podem traçar o mesmo caminho. E a gente deixará de ser um eterno país em vias de desenvolvimento, para ser, definitivamente, um país em desenvolvimento, rico e próspero, com o seu povo vivendo dignamente.

Muito obrigado e boa sorte para todos vocês.

/rss/cms/lrj



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de posse da nova composição do Consea**

Palácio do Planalto, 12 de maio de 2004

Depois da fala do companheiro Patrus, a gente poderia encerrar este encontro aqui, do Conselho.

Eu quero começar cumprimentando o nosso companheiro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Quero cumprimentar o companheiro Francisco, que quando todo mundo tiver mais intimidade, vai passar a chamá-lo de Chico Menezes, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,

Quero cumprimentar e agradecer ao companheiro Marinho, que quando foi convidado para assumir a presidência, me fez várias justificativas da impossibilidade de poder dedicar 100% do seu potencial de trabalho em prol do Consea, por conta da presidência da CUT, mas eu penso que todos nós, hoje, somos agradecidos por ele ter aceito ser o presidente, no momento de consolidação do Consea e, possivelmente, se não fosse uma figura com a representatividade do companheiro Marinho, nós não teríamos chegado com a tranqüilidade que chegamos até a nossa conferência de Olinda.

Quero agradecer ao deputado João Caldas, presidente da Frente Parlamentar de Combate à Fome, que tanto fez com que se debatesse, na Câmara, a questão da fome,

E, também, quero cumprimentar o companheiro deputado Inácio Arruda, que está aqui presente,

Quero cumprimentar a todos os conselheiros e conselheiras recém-empossados, indicados pela Conferência,

E, sobretudo, quero cumprimentar o companheiro Chico por ter aceito essa incumbência árdua de fazer com que o novo possa prevalecer,



Quero cumprimentar os meus ministros aqui presentes, começando pelo Nelson Machado, que é o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, que está substituindo o Guido Mantega,

- O companheiro Jaques Wagner,
- O companheiro Luiz Dulci,
- O companheiro Roberto Rodrigues,
- O companheiro Humberto Costa,
- O companheiro Olívio Dutra,
- O companheiro José Fritsch,

Estou cumprimentando um por um, porque eu vou passar um recado aqui para o companheiro Patrus.

Eu assumi um compromisso com o Patrus e com o Francisco Menezes, de que nós temos 16 ministros participando do Consea e um secretário especial, que é o meu assessor, companheiro Frei Betto. E eu disse ao Patrus e ao Menezes que os ministros que estão participando, aqui, precisam assumir como tarefa, a participação em todas as reuniões do Consea. Se porventura o ministro achar que é impossível participar, que ele defina um membro do seu ministério que possa participar ativamente porque, aqui, muitas vezes, nós tomaremos posições e não pode, alguém que está aqui, dizer: “eu não posso fazer isso, porque eu preciso consultar alguém”, ou seja, é preciso que a pessoa que esteja participando tenha um mandato para ajudar a deliberar, porque nós esperamos que o Consea faça grandes e ótimas sugestões de políticas públicas de combate à fome neste país.

Obviamente que eu sei das tarefas dos ministros. Muitas vezes eles estão viajando e não podem estar presentes, mas é importante que haja uma interação. Não pode, a cada reunião, vir uma pessoa diferente, do ministério, apenas para ocupar uma cadeira. É importante que haja um acordo entre o ministro e o seu secretário-executivo, entre o ministro e o seu chefe de



gabinete, para que os dois sejam cúmplices dessa boa política que vocês, certamente, irão nos orientar no Consea.

Eu, também por conta do tempo, Chico, vou ler aqui, mas eu estou com o improvisado preparado aqui do lado.

O Consea vem ajudando o Brasil a transpor a fronteira do possível e chegar cada vez mais perto do desejável. E o desejável é o que temos feito juntos, para acabar com a fome no nosso país.

Numa sociedade com a capacidade produtiva que temos, e com os recursos naturais de que dispomos, nós sabemos que a fome não é uma fatalidade, é uma escassez construída. Sua persistência entre nós é um paradoxo revelador da nação que já poderíamos ser, mas que ainda estamos construindo.

Meus companheiros e minhas companheiras,

Nos últimos dez anos, a produção agrícola nacional aumentou em mais de 120%. Para 1/3 dos brasileiros, porém, tudo se passou como se o país fosse um deserto improdutivo de areia e sal.

Embora a colheita tenha dobrado nos campos, a fartura não chegou aos pratos dos que mais precisam. Essa é a evidência mais nítida do erro cometido por aqueles que renunciaram à sua responsabilidade pública em relação ao desenvolvimento nacional.

Tal omissão privou o Brasil, entre outras coisas, de uma política de segurança alimentar, que é também uma poderosa alavanca de expansão de um mercado interno de massas.

Nós construímos essa política e estamos fazendo dela uma realidade. Essa é, e tem sido, um das importantes tarefas deste Conselho, que passa a contar agora com 73 membros, incluindo especialistas e técnicos com a responsabilidade de consolidar um projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional para o nosso país.

As recomendações da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar,



realizada em março, em Olinda, também vão pautar o trabalho deste Conselho nos próximos dois anos. Com isso, nós estamos estabelecendo políticas públicas que recuperam e reforçam a lógica humanista afastada do Estado brasileiro nas últimas décadas.

A urgência de quebrar essa inércia determinou a criação do programa Fome Zero logo no início do meu governo. Com ele atacamos a emergência e as raízes estruturais da fome no semi-árido nordestino; mobilizamos a sociedade civil; conquistamos aliados internacionais; rompemos o conformismo; reorganizamos canais de participação social e re colocamos a segurança alimentar na agenda do Estado nacional.

Vencida essa etapa, era necessário unificar a política social para racionalizar recursos e ganhar velocidade na sua implantação em áreas urbanas. Para isso foi criado o programa Bolsa Família, cuja prioridade são as grandes concentrações metropolitanas do país.

Na conferência de Olinda, eu disse que até julho iríamos incorporar mais 914 mil famílias ao Programa que já contava com 3,6 milhões de beneficiados. Agora em maio, já são 3 milhões e 996 mil famílias, de brasileiros e brasileiras, cerca de 17 milhões de pessoas, que estarão recebendo um benefício médio da ordem de R\$ 72,50 reais, credenciando-se assim a uma alimentação melhor e mais digna. Um benefício que, vocês sabem, nosso governo conseguiu triplicar o valor médio que era de 22 reais.

Estamos assinando parcerias com prefeituras e estados. Em julho, conforme o previsto, o Bolsa Família estará pagando 4 milhões e 500 mil benefícios, dentro de um enorme sistema social de proteção que, no final, abrigará todas as famílias que vivem em extrema pobreza no nosso país.

Meus queridos conselheiros e conselheiras, meus amigos e minhas amigas.

A nossa política social almeja muito mais do que transferir renda às populações mais pobres. O desafio que queremos compartilhar com o Consea



é fazer da política social um acelerador do desenvolvimento sustentável do país. Essa é a essência da Política Nacional de Segurança Alimentar que estamos e vamos construir.

Para tanto é necessário fortalecer ainda mais o que já estamos fazendo: desenvolver a agricultura familiar; avançar na reforma agrária; combater o desperdício; multiplicar os bancos de alimentos; bem como expandir a rede de restaurantes populares, como tem feito o ministro Patrus; reforçar a merenda escolar e investir na educação alimentar.

Trata-se, enfim, como diz o mestre Celso Furtado, de reconstruir os fundamentos de uma população, portanto, as bases do próprio país e do seu desenvolvimento. Somente assim a geografia da fome, descrita por Josué de Castro nos anos 40, será substituída pela geografia da cidadania nacional.

Minhas amigas e meus amigos,

Quero encerrar agradecendo a contribuição de todos os conselheiros que até hoje contribuíram para essa travessia, dando o melhor de si, voluntariamente, para essa causa de interesse de toda a nação.

Quero também agradecer em especial a um dos nossos conselheiros, o companheiro Luiz Marinho, que não poupou esforços durante mais de um ano, acumulando a presidência do Consea e da CUT e a participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Só um capitão de longo curso como ele teria a paciência e habilidade para conciliar assim tantos encargos com a mesma firmeza e competência. Substituí-lo, portanto, não seria tarefa fácil. Até porque queríamos alguém que aliasse à experiência histórica e política, um perfil técnico condizente com a nova fase do Consea. Talvez por isso as indicações convergiram sempre para o nome do companheiro Francisco Menezes, que estará à frente deste Conselho até 2006.

O Francisco, além dessas qualidades, traz para a presidência do Consea uma credencial imbatível como um dos sucessores do nosso querido



companheiro Betinho na direção do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase.

Portanto, estamos bem acompanhados. Tenho certeza de que ele e os novos membros do Consea estão plenamente habilitados a contribuir para este novo capítulo da história brasileira, que é transformar a luta contra a fome num importante motor do desenvolvimento brasileiro.

Nós temos que saber escolher os ventos porque o mandato que recebemos nas urnas determina um porto de chegada, cujo nome é democracia social, e o sobrenome é desenvolvimento com dignidade.

Eu quero desejar ao companheiro Francisco Menezes e a todos vocês, conselheiros e conselheiras, toda a sorte do mundo nesta nova empreitada. E saibam que vocês terão na minha pessoa e na pessoa do companheiro Patrus Ananias, sempre, um companheiro à disposição, não só de participar das reuniões, mas de cumprir as orientações e as determinações que vocês assim nos deram.

Eu queria, meu querido Patrus, dizer a você algumas coisas boas e algumas coisas interessantes que estão acontecendo, hoje, no mundo, e que eu espero que aconteça cada vez mais. Nós tivemos sorte, na verdade, com o lançamento do programa Fome Zero. Nós sabemos que no Brasil sempre tem aqueles otimistas exagerados, tem aqueles pessimistas exagerados e tem a nós que temos o bom senso de acreditar que a boa política se faz com perseverança, que a gente não trabalha em função do imediatismo de alguns nem em função da improcedência do sucesso de outros. Nós trabalhamos porque acreditamos.

Eu penso que o Fome Zero se tornou hoje um assunto a ser discutido em vários países do mundo, países ricos e países pobres. Certamente, o Fome Zero é considerado um dos programas de políticas sociais de maior sucesso no mundo. É por isso que nós temos recebido, tanto do Unicef, quanto do Banco Mundial e de governantes de outros países, não apenas elogios, mas temos



recebido deles a disposição para, junto conosco, criar uma rede maior de proteção às pessoas que passam fome no mundo.

Foi assim que nós conseguimos introduzir o programa Fome Zero em Davos, que até então era um encontro da chamada elite financeira do mundo, elite empresarial. Pela primeira vez, possivelmente, aquelas pessoas ouviram falar na palavra fome e ouviram falar por alguém que já tinha passado fome.

Depois nós tivemos a segunda grande oportunidade que foi o encontro que eu tive, em Evian, com os representantes dos 20 países maiores do mundo. Pela primeira vez, eu acho que a grande maioria daqueles chefes de Estado ouviu também a questão da fome como uma política prioritária de um Estado importante como o Estado brasileiro.

Depois, nós fizemos algumas discussões, nós fizemos um encontro no Uruguai onde, que pela primeira vez, reuniram-se todos os presidentes da América Latina mais o primeiro-ministro do Canadá e mais o presidente dos Estados Unidos da América, e nós conseguimos fazer com que a pauta de dois dias de reuniões fosse apenas política social e política de combate à fome no mundo.

Depois eu fui a Genebra. Fizemos um encontro com o presidente Chirac, o presidente Lagos, do Chile, e nós compusemos um grupo técnico que está trabalhando para preparar uma proposta de criação de um fundo que possa combater a fome.

Eu sempre digo que não precisam me perguntar que fundo, porque tem tantas idéias, que nós não queremos dizer uma única e parar por aí, ou seja, nós temos várias hipóteses.

Esta semana eu recebi aqui um ministro da Espanha, que vai ser ministro responsável na União Européia. Ele me comunicou que em Guadalajara, o presidente do Conselho de Ministros da Espanha, recém-eleito, do partido socialista, o Zapateiro, quer participar deste grupo junto com França, Chile e Brasil.



Nós temos um outro grupo constituído entre Índia, África do Sul e Brasil, que já deram, inclusive, uma pequena contribuição para o Fundo de Combate à Fome. Nós tivemos a sorte de receber um prêmio do Príncipe das Astúrias de 50 mil euros, e nós fizemos uma doação para que esse dinheiro ficasse na ONU.

Por conta disso, alguns empresários de empresas nacionais e multinacionais contribuíram também com 1 milhão e 600 mil dólares para que a gente crie esse fundo, e nós queremos criar uma consciência de que todos têm que contribuir.

Mandei uma carta, ministro Patrus, para todos os presidentes de todos os países do mundo, convidando-os para que em setembro, antes da abertura da reunião das Nações Unidas, onde o Brasil é quem faz a abertura todos os anos, para que a gente tenha, na véspera, uma reunião com um conjunto de presidentes da República de países, para discutir a política de combate à fome e a constituição de um fundo, que pode ser sobre o comércio exterior, sobre dinheiro dos paraísos fiscais, sobre o comércio de armas, que pode ser, sei lá, a gente pode pensar mil formas, mas nós temos que criar um fundo em que um país como o Brasil não precise recebê-lo. O Brasil tem tamanho e riqueza suficiente para resolver os seus problemas. Mas existem países mais pobres do que nós, e se nós não tivermos uma política efetiva de ajuda, não apenas dando dinheiro, mas ajudando no seu desenvolvimento sustentável, a gente não combate a fome como deveríamos combater.

Nós estamos indo para a China agora. Na China vamos para Xangai – já fui informado que o ministro Patrus não pode ir, mas vai a Ana Fonseca, porque foi convidada – onde o Banco Mundial vai fazer uma grande conferência também sobre a questão da fome.

Eu vou terminar lembrando a vocês: a fome só vai ser combatida, definitivamente, quando ela for transformada num problema político. Por enquanto, a fome é um problema social. Os famintos estão quietos, os famintos



estão esperando. Só será tratado com a dimensão que precisa ser tratado por governantes do mundo inteiro, quando os famintos resolverem, juntos, gritarem que estão com fome.

E eu espero que um país que tem a experiência do Brasil que, em 1946, pôde receber como um prêmio extraordinário, o livro do Josué de Castro, sobre a geografia da fome, que a gente faça jus ao que nós começamos a realizar no dia 1º de janeiro do ano passado. E é importante lembrar que – com todas as críticas que o programa Fome Zero recebeu – no Brasil, tem sido, não só nas pesquisas de opinião pública, o programa mais bem avaliado, como tem sido referência para debates em todos os países do mundo. E é importante ter em conta que isso foi devido ao trabalho sério do companheiro Graziano, muitas vezes incompreendido durante seis ou sete meses apanhando, sistematicamente, sofrendo internamente. E acreditou que era possível fazer. E concluímos que era preciso criar alguma coisa que, além do programa Fome Zero, pudesse agrupar outras políticas públicas que já tínhamos no Brasil.

E é importante, Patrus, que os conselheiros tenham clareza e as conselheiras também. O problema do combate à fome não é apenas a questão de dar 75 ou 80 reais, companheiro Marinho, o problema no Brasil é a seriedade do cadastro. A verdade é que nenhuma das políticas públicas tinha um cadastro sobre o qual você pudesse dizer: “esse cadastro é confiável.” Agora mesmo, quando Vossa Excelência foi ao Rio de Janeiro fazer um acordo com a prefeitura e com a governadora Rosinha, você soube que a dificuldade é fazer um cadastro, e, num cadastro de milhões, você pode errar. O que você não pode é errar mais do que acertar.

Eu não tenho dúvida, Patrus, se Deus quiser, quem sabe um pouco antes do final do nosso mandato, a gente possa, numa manhã como esta, estar reunidos aqui com o Chico, com a dona Marisa, com todos vocês, e a gente possa chegar aqui e anunciar que nós já atingimos a totalidade das famílias que precisam da transferência de renda. É possível. Eu quero dizer para vocês



que o problema não é dinheiro, não é apenas dinheiro, porque se fosse apenas dinheiro seria muito mais fácil. O problema é que nós precisamos fazer uma coisa com muita seriedade, fazer um cadastro muito sério, porque nós não queremos uma política para o nosso governo, nós queremos uma política para o nosso país, e ela tem que ser definitiva.

Muito obrigado e boa sorte a todos os conselheiros e conselheiras!

rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião
do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES**

Palácio do Planalto – Brasília-DF, 13 de maio de 2004

Meu caro Jaques Wagner, secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,

Meus amigos e minhas amigas conselheiros,

Meu companheiro Palocci, ministro da Fazenda,

Meu caro Tarso Genro, ministro da Educação,

Meu caro Ricardo Berzoini, ministro do Trabalho e Emprego,

Meu caro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Meu caro Luiz Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Meu caro Guido Mantega, ministro do Planejamento,

Meu caro Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Meu caro Luiz Gushiken, ministro-chefe da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica,

Meu caro Aldo Rebelo, ministro-chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais,

Meu caro Cláudio Langoni, secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente,

Meus caros companheiros conselheiros que fizeram uso da palavra,

Meu caro deputado Sandro Mabel, líder do PL,

Meu caro deputado, presidente da CNI, Armando Monteiro,

Meu caro companheiro Ricardo Zaratini,

Demais deputados presentes,



Convidados,
Autoridades aqui presentes,

A vantagem de trazer um discurso por escrito, é que você não tem que responder ao que ouviu antes. Mas eu tinha tomado uma decisão de vir hoje, aqui, porque todas as vezes que eu vim ao Conselho, eu, às vezes, saí daqui com uma sensação de que tinha sido duro com os meus companheiros e companheiras, que não têm feito outra coisa a não ser tentar ajudar o governo a encontrar as melhores soluções para o nosso país.

E, hoje, eu resolvi, na minha fala, fazer um reconhecimento ao que aconteceu até agora. Possivelmente, vocês que estão dentro do Conselho, não tenham a dimensão das coisas boas que já discutiram, das boas recomendações que vocês já deram e das coisas com que já contribuíram para que acontecessem nesse quase um ano e meio de governo.

E vocês sabem a importância que eu dou, e que o conjunto do meu governo dá, ao trabalho que vocês fizeram e, certamente, vão fazer daqui para frente.

Por aqui passaram as principais discussões sobre as nossas políticas públicas como, por exemplo, a Política Industrial, e sobre as propostas de reformas estruturais do nosso país, como a da Previdência e a tributária, aprovadas em tempo recorde pelo Congresso Nacional no ano passado.

Esta é uma reunião muito especial pelos próprios temas que já foram e que continuarão sendo abordados, aqui, hoje.

Quando discutimos a retomada do crescimento da economia e a inclusão social, estamos falando sobre os objetivos fundamentais da sociedade brasileira e do nosso governo.

Estamos falando sobre duas metas que se complementam, que são interdependentes, que estão sendo alcançadas por caminhos articulados e de modo simultâneo.



Este Conselho, pela enorme representatividade de seus integrantes – homens e mulheres com liderança na sociedade, vasta experiência e espírito público – é uma boa novidade que nós criamos. E vocês me permitam afirmar isso, sem nenhuma modéstia.

E é boa, excelente mesmo, porque fundamentalmente fortalece o diálogo democrático na nossa sociedade, ajuda a governar, evita erros e amplia, assim, a chance de maiores acertos.

Enfrenta também, de modo direto, uma visão superficial e preconceituosa, muitas vezes propalada na nossa sociedade, de que governar sem diálogo, sem reuniões, sem ouvir os interessados nas decisões e sem negociar com os diversos setores sociais é a melhor forma de conduzir um país. Nós não acreditamos nisso.

Em toda a nossa vida sindical, partidária, de oposição e, agora, de governo, defendemos e praticamos o diálogo democrático, a negociação política intensa com base nesses princípios. Este diálogo, vocês sabem muito bem, não é apenas legítimo e justo. Através dele, nós estamos resolvendo problemas do nosso país que nunca foram resolvidos, muito menos por métodos autoritários.

Este Conselho, por sua ação e características, está sendo elogiado, inclusive, internacionalmente. O nosso companheiro Jaques Wagner e outros conselheiros acabam de participar de uma reunião do Conselho Econômico e Social Europeu – CESE , realizada no México. O presidente desse organismo, Roger Briesch, não só elogiou a nossa experiência, considerando-a um exemplo, como a indicou para outros países da América Latina e Caribe. No México, uma comissão da sociedade civil já busca, junto à Presidência da República daquele país, implementar experiência similar à experiência brasileira.

São muitas, portanto, as razões que me levam a agradecer, do fundo do meu coração, o trabalho que os senhores e as senhoras têm feito: a dedicação



aos grupos temáticos; as contribuições nas reuniões plenárias, como esta; as propostas inovadoras; e o enriquecimento das políticas que o nosso governo tem trazido para o debate.

Quero também dizer que o país e o nosso governo continuam e continuarão precisando muito de suas iniciativas e dos seus conselhos. Temos matérias da maior importância já encaminhadas ao Congresso Nacional que vai, é claro, debatê-las e, se for o caso, aperfeiçoá-las, como é prerrogativa de um poder independente e soberano da República.

Estou falando, por exemplo, do Projeto de Lei que regulamenta as parcerias público-privadas, o que cria um novo marco institucional para as agências reguladoras no nosso país; e a nova lei de inovação tecnológica.

E há também projetos que estão em fase de finalização no governo como o que institui a política nacional de saneamento ambiental e o que estabelece um novo marco regulatório para a concessão das rodovias.

Tudo isso é essencial para o Brasil avançar na retomada do crescimento, atrair novos investimentos, promover cada vez mais a inclusão social.

Temos confiança no Brasil, na sociedade brasileira, na força e na qualidade da nossa economia, dos nossos trabalhadores e dos nossos empresários.

Estamos vivendo também um novo e promissor período nas relações diplomáticas e comerciais do nosso país. Tenho certeza de que ninguém, aqui, tem dúvidas sobre o acerto da nossa política externa. Os resultados já são mais do que evidentes e estão influenciando positivamente na construção de uma nova e verdadeira geografia comercial.

O Brasil está cada vez mais respeitado em todo o mundo, e tem feito, e o faz, por merecer.

Meus companheiros conselheiros e companheiras conselheiras,

Falar em crescimento econômico e inclusão social requer também



medidas concretas. Quero marcar esta reunião do Conselho, anunciando algumas iniciativas que vão beneficiar de modo direto, e muito significativo, a nossa sociedade, especialmente os setores mais pobres do nosso país.

As duas primeiras medidas são na área da educação. São dois Projetos de Lei que estamos encaminhando ao Congresso Nacional, voltados para os estudantes de escolas públicas, geralmente de famílias de baixa renda, que muitas vezes chegam ao vestibular em desvantagem em relação aos alunos de escolas e cursinhos particulares.

O primeiro é o programa Universidade para Todos. Este nome, Universidade para Todos, traduz precisamente o nosso objetivo. O governo federal vai criar alternativas para que os jovens de menor renda possam ter acesso gratuito ao ensino superior, talvez fazendo o que nunca se fez neste país.

Este programa cria mecanismos efetivos para que as universidades e faculdades privadas possam oferecer vagas gratuitas para estudantes e professores da rede pública que ainda não possuem curso superior.

O segundo projeto é o sistema de reserva de vagas, que reserva metade de todas as vagas das faculdades e universidades federais a alunos que concluíram o ensino médio na rede pública de ensino. Isso representa nada menos do que 60 mil vagas anuais. Este sistema especial de garantia de vagas também vai promover a igualdade racial no acesso à universidade pública.

Entre as vagas reservadas para alunos de escolas públicas, algumas serão preenchidas, prioritariamente, por pessoas negras e indígenas, considerando-se a composição da população da cada região, de acordo com os dados do IBGE.

Também pensando na juventude brasileira, nós vamos anunciar um programa chamado Soldado Cidadão. Esta é uma medida voltada para a ocupação e capacitação profissional dos jovens de baixa renda. Vamos criar mais 30 mil vagas para recrutas nas nossas Forças Armadas, a partir de



agosto. Hoje são 70 mil e o efetivo de 100 mil será exatamente o dobro do que tínhamos em anos anteriores.

O Soldado Cidadão é uma parceria entre o Ministério da Defesa e o Ministério do Trabalho e Emprego. E por meio dele, os recrutas recebem educação profissionalizante e, quando passam para a reserva, são encaminhados para o mercado por meio do Sine.

Vamos também fazer um reparo numa coisa que fizemos ano passado e na qual detectamos que havia uma falha, que é a política de primeiro emprego. Nós vamos renovar o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, retirando entraves que estão dificultando a contratação de maior número de jovens pelas empresas.

Também estamos aumentando o valor dos incentivos às empresas que aderirem ao Programa. Ao mesmo tempo, vamos ampliar o público-alvo do Primeiro Emprego. Antes, podiam ingressar no Programa apenas quem não tivesse o ensino médio completo. Agora, uma parte das vagas poderá ser ocupada por jovens que já concluíram o curso, mas nunca conseguiram emprego. Além disso, será permitido também o contrato temporário de jovens.

Tenho confiança e esperança de que essas mudanças vão levar o programa Primeiro Emprego a atingir os seus objetivos, que foi a razão pela qual nós o criamos há um ano.

Também estamos anunciando algumas medidas que eu acho importantes, sobretudo, para os representantes do comércio, aqui, presentes. Vocês estão acompanhando o sucesso da política de crédito feita entre o sistema financeiro brasileiro e as centrais sindicais, emprestando dinheiro para os trabalhadores e tendo como garantia a folha de pagamento.

Nós estamos anunciando hoje, aqui, decisões que vão beneficiar também os aposentados brasileiros. E é engraçado que essa proposta foi feita pelo Conselho. Não sei se vocês se lembram mas, em algum momento, vocês nos propuseram, e estamos aceitando essa proposta, que é mandar um Projeto



de Lei que cria o crédito com desconto em folha de pagamento para aposentados e pensionistas do INSS. Isso dará uma alternativa concreta a muitas pessoas que têm pouca opção de crédito no sistema bancário e sofrem com as altas taxas de juros cobradas.

Com o desconto em folha, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e os bancos privados poderão aumentar em muito o número de empréstimos e reduzir as taxas de juros.

A parcela a ser descontada nunca poderá ser maior que 30% do valor do salário recebido pelo aposentado. Eu sei que já há tratativas, eu sei que já existem propostas de 1,75% por 12 meses, 2% por 24 meses e em alguns bancos, 2,8% por 36 meses. O dado concreto é que eu acho que nós vamos permitir que 19 milhões de brasileiros possam ter acesso ao empréstimo, coisa tão rara. Com essa medida, portanto, os aposentados passam a ter o mesmo benefício dos trabalhadores assalariados, que já estão obtendo empréstimo nos bancos com menores taxas.

Aliás, uma reportagem feita na televisão, esta semana, mostra a quantidade enorme de trabalhadores que estão procurando esse crédito e a quantidade de trabalhadores que saiu da listagem de inadimplentes, que não estavam podendo pagar suas contas.

Uma outra medida, que nós achamos importante para as pessoas que produzem e que vendem neste país, é a liberação da parcela do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Esta medida, além de representar uma conquista dos cidadãos de maior idade, as pessoas com mais de 60 anos, resultará também numa injeção de 2 bilhões e 700 milhões de reais na nossa economia, ou seja, mais dinheiro em circulação para as pessoas comprarem, pagarem dívidas, fazerem pequenos investimentos, movimentando e fortalecendo o nosso mercado interno.

Trata-se da antecipação do pagamento das parcelas da correção do FGTS referente a planos econômicos passados às pessoas com mais de 60



anos de idade que já assinaram o termo de adesão com a Caixa Econômica Federal.

Quem estiver nessa faixa etária não precisará mais esperar as parcelas semestrais desta correção e receberá tudo a que tem direito de uma só vez.

Quero lembrar ao Marinho que eu tenho 58 anos e, portanto, eu ainda não estou beneficiário dessa medida do governo.

Uma outra medida importante que nós tomamos esta semana e que eu acho importante porque é um desejo, sobretudo, do setor produtivo e do Furlan, porque a cabeça dele pensa em exportação 24 horas por dia, é uma tomada de posição com relação à restauração das estradas brasileiras.

É importante lembrar que o momento histórico do Brasil, em que mais estradas foram restauradas foi no governo Sarney, quando foram restaurados 5 mil quilômetros. Nós tomamos a decisão de, a partir do início do mês de junho, restaurar 7.800 quilômetros de estradas federais. Isso, num trabalho muito bem feito entre o Ministério dos Transportes e o Ministério da Agricultura, sobretudo, nas estradas em que nós temos o maior escoamento de produção para as exportações brasileiras. Obviamente, que também está incluída a recuperação e a dragagem dos nossos portos que estão defasados; se houve um tempo em que nós tínhamos navios que carregavam 50 mil toneladas, e nós achávamos que era uma coisa absurda, fiquem sabendo que já está sendo construído navio para transportar 600 mil toneladas. Portanto, os portos terão que receber, cada vez mais, dinheiro da parte dos governantes do mundo inteiro, para que eles possam ser dragados e para que os navios possam, então, atracar e levar os nossos produtos. E todo mundo sabe que quanto maior o navio, quanto mais carga, mais barato por tonelada vai ficar o preço das nossas exportações.

Também nós vimos anunciando, já há algum tempo, que tínhamos conseguido a liberação de recursos para saneamento básico. E a nossa idéia é assinar, até o final de maio, com os estados, municípios e empresas de



saneamento estaduais e municipais, um contrato de 2 bilhões e 900 milhões de reais em obras de saneamento, com recursos do governo federal. Com isto, estaremos executando o maior plano de saneamento básico em muitos e muitos anos no Brasil.

É importante só dizer para o Conselho que, muitas vezes, a gente vem aqui e anuncia que vai liberar 2 bilhões, e as pessoas saem daqui achando que ao abrirem a porta e sair na rua, já vão ver uma máquina trabalhando. Ora, esse contrato que nós vamos assinar com governadores, com prefeituras e com empresas de saneamento básico significa que estaremos colocando à disposição dos estados e municípios essas quantias, em função dos projetos apresentados pelos empresários, pelos estados e pelos municípios. Esses projetos são avaliados pela Caixa, tem estados que não podem pegar porque estão inadimplentes, tem empresas que não podem pegar porque têm problemas, mas para todos que se inscreverem, já está dividido – amanhã por exemplo, assina-se, aqui, um contrato que era para ter sido assinado na semana passada, com a Bahia, de 160 milhões.

E porque eu estou tentando dar esta explicação? Porque ao anunciarmos a liberação do dinheiro, significa que nós estamos colocando o dinheiro à disposição daquele estado, daquela cidade ou daquela prefeitura. E que a partir daí o governo federal poderia dizer o seguinte: “acabou a nossa responsabilidade, está liberado o dinheiro.” E aí vai ficar na pendência do governo fazer. Tem época que os governantes não fazem. Eu vou dar um exemplo: em 2002 foi anunciada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a liberação de 1 bilhão e 400 milhões; foram contratados 262 milhões e só foram executados 19 milhões. Ou seja, significa que o dinheiro foi colocado à disposição e muitas vezes não foi usado e não se sabe porquê.

Nós estamos trabalhando agora, para acompanhar junto com os governadores a utilização desses recursos, o mais imediatamente possível porque nós queremos, sobretudo, nos grandes centros urbanos, gerar os



empregos que o Marinho tanto reivindicou ali no seu pronunciamento. Portanto, nós vamos acompanhar de perto a execução.

Vocês estão lembrados que no dia 11 de dezembro nós anunciamos a liberação de 1 bilhão e 700 milhões para saneamento básico. Somente agora é que nós vamos participar da inauguração de algumas obras por conta daquele dinheiro, ou seja, seis meses depois eu estou indo a Campinas inaugurar a estação de tratamento de Campinas.

O que eu espero é que governadores, prefeitos e as empresas de saneamento básico saibam, concretamente, que o dinheiro colocado à disposição é para ser usado o mais rápido possível, porque isso significa melhoria da qualidade de vida das pessoas e significa, sobretudo, geração de empregos e distribuição de renda para as pessoas.

Uma coisa importante da qual de vocês participaram, principalmente o Armando Monteiro: há mais ou menos 60 dias nós anunciamos aqui, ministro Palocci, não sei se você estava presente, mas anunciamos aqui o Proinfa, que é um programa de energia alternativa, ou seja, biomassa, eólica. E naquela época, como sempre, apareceu muita gente cética, muita gente dizendo: “mas será que vai ter empresário que queira investir nisso? Será que as pessoas vão entrar? É tudo tão pequeno”. Tem gente que antes do Corinthians, jogar, já pensa que nós vamos perder, quando nós sempre ganhamos. Então, é uma notícia auspiciosa que me deixou extremamente feliz. O programa de incentivo à fontes alternativas de energia, que nós nos propusemos a adquirir 3.300 megawatts, só para vocês terem idéia, apareceram, na última sexta-feira, propostas para 6.600 megawatts, ou seja, o dobro daquilo que a gente estava se propondo a contratar.

São 1.100, pequenas centrais hidroelétricas, 1.100 de biomassa e 1.100 de energia eólica. Essa coisa que parecia pequena e que algumas pessoas deram pouco crédito, em dois anos e meio vai representar um investimento da ordem de 8 bilhões e 600 milhões de reais, que vão gerar 150 mil empregos



diretos e indiretos.

Eu acho que é importante aquilo que o companheiro Palocci tinha afirmado, que outros ministros têm falado e que nós temos tentado reiterar. Muitas vezes nós nos queixamos de que não tem crédito, muitas vezes nós nos queixamos de que o *spread* é alto, muitas vezes nós nos queixamos de uma série de coisas mas nós, muitas vezes, deixamos de dizer que não tem projeto. E o Palocci disse uma coisa logo no começo do governo: “não é o dinheiro que faz o projeto, é o projeto que faz o dinheiro.”

Portanto, eu vou repetir uma coisa que eu disse da outra vez: com um bom projeto é possível negociar, com um bom projeto é possível sentar em torno da mesa e discutir todos os problemas que possam dificultar, ou não, a execução daquele projeto. Agora, sem projeto, fica mais difícil.

Eu queria reiterar ao Conselho que, em algum momento, seria importante que vocês discutissem, efetivamente, os grandes projetos que nós precisamos para o nosso país. Porque nós, certamente, teremos mais facilidade de arrumar o dinheiro para elaborar os grandes projetos, aqui ou lá fora.

Vocês sabem que se depender da capacidade de investimento do Estado brasileiro, o Estado brasileiro há muitos e muitos anos não tem capacidade para ser o grande indutor da economia que já foi. Quando nós mandamos o PPP para o Congresso Nacional, foi exatamente para criar alternativas à fragilidade do Estado, permitindo que a iniciativa privada pudesse assumir algumas coisas que ela pode fazer, para os quais ela pode ter dinheiro e que um conjunto de empresários possa se juntar e fazer coisas importantes.

Eu vou dar alguns exemplos de coisas importantes: a ferrovia Norte-Sul, que começou em 1986 ou 1987. De lá para cá, andou muito pouco; a Transnordestina, que tem trechos que estão praticamente detonados, que já não funcionam mais; a BR-101, que liga o Rio Grande do Norte à Bahia – a sua duplicação vai permitir que se transforme num grande centro de atração



turística do Brasil e do mundo; as hidrelétricas que falta fazer – só para vocês terem idéia, nós desobstruímos 18, e ainda falta desobstruirmos algumas. A hidrelétrica de Belomonte, que se não tem possibilidade de fazermos os 11 mil megawatts que precisam ser feitos – porque o meio ambiente tem implicações e não adianta jogarmos a culpa em cima do Ibama, pois o Ibama apenas cumpre a lei. Nós precisamos é ter cuidado ao fazermos a lei, para depois não culparmos alguém que fiscalize essa lei – se não podemos construir os 11 mil megawatts, vamos construir 6 mil, vamos construir 5 mil.

O dado concreto é que nós temos coisas enormes para fazer no Brasil. E eu acho que o Conselho pode dar uma contribuição extraordinária, convocando os empresários brasileiros a apresentarem projetos. E com projetos na mesa, nós estaremos dispostos a fazer tantas quantas reuniões forem necessárias para viabilizarmos o projeto.

O Marinho elogiou, aqui, a belíssima exposição do companheiro Palocci. Eu diria para o Marinho: o Palocci é um homem de coração maior que o corpo. Se tiver um bom projeto, você pode ficar certo que as políticas públicas serão infinitamente maiores do que foram até agora.

Eu quero terminar dizendo a vocês que, em sintonia com as preocupações deste Conselho, vamos prosseguir tomando iniciativas para consolidar o crescimento econômico sustentado e beneficiar o conjunto da sociedade brasileira, em especial, a preocupação com o problema que o Marinho levantou.

Todos vocês sabem que não existe milagre, não existe possibilidade de trazermos para cá alguém que possa fazer mágica. Nós iremos continuar com a mesma seriedade que começamos, com a mesma consistência que começamos. Muitas vezes, no governo, temos os mesmos desejos que vocês têm. Há uma pequena diferença: é que nós, às vezes, temos que assinar o cheque. E quando você tem que assinar o cheque aumenta um pouquinho o nervosismo da decisão; é como um jogador que vai bater o pênalti: ele pode



ser bom de bola, mas na hora que ele fica na frente do goleiro, ele tem que contar até dez. E nós, então, temos que ter mais, eu diria, responsabilidade, na medida em que a imprensa publica todo dia a crise mundial.

Eu acho importante ter claro o seguinte: nós sabemos o que representa a economia mundial, nós sabemos o que pode significar o aprofundamento da crise em países emergentes, mas aqui, no Brasil, nós estamos totalmente tranqüilos, eu espero que o Palocci tenha passado essa tranqüilidade para vocês, porque não tem nada pior para um político, para um governo, do que o chamado medo premeditado, ou a tomada de posição em função de uma coisa que nós nem sabemos que vai acontecer. Nós tomamos uma decisão, tomamos um rumo e vamos seguir nele, até porque até agora ele deu mais certo do que errado. E eu acho que sem vocês, possivelmente, nós não teríamos conseguido fazer tudo que nós fizemos até agora.

Por isso, muito obrigado e espero que continuem colaborando muito, não com o governo, mas com o Brasil.

/rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura da 35ª Feira Agropecuária de Franca**

Franca-SP, 14 de maio de 2004

Meus queridos e queridas companheiros e companheiras de Franca,
Meu querido companheiro Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura,
Meu querido companheiro Luiz Furlan, ministro do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio,

Minha querida companheira Marisa,

Meu querido companheiro Gilmar Dominici, prefeito de Franca,

Meus queridos companheiros deputados federais que estão nesta
delegação, Jefferson Campos, Gilberto Nascimento, Milton Monti, e o
companheiro Jamil Murad,

Meu caro Fábio Meirelles, presidente da Confederação Nacional da
Agricultura,

Deputados estaduais,

Prefeitos,

Secretários,

Meus companheiros da Expoagro 2004,

Eu vou ter a oportunidade de ter uma conversa com vocês. Eu vim a
Franca, hoje, para participar desta Feira e para inaugurar uma nova fábrica de
sapatos, a expansão de uma fábrica de sapatos chamada Ferracini. E vim aqui
para dizer para vocês que, muitas vezes, no Brasil, tem gente que torce para
que as coisas não dêem certo, para justificar a sua própria existência.

Eu digo sempre que nós – e dizia isso aqui, em 1982, na cidade de
Franca, quando muitos de vocês não eram nem nascidos – que um político
mentiroso diz que mata a cobra e mostra o pau com que matou a cobra, mas



não mostra a cobra morta. E nós não queremos matar a cobra, hoje, porque nós somos ambientalistas e não queremos mais matar nada. Mas, utilizando a linguagem popular, nós queremos matar a cobra e mostrar a cobra morta, porque, senão, as pessoas não terão a certeza.

O Roberto Rodrigues falou, aqui, da agricultura. Eu me lembro, quando fui eleito, do medo que as pessoas tinham, sobretudo na agricultura empresarial, de que eu fosse ter uma atitude a ponto de prejudicá-los. E eu me lembro, claramente, que nós dizíamos: a agricultura empresarial não é incompatível com a agricultura familiar. As duas se completam. Nós precisamos ter uma grande agricultura empresarial, cada vez mais, produzindo mais e exportando cada vez mais; e precisamos ter uma agricultura familiar produzindo cada vez mais e, cada vez mais, tendo acesso à tecnologia para que as famílias dos agricultores possam viver condignamente e ganhar o seu sustento e o da sua família.

E hoje eu posso, aqui nesta Feira, meu caro Roberto Rodrigues, dizer para você e para os agricultores: primeiro que, no ano passado, a agricultura empresarial recebeu, possivelmente, com o plano de agricultura da safra 2003/2004, a maior quantidade de dinheiro que recebeu nos últimos 20 anos. É por isso que nós, cada vez mais, estamos crescendo e exportando cada vez mais.

Mas a agricultura familiar não ficou esquecida. Para a safra de 2003 a 2004, no nosso primeiro ano de governo, Roberto, com o dinheiro do Pronaf, nós fizemos 56% a mais de contratos do que o governo anterior e emprestamos 99% a mais de dinheiro do que o governo anterior. No governo anterior, as pessoas não conseguiam ser atendidas pelos gerentes do Banco do Brasil, porque o Banco desaprendeu a atender o pequeno. E nós, agora, queremos que o Banco atenda o grande com respeito, mas atenda o pequeno com dignidade, porque o Banco é de todos, não é de um grupo de privilegiados.



Eu vim aqui, hoje, inaugurar uma fábrica que está gerando empregos, para dizer a algumas pessoas que essas pessoas vão ter que aprender a conviver, democraticamente, com a verdade.

De janeiro a março deste ano, nós geramos 347 mil empregos a mais. É o maior saldo positivo de empregos desde 1992, o maior saldo positivo, e vamos continuar gerando mais. E porque vamos gerar mais? Porque estamos acreditando na micro, na pequena e na média empresa; porque estamos acreditando na agricultura familiar; porque vamos fazer a reforma agrária pacífica; porque acreditamos no médio empresário; porque acreditamos na capacidade de produzir e de exportar do grande empresário brasileiro e, sobretudo, porque nós queremos provar que este país não deve, absolutamente, ficar de cabeça baixa.

O meu companheiro Roberto e o Fábio Meireles sabem: há muito tempo o Brasil tinha uma demanda na Organização Mundial do Comércio, com relação ao algodão, porque os Estados Unidos subsidiam o preço do algodão.

No governo passado, o ministro das Relações Exteriores era contra brigar com a OMC, porque tinha que brigar com os Estados Unidos. Pois bem, nós entramos, compramos a briga, e ganhamos. Ganhamos a briga na Organização Mundial do Comércio. E vamos ganhar outra briga, porque este país aprendeu a andar de cabeça erguida, este país aprendeu a ter orgulho de si próprio, e este país aprendeu a respeitar os 176 milhões de brasileiros.

É por isso, companheiro Gilmar, que eu não poderia recusar o seu convite para vir aqui, a Franca. Afinal de contas, eu venho aqui desde 1982. Afinal de contas, eu venho inaugurar uma fábrica, hoje, com a mesma vontade que eu vim no ano passado, e alguns anos atrás, discutir a crise da indústria de calçados. Eu vim aqui em 1985, apoiar a greve dos sapateiros, que foi uma das greves mais importantes desta cidade.

E eu acho que isso é uma demonstração de que quando eu convidei o companheiro Roberto Rodrigues, o empresário da agricultura, para ser ministro



da Agricultura; quando eu convidei o companheiro Luiz Furlan, grande empresário e presidente da Sadia, para ser ministro da Indústria e Comércio; quando eu chamei o Mares Guia para ser ministro do Turismo; quando eu convidei o Celso Amorim para ser ministro de Relações Exteriores; quando eu convidei o Ciro Gomes para ser ministro – e vejam que estou citando só gente que não é do PT – é porque eu tinha consciência do que era a dificuldade de governar um país como este. E tinha consciência de que era importante chamar o que este país tinha de melhor, independentemente do partido a que eles pertencessem.

E hoje, aqui, eu posso dizer: graças a Deus eu escolhi ministros como esses. Graças a Deus eu pude levar um Palocci para ser ministro da Fazenda; graças a Deus eu posso ter um José Dirceu na Casa Civil e graças a Deus eu pude ter um companheiro como o Graziano no projeto Fome Zero, como ministro meu. Sabem por quê? Porque nós queremos provar que este país pode ser um país extraordinário.

Lançamos, agora, o projeto Universidade para Todos, para incluir mais 100 mil jovens nas universidades brasileiras, onde as universidades filantrópicas e as universidades particulares, com parte da isenção de impostos que nós vamos dar, vão transformar essa isenção em vagas para filhos de pobres que passam no vestibular e que, depois, não conseguem entrar na universidade. E vamos fazer isso.

Uma boa notícia para você, meu caro companheiro Gilmar. Dia 20, em Brasília, nós vamos lançar a nossa proposta e os contratos de financiamento para saneamento básico. E quero que vocês prestem atenção no número: nós vamos contratar, Gilmar, e demais prefeitos aqui presentes, nós vamos contratar, no dia 20 de maio, agora, 2 bilhões e 900 milhões de reais para fazer saneamento básico no Brasil. Só para vocês terem idéia do que são 2 bilhões e 900 milhões de reais, o que nós vamos anunciar este ano é mais do que o governo anterior anunciou de 1995 a 2002. Em um ano, a gente vai anunciar



mais do que foi feito em sete anos de saneamento básico, porque estamos preocupados com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, porque estamos preocupados com a construção civil, mas, sobretudo, estamos preocupados com a geração de empregos, sobretudo nos grandes centros metropolitanos.

Tomei uma decisão esta semana e anunciei ontem: o Exército Brasileiro tinha recrutado 70 mil jovens e nós tomamos a decisão de recrutar mais 30 mil jovens, que vão ficar um ano no Exército aprendendo uma profissão e, depois, vamos introduzi-los no mercado de trabalho, sobretudo, os jovens das grandes regiões metropolitanas. Aqueles que têm alguma preocupação com o nosso governo, podem ficar tranquilos que, ao final de quatro anos, eu quero fazer, Gilmar, o que você fez aqui, em Franca. Eu me lembro que quando você ganhou as eleições, a elite de Franca dizia: “Esse moço não vai dar certo, esse moço não tem experiência”. Depois, você se reelegeu e vai terminar o seu segundo ano de mandato, talvez, como o melhor prefeito que a cidade de Franca já teve. E eu sei das suas preocupações. Você é um homem que construiu uma relação de amizade e ninguém, pode ser rico ou pobre, tem alguma coisa contra você. As pessoas podem ter divergências, o que é natural, mas as pessoas te respeitam pela seriedade com que você administrou esta cidade. E é isso que nós vamos fazer no Brasil.

Todos nós, daqui a quatro anos, queremos medir o que foram os nossos quatro anos e o que foram os anos antes de nós, para provarmos como é que o povo trabalhador, ao ser chamado à responsabilidade, mostra competência para fazer o que, muitas vezes, a elite brasileira não conseguiu fazer.

Boa Feira. Muito obrigado, gente. E boa sorte para todos nós.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração da nova unidade de produção da Fábrica de
Calçados Ferracini**

Franca-SP, 14 de maio de 2004

Eu quero, primeiro, cumprimentar a Direção da empresa Ferracini,
Quero cumprimentar os companheiros representantes dos trabalhadores
e do movimento sindical,

Quero cumprimentar os meus ministros,

Quero cumprimentar a minha companheira, dona Marisa Letícia Lula da
Silva,

Os deputados federais,

Os deputados estaduais,

O secretário de Trabalho do estado de São Paulo, que está aqui.

Possivelmente, se não tivesse problemas de agenda, o governador
Geraldo Alckmin, certamente, estaria presente aqui, porque temos participado
de dezenas de atividades juntos, aqui no estado de São Paulo.

Antes de falar o que tenho para falar para vocês e que já está escrito, eu
quero reiterar para os empresários uma coisa que o meu ministro do
Desenvolvimento, Luiz Furlan falou. Hoje, e é importante que todos os
empresários saibam, nós temos muito mais problemas de falta de projetos do
que de falta de dinheiro. É importante ter claro isso porque, se tiver bons
projetos, posso garantir a vocês que não faltará dinheiro para que a gente
possa financiar esses projetos. E, se ao entrar com o pedido de um projeto e,
por qualquer problema burocrático demorar, é só falar com o Furlan, que ele
vai ajudar a resolver.

Ontem, eu disse no Conselho e vou repetir aqui: o que faz uma indústria



crescer ou o que faz um governo gerar empregos não é apenas ter dinheiro. É preciso ter projetos. Ou seja, é o projeto que faz o dinheiro e não o dinheiro que faz o projeto. Você pode ter muito dinheiro, mas, se não tiver projeto, termina o ano, você está com o dinheiro todo no caixa do banco e não é emprestado. Se você tiver bons projetos, você pode consumir todo o dinheiro que tiver para emprestar, até antes de vencer o ano. E, aí, nós vamos ter que brigar para arrumar mais dinheiro para emprestar.

É essa a lógica que nós estabelecemos no BNDES, no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. O Furlan disse: o BNDES tem 47 bilhões de reais para fazer financiamento; o Banco do Brasil saiu de 8 bilhões para 18 bilhões para fazer financiamento a pequenas e médias empresas; e a Caixa Econômica tem mais dinheiro do que já teve, em qualquer outro momento, para financiar a construção civil neste país.

A segunda coisa que acho importante é ver essa quantidade imensa de meninas e meninos jovens trabalhando nesta fábrica e, sobretudo, ver o carinho que vocês têm pelo dono da fábrica. Isso demonstra que um empresário que já foi sapateiro e que não perdeu a sua relação humana com os seus companheiros merece o respeito que você mereceu quando foi chamado aqui e recebido carinhosamente pelos funcionários da Ferracini. Isso demonstra que nós não podemos nunca perder a esperança no ser humano e na relação humana. Ou seja, um sapateiro que vira empresário, um empresário bem-sucedido, que consegue fazer distinção da sua nova função com o que foi no passado, mas que conhece como ninguém a vida e o sacrifício de um sapateiro na cidade de Franca.

Por isso, está de parabéns a Direção da empresa e estão de parabéns os trabalhadores desta empresa.

A última vez que estive aqui em Franca, por ocasião da 35^a Feira Nacional do Calçado, em julho do ano passado, afirmei que era desnecessário fazer qualquer apologia ao setor de calçados porque nosso produto é



competitivo – em relação a qualquer mercado – e de qualidade igual ou melhor do que qualquer outro calçado do mundo.

Afirmar, também, que os empresários da indústria de calçados podiam contar, como estão contando, com a parceria do governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do BNDES ou do Banco do Brasil para voltar a exportar, como nos melhores momentos de sua história, e assim ajudar a criar os empregos de que o país tanto precisa.

Retorno, menos de um ano depois, para compartilhar com vocês o avanço do setor, simbolizado aqui pela expansão das Indústrias Ferracini e pelo crescimento da oferta de novos empregos que ocorre, de modo exemplar, na cidade de Franca.

Vocês sabem, e viveram isso profundamente, que o setor brasileiro de calçados enfrentou um longo período de crise.

Primeiro, ele foi atingido na sua competitividade pelo Plano Real, que tirou a vantagem relativa existente na política cambial da época. Havia, também, a defasagem tecnológica e de gestão das empresas, problemas comuns a muitos outros setores em nosso país.

Além disso, no mesmo período, empresas da China e do Leste Europeu começaram a disputar fortemente o mercado dos Estados Unidos, nosso principal comprador.

A crise, que se alastrou de meados dos anos 90 até 2002, teve seu ponto crítico no início de 1999, quando os postos de trabalho na indústria de calçados de Franca foram reduzidos a apenas 15 mil, enquanto na década de 80, haviam chegado a quase 38 mil postos de trabalho.

Vocês venceram a crise desenvolvendo uma nova estratégia comercial, passando a buscar, de modo arrojado, novos mercados em todas as partes do mundo.

Nossa presença em feiras internacionais passou a ser cada vez mais freqüente e intensa. O contato da nossa indústria com as novas tecnologias



existentes, nos países de ponta, foi outro aspecto importante dessa estratégia. Desses contatos resultaram não só a importação de maquinário avançado, mas também a produção nacional de novas máquinas pela indústria do setor.

Franca, nesse sentido, é um exemplo para todo o Brasil. Temos, aqui, uma das poucas cidades brasileiras que possui toda a cadeia produtiva localizada no mesmo espaço territorial, ou seja, desde o curtimento do couro até grandes empresas que negociam a comercialização dos sapatos nos mercados interno e externo.

Isso cria as condições ideais para o desenvolvimento de novos produtos, com parcerias entre os segmentos da cadeia produtiva.

O resultado de todo esse trabalho foi a reafirmação da indústria aqui em Franca e em outros pólos do nosso país, fazendo com que o calçado seja um dos itens mais vendidos no exterior, nos três primeiros meses deste ano.

Os dados disponíveis para 2004, meu caro Furlan – certamente foi você quem me passou esses dados aqui – revelam um crescimento de 56,5% de calçados exportados e um aumento correspondente de mais de 57% no valor dessas exportações.

São cerca de 415 milhões de dólares de faturamento, ou seja, 17% a mais do que o total vendido no mesmo período de 2003.

Um bom exemplo é o da própria Ferracini, que vende em todo o Brasil e exporta para mais de 40 países com a marca própria, já registrada em 25 deles.

Esse esforço do setor permitiu a criação de 4 mil e 500 novos empregos somente na indústria de calçados, o que representa um aumento de cerca de 15% em comparação aos três primeiros meses do ano passado.

Conseguimos atingir 22 mil empregos na indústria francana, número que demonstra que estamos no caminho para recuperar – e, quem sabe, superar – o patamar histórico das 38 mil vagas que existiam aqui, anos atrás.



Esses dados sobre a criação de novos empregos confirmam o que foi divulgado pelo CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, ou seja, no período de janeiro a março de 2004, foi registrado em nosso país, o melhor desempenho do nível de emprego com carteira assinada desde 1992, início dos registros feitos pelo CAGED. Foram criados, nesse período, 437 mil novos empregos no Brasil.

A indústria brasileira de calçados alcançou o segundo lugar entre os diferentes ramos de atividade do setor industrial, criando, em todo o país, 13 mil e 500 novos postos de trabalho, de janeiro a março deste ano.

Esse fato confirma também a tendência de crescimento do emprego assalariado no interior do país, como está ocorrendo aqui, nesta querida cidade de Franca.

Felizmente, a nossa indústria como um todo já cresceu 5,8% no primeiro trimestre deste ano, comparado com o mesmo período do ano passado, como acaba de divulgar o IBGE.

São os primeiros resultados do esforço que o meu governo vem fazendo, em parceria com a iniciativa privada, no sentido de expandir as exportações, fortalecer o mercado interno, criar novos empregos e garantir que o Brasil continuará crescendo de modo sustentado, promovendo cada vez mais o desenvolvimento com inclusão social.

Meus amigos e minhas amigas da cidade de Franca,

Meus amigos e minhas amigas da Ferracini,

Eu não tenho dúvida nenhuma que o exemplo que estamos vendo nesta Fábrica, o exemplo que possivelmente poderíamos ver em outras fábricas na cidade de Franca nos dão a certeza de que o Brasil haverá de galgar vitórias extraordinárias no mercado internacional, exportando os sapatos produzidos aqui. O Brasil às vezes exporta 17, 18, 19 milhões de peças de couro *in natura* para países que vão produzir sapatos e competir conosco. Eu não sou contra o Brasil exportar o couro *in natura*, mas o que nós precisamos trabalhar, de



forma incansável, é para que cada vez mais, o Brasil exporte menos couro e exporte mais sapatos, porque estaremos exportando valor agregado, estaremos exportando mão-de-obra qualificada, estaremos exportando, na verdade, produtos que podem significar geração de empregos, renda e distribuição de riquezas.

O Furlan estava comigo em Genebra, quando um empresário importante do setor da indústria automobilística afirmou, num encontro com mais de 220 empresários do mundo inteiro que, numa pesquisa feita nas fábricas daquela empresa em todo o mundo, a conclusão a que eles chegaram era que o produto de melhor qualidade daquela fábrica era produzido pelos trabalhadores brasileiros. E não disse isso para agradar, lá, porque depois, no Brasil, num ato que nós fizemos dentro da empresa, esse empresário repetiu isso, na frente dos trabalhadores, para motivo de orgulho dos trabalhadores.

Olhando na cara dessas meninas, passeando um pouco na linha de produção, vendo cada um fazendo a sua função – quando a gente põe um sapato no pé a gente não tem noção do caminho que ele percorre, por quantas mãos ele passa, o carinho com que ele é tratado em cada uma das suas funções, desde o cidadão que corta o barbantino, até o cidadão que monta a sola, o cidadão que pule o couro. A gente não tem noção do carinho, a gente não tem noção, aliás, de como é feito um sapato.

E eu quero dizer aos trabalhadores: não tenho dúvida nenhuma de que, na hora em que as regras do jogo do mundo comercial estiverem mais equilibradas e mais justas, não haverá nenhum país do mundo que possa competir com a criatividade e a capacidade produtiva do trabalhador brasileiro. Não tenho dúvida nenhuma de que seremos imbatíveis na hora em que nós conseguirmos mais espaço para que os nossos calçados cheguem aos pés dos bilhões e bilhões de seres humanos que precisam experimentar o que é um calçado produzido em Franca e o que é um calçado produzido aqui, na Ferracini; sobretudo, se eles conseguissem ver a cara boa e alegre destes



funcionários que estão aqui, uma cara de quem está de bem com a vida, uma cada de quem está satisfeito com o que está fazendo, uma cara, eu diria, do próprio povo brasileiro.

Acho que vocês merecem o sucesso desta empresa e esta empresa merece o sucesso de vocês. E eu acho que o Brasil precisa continuar a merecer o carinho, a dedicação e a paciência de vocês, porque, muitas vezes, as pessoas acham que tudo pode acontecer num passe de mágica. E governar não tem mágica, como na vida da gente.

Cada um de vocês carrega um sonho e cada um de vocês trabalha, cotidianamente, na perspectiva de cumprir esse sonho. E vocês vão descobrindo, na medida que o tempo vai passando, que nem sempre o sonho é capaz de ser realizado no tempo que a gente quer, com a pressa que a gente tem e com a vontade que a gente está determinado.

O que a gente não pode perder de vista é que governar é igual a vida da gente. É igual: nós não podemos perder nunca a paciência, temos que ter sempre determinação nos objetivos que queremos alcançar, temos que fazer exatamente aquilo que precisa ser feito sem, em nenhum momento, deixar de falar a verdade para o povo brasileiro. É assim que vamos levar este país para a frente. É assim que vamos recuperar o tempo perdido. E é assim que vamos continuar gerando a riqueza e os empregos que o nosso povo tanto precisa.

Estou aqui feliz, porque, primeiro, não estou visitando uma simples fábrica, com simples empresários, com simples sindicatos, com simples trabalhadores. Eu vim aqui quando muitos de vocês, possivelmente, não eram nascidos ainda. Eu vim aqui participar de um ato de solidariedade aos trabalhadores de Franca, em 1985. Acho que muitos diretores desta empresa aqui eram sapateiros e estavam participando daquela greve famosa de 1985.

E com a mesma alegria eu volto, aqui, percebendo que houve uma evolução também na relação entre capital e trabalho, que houve uma interação e que, hoje, os empresários descobriram que a empresa irá cada vez melhor,



quanto melhores e mais satisfeitos estiverem os seus trabalhadores. E os trabalhadores descobriram que eles estarão cada vez melhores, quanto mais a empresa estiver melhor, quanto mais a empresa crescer e quanto mais a empresa ganhar dinheiro, porque significa que tem o que ser distribuído entre todo mundo.

Por isso, estou feliz e estou realizado. E espero, meu companheiro Gilmar, que tanto insistiu para eu vir a Franca participar desta inauguração, o que eu espero é que você me convide para que eu possa ter outros momentos de alegria, como este que estou tendo aqui.

Muito obrigado à Direção da Ferracini. Muito obrigado aos trabalhadores e às trabalhadoras da Ferracini. Muito obrigado aos deputados, aos ministros. E, sobretudo, muito obrigado a vocês, por vocês existirem e serem o que vocês são. Até a vitória, meus filhos.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura do 16º Fórum Nacional do INAE – Economia do
Conhecimento, Crescimento Sustentado e Inclusão Social**

BNDES – Rio de Janeiro-RJ, 17 de maio de 2004

Excelentíssima senhora Rosinha Garotinho, governadora do Rio de Janeiro,

Meu caro ministro João Paulo dos Reis Velloso, coordenador do Fórum Nacional,

Meu caro d. Eugênio Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro,

Meu caro sr. Walfrido dos Mares Guia, ministro do Turismo,

Meu caro Luiz Soares Dulci, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República,

Meu caro Jaques Wagner, secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,

Meu caro companheiro professor Carlos Lessa, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social,

Meu caro Márcio Fortes, presidente do Conselho, diretor do Instituto Nacional de Altos Estudos,

Meu caro José Eduardo Dutra, presidente da Petrobrás,

Meus companheiros deputados federais Jorge Bittar, Júlio Lopes, Chico Alencar,

Dirigentes sindicais, empresários,

Meus companheiros, estou vendo apenas um representante aqui do Fundos de Pensão, companheiro Sérgio Rosa, da Previ,

Meus amigos e minhas amigas.

Não poderia ser mais adequado e oportuno o tema deste XVI Fórum:



Economia do Conhecimento, Crescimento Sustentável e Inclusão Social. Quase sempre estas três questões – conhecimento, crescimento e inclusão – são consideradas isoladamente, de modo estanque.

É um grande mérito do Fórum tratá-las em conjunto, buscando a sua desejável integração, a sua necessária complementaridade. Em especial, nosso governo compartilha plenamente dessa busca de uma síntese nova e criativa entre estabilidade econômica e desenvolvimento social.

Estamos convencidos de que é preciso superar, na teoria e na prática, dicotomias artificiais do passado, que tão danosas se revelaram para o nosso país e para o nosso povo.

A experiência histórica do Brasil e do mundo demonstra que as nações prósperas e coesas são aquelas que conseguem combinar e, mais do que isso, fundir a responsabilidade econômica com a responsabilidade social. São aquelas que conseguem trilhar o caminho do crescimento sustentado, da geração de emprego e renda, da produção e democratização do conhecimento, da verdadeira inclusão social.

Estabilidade não se opõe a crescimento, assim como crescimento não deve opor-se à estabilidade. Ao contrário: o crescimento sem estabilidade é insustentável, historicamente. Da mesma forma, o crescimento consistente e duradouro é a melhor forma de consolidar a estabilidade.

Nosso objetivo, desde o primeiro dia de governo, tem sido o de proporcionar ao país um novo ciclo histórico de crescimento sustentado, do qual a inclusão social seja ao mesmo tempo motor e resultado.

A esse objetivo temos nos dedicado de corpo e alma. Por ele temos trabalhado incansavelmente. Esta é a causa do Brasil e é a nossa causa. E dela jamais abriremos mão. Sabemos que o crescimento sustentado e o bem-estar social não nos serão dados de presente.

Trata-se de um caminho que deve ser construído dia-a-dia, pelo esforço consciente de cada um e de todos nós. Caminho que é incompatível com



planos supostamente milagrosos, com pacotes aparentemente mágicos. Em uma palavra: com atalhos inexistentes para o progresso e a justiça.

O poeta espanhol Antonio Machado já disse de modo inigualável: “Caminhante, o caminho se faz ao caminhar.”

É por isso que nosso governo tem procurado imprimir ao país um novo rumo, mais coerente e responsável. Que não busca o êxito fácil e inseqüente, o aplauso efêmero, mas a solução efetiva e permanente dos grandes problemas nacionais.

Temos plena consciência de que o caminho das soluções estruturais é o mais árduo e desafiador. Mas é o caminho justo e devemos trilhá-lo com paciência e perseverança. E os resultados gradativamente aparecerão, como já estão aparecendo, com a retomada do crescimento e a melhoria de alguns importantes indicadores sociais.

O Brasil, desde janeiro de 2003, passou a contar com uma agenda clara, da qual não nos desviaremos. O país tem projeto, tem comando exercido democraticamente e voltou a ter uma verdadeira estratégia de desenvolvimento nacional e de inserção soberana no mundo.

O Brasil, hoje, recuperou a sua auto-estima e a sua visão de futuro, ancoradas em uma compreensão realista do presente. A primeira obrigação de um governo de mudanças é conhecer bem e avaliar com lucidez os obstáculos que devem ser vencidos, as pré-condições que devem ser criadas na prática, e não apenas no discurso, para que os avanços pretendidos não sejam fogo de palha, para que as conquistas econômicas e sociais se tornem definitivas, irreversíveis.

Tropeços circunstanciais existem, como em qualquer governo e, se a experiência prática recomenda, fazemos aperfeiçoamentos, mas prosseguiremos na rota traçada porque acreditamos nela e acreditamos no Brasil.

Dissemos que a tarefa prioritária de 2003 era a de superar a grave crise



econômica e colocar novamente o país nos trilhos. Tratava-se, antes de mais nada, de recuperar a estabilidade, reduzir a vulnerabilidade e instaurar um clima de confiança do Brasil em si mesmo e do mundo em nosso país. Esse foi o primeiro e imprescindível passo no sentido de virar a página de quase uma década de estagnação.

Devemos, agora, zelar pela estabilidade reconquistada, tornando-a cada vez mais resistente às turbulências do cenário global. Nosso país, pelo esforço de suas empresas, dos trabalhadores e do governo, alcançou um grande saldo na balança comercial.

Estamos batendo recordes históricos a cada mês. Aqui, só um parêntese: eu acabei de receber um telefonema do ministro Furlan, no último domingo, ao completar 365 dias das nossas exportações; nós chegamos a 80 bilhões de dólares, o que é um marco extraordinário e recorde na vida do nosso país, e eu espero que colhamos muito mais até o final do ano.

E mesmo com a retomada do crescimento doméstico, as exportações continuam a crescer. Isso reduz fortemente a vulnerabilidade do país.

Dissemos que era preciso realizar um conjunto de reformas institucionais e econômico-sociais, na área da Previdência, dos regimes tributário e trabalhista, do sistema fundiário, com reforma agrária de qualidade, e do sistema político.

Cumprimos duas dessas cinco etapas. Vamos cumprir, nos próximos dois anos e meio, as etapas seguintes. A reforma da Previdência, além de torná-la mais justa e equitativa, deu ao país instrumentos para melhorar a sustentabilidade do sistema. Foi outro passo enorme, que contou com a colaboração do Congresso Nacional, dos governadores e prefeitos e da opinião pública. Novos passos devem ser dados. O Regime Geral de Previdência ainda tem déficits importantes, sobretudo pelo elevado grau de informalidade na economia.

Este é um problema complexo, que tem ligações com as esferas



trabalhista e tributária. Não menos importante foi a aprovação da reforma tributária, fruto de ampla negociação nacional que mobilizou ativamente o empresariado, os entes federativos e o parlamento. Seu impacto positivo na vida do país fica, a cada dia, mais evidente.

Hoje, graças às condições criadas pela reforma, estamos atuando na melhoria da qualidade dos impostos, como é o caso da COFINS e do PIS, e simplificando instrumentos, a exemplo do compromisso constitucional assumido em relação ao ICMS.

Com isso, haverá uma clarificação fundamental para as empresas e os consumidores, possibilitando, a médio prazo, a redução dos níveis de tributação. Vamos percorrer igualmente, ainda que por etapas, o caminho da desoneração dos encargos sobre folhas de salários.

Há os que se recusam a reconhecer os inegáveis avanços da reforma tributária porque ela não reduziu de imediato os impostos, e nem poderia fazê-lo, sob pena de grave irresponsabilidade, dados os desequilíbrios acumulados ao longo de muitos anos nas contas públicas e que levaram o país a contrair uma elevada dívida. Dívida que foi e continuará a ser honrada pelo nosso governo, ao mesmo tempo em que fazemos o máximo esforço para reduzir, paulatinamente, o seu peso em relação ao Produto Interno Bruto.

Acredito que, com a racionalização constante do nosso sistema tributário, poderemos caminhar para a instituição de um único imposto de valor adicionado, dando ao sistema a objetividade e simplicidade que os agentes econômicos tanto almejam.

Apesar das notórias dificuldades orçamentárias que herdei, não houve nem haverá aumento de carga tributária no meu governo. Meu compromisso é, mesmo, o de reduzi-la, na medida em que o crescimento da economia e o saneamento das finanças públicas forem criando condições para isso.

Além disso, encaminhamos ao Congresso Nacional um conjunto coerente e consistente de medidas com o propósito de assegurar as condições



institucionais e o ambiente favorável à expansão dos investimentos.

Entre outras, que comentarei mais adiante, menciono a consolidação das agências reguladoras, o novo marco regulatório da área de saneamento, a Lei de Falências e a Lei do Mercado Imobiliário, que ajudará em muito a recuperar um setor decisivo para a economia e para a vida social, que é o setor da construção civil.

Evidentemente, uma agenda de governo não é feita somente de ajustes e de mudanças institucionais, ainda que estes sejam importantíssimos. Por isso mesmo, nos debruçamos este ano sobre as questões vitais das políticas de desenvolvimento e inclusão social.

Neste particular, quero dizer que a economia do conhecimento, que é cada vez mais a economia do século XXI, só será apropriada por países como o Brasil se esforços vigorosos e obstinados forem feitos nessa direção.

No que se refere às políticas sociais, posso dizer que os resultados já são muito animadores e nos dão a certeza de que, nos próximos dois anos e meio, vamos realizar tudo que sonhamos em benefício das famílias brasileiras que vivem em extrema pobreza.

De um lado, porque apesar de todas as dificuldades, conseguimos aumentar o orçamento social até atingir, este ano, o recorde de 10 bilhões e 800 milhões de reais para o Bolsa Família, a Loas e outros programas destinados à população carente.

Os indicadores comprovam que as famílias de menor renda e tantos que ainda enfrentam o drama da fome em nosso país já estão, de certa forma, melhor assistidos. As estatísticas favoráveis virão a cada ano, porque nos empenhamos em integrar os programas e as ações da política social.

Também integramos os órgãos de governo, reunindo-os num só ministério, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Cito apenas, entre muitos outros possíveis, mais dois exemplos de políticas sociais que vêm para alterar a qualidade de vida das classes



populares.

Um é o Plano de Apoio à Agricultura Familiar, que lançamos em maio do ano passado. O período da safra ainda não terminou e, dos 5 bilhões e 300 milhões de reais que disponibilizamos, cerca de 4 bilhões já chegaram aos agricultores. Isso é mais do que o dobro do que se financiou em qualquer outro ano da nossa história – e estão viabilizando a produção de 1 milhão e meio de famílias.

O sucesso da agricultura familiar vem somar-se ao renovado sucesso do agronegócio brasileiro, que também financiamos em montantes inéditos, comprovando que agronegócio e agricultura familiar são perfeitamente compatíveis, mais do que isso: são complementares e igualmente indispensáveis ao nosso país.

O outro é o Plano de Obras e Saneamento Básico, recém-lançado, no valor de 2 bilhões e 900 milhões de reais, cujos contratos estaremos assinando até o final deste mês com estados e municípios e empresas públicas de saneamento, e que também se constitui no maior plano de investimentos no setor, mais do que tudo o que se investiu em saneamento básico de 1995 a 2002.

A retomada do crescimento e o desenvolvimento brasileiros passam por acreditarmos em nós mesmos, em nossa capacidade de fazer, e fazer bem as coisas. Até alguns anos atrás, a indústria naval estava paralisada, era tida como falida, incapaz de produzir e tantas outras coisas que falavam dela. Hoje, as plataformas estão sendo feitas aqui, os navios da Petrobrás estão sendo feitos aqui. É uma prova de que basta acreditarmos em nós mesmos, em nossa capacidade produtiva, que o Brasil vencerá todo e qualquer obstáculo.

Um país tão complexo como o Brasil, que tem pesquisas de ponta em várias áreas e empresas com capacidade de desenvolver tecnologias inovadoras, tem que dispor de um plano de desenvolvimento.



Este plano tem diferentes aspectos voltados para impulsionar o aumento do investimento privado e público, tanto em infra-estrutura física e logística quanto em infra-estrutura de conhecimento e de inovação.

Temos trabalhado firmemente na definição de um plano efetivo nestes dois campos. As regras para o investimento em energia estão definidas e, mesmo que soluções não sejam fáceis nem imediatas neste setor, o importante é que não nos omitimos, fizemos o máximo que poderíamos fazer.

Aqui, duas novidades extraordinárias: de junho até dezembro do ano passado, nós conseguimos desobstruir 17 hidroelétricas que estavam paralisadas desde 2001, por problemas ou no Ministério Público ou no Ibama federal ou no Ibama estadual. Essas empresas estão, agora, em construção. Temos mais 18 para desobstruir.

Mas o mais interessante, o mais importante é que, dois meses atrás, lançamos o Proinfa, em Brasília, a nossa política de energia alternativa. Algumas pessoas estavam céticas com relação ao sucesso. Na última sexta-feira, nós tivemos o prazer de anunciar, nós queríamos contratar 3.300 megawatts e apareceram propostas para 6.600 megawatts, com um investimento de 8 bilhões e meio de reais nos próximos dois anos, numa demonstração do sucesso extraordinário em que se transformou a nossa política de energia alternativa.

Isso demonstra que, quando nós temos bons projetos, as coisas acontecem no Brasil. Muitas vezes, nós ficamos chorando muito, e o BNDES pode ser prova disso, de que nem sempre por trás da choradeira tem um bom projeto para receber do BNDES os investimentos necessários para que uma indústria ou alguma coisa nova possa acontecer no nosso país.

Talvez tenha sido este um dos campos mais traumáticos das ilusões vividas no anos 90, de que bastava o Estado afastar-se, vendendo os ativos em seu poder, para que os mercados suprissem, de forma perfeita, este bem vital.



Muito mais do que imperfeições, o que houve aí foram experiências fracassadas e escândalos internacionais.

O que ficou foi um terreno de maior incerteza, no qual a atuação do governo tornou-se indispensável, no sentido de buscar uma regulação adequada e parcerias público-privadas que encarem os novos desafios.

As regras de parceria público-privada encontram-se no Congresso Nacional, e não tenho dúvida de que serão debatidas e aprovadas com a mesma diligência e espírito público que o Parlamento tem, repetidamente, demonstrado.

Com isso, os recursos do Estado brasileiro para financiar o desenvolvimento poderão ser muito potencializados, em associação com o capital privado, tanto nacional como estrangeiro.

Todos sabemos que o Estado não tem hoje a mesma capacidade de financiamento que já teve no passado. Nem tem a pretensão doutrinária de atuar sozinho. Mas, através das PPP, os seus recursos, que não são desprezíveis, poderão viabilizar projetos capazes de contribuir, e muito, para o novo ciclo de crescimento.

No que diz respeito à infra-estrutura do conhecimento, acredito que demos um passo fundamental ao definir as diretrizes de política industrial, tecnológica e de comércio exterior. Há, pelo menos, vinte anos o país anseia por uma política industrial.

Nos anos 60 e 70, que registraram o último grande ciclo de expansão da economia brasileira, o Brasil concentrou esforços, como não poderia deixar de ser, na remoção de gargalos e na geração de capacidade produtiva.

Nos anos 90, acreditou-se numa agenda simplificadora, que praticamente dispensava o esforço próprio em busca de inovações. Com isso, perdemos em muitos setores industriais a possibilidade real de nos tornarmos internacionalmente competitivos. Hoje, também é necessário remover gargalos, sobretudo na infra-estrutura, e criar capacidade produtiva.



É para isto que estamos trabalhando, elegendo prioridades, motivando talentos, provendo recursos a taxas adequadas, no sentido de dar um salto em termos de competitividade internacional.

O país conseguiu fazer isso na agricultura e em algumas ilhas de excelência, mas agora chegou a hora de dar corajosamente um passo maior, capaz de impulsionar a indústria brasileira e nossa rede de serviços.

A economia do conhecimento se move nesta direção e deste movimento não podemos nos apartar. É por isso que estamos apostando na inovação como, talvez, nunca antes se tenha apostado. Ou, pelo menos, numa escala sem precedentes.

O Brasil não pode, não deve e não vai ser um comprador líquido de tecnologia, expressa em produtos de alto valor agregado, em áreas-chave como fármacos e medicamentos, microeletrônica, software e bens de capital.

Não é um problema, simplesmente, de balança comercial. Temos, sim, déficits comerciais importantes nessas áreas, os maiores em nossa pauta de importação. Mas o que mais perdemos não está aí, no fato de importar. O que mais perdemos é na incapacidade de exportar em áreas como essas.

Por que isso acontece? Porque essas áreas são baseadas no maior fenômeno de nossos tempos, que se chama propriedade intelectual. A manufatura deixou de ser, em nossos dias, o fator que impulsiona as economias. Ela continua sendo importante e não é o caso de abrir mão dela. Mas o que é preciso, sobretudo, é agarrar firmemente a capacidade de gerar conhecimento, patentes, melhoria de processos e gestão. A resultante disso é a capacidade de criar propriedade intelectual, design, marcas de alto valor agregado.

Temos debatido com afinco este tema no Conselho Nacional de Tecnologia e no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Integramos as ações ministeriais. Constituímos o Conselho de Desenvolvimento Industrial e enviamos Projeto de Lei ao Congresso criando a



Agência de Desenvolvimento Industrial.

Programas de fomento para as áreas de bens de capital, software e fármacos já foram definidos pelo BNDES e estão sendo implementados. Eles criam condições de incentivo ao investimento privado, até então inexistentes no Brasil.

Na estrutura de ciência e tecnologia, enviamos o Projeto de Lei de Inovação e estamos tomando medidas para racionalizar o uso dos recursos dos fundos setoriais. As ações estão sendo implementadas e vão ganhar ainda mais fôlego nas próximas semanas.

O governo está fazendo a sua parte e certamente os empresários farão a sua, aumentando seus investimentos.

Quero dizer também uma palavra sobre a educação, pois ela é o alicerce indispensável de qualquer política de desenvolvimento sustentado. O Brasil avançou muito, nas últimas décadas, no sentido de universalizar o acesso à escola fundamental. Não se deve, absolutamente, menosprezar essa conquista. Que o diga quem nunca conseguiu estudar por falta de escola pública. Mas não basta.

Nosso grande desafio, hoje, é elevar a qualidade do ensino fundamental e médio. Não apenas dessa ou daquela escola, mas do sistema de ensino como um todo.

Estamos preparando a proposta de uma autêntica reforma universitária, que fortaleça a nossa produção e socialização do conhecimento superior. E vamos ampliar o acesso dos carentes à universidade, com o programa Universidade para Todos. Mas resolvemos, também, elaborar um ousado projeto de trabalho que incida fortemente nos desafios de qualidade do ensino fundamental e médio. Este ponto é crucial. Estou absolutamente convencido de que na melhoria do ensino, desde a base, reside o grande fator de inclusão social e desenvolvimento.

Meus amigos e minhas amigas,



Hoje, aqui, na abertura deste Fórum tão prestigioso e qualificado, preferi me ater ao tema proposto, da estratégia global de desenvolvimento do país, sem tratar dos aspectos estritamente conjunturais, por mais importantes que os novos indicadores conjunturais sejam para comprovar o acerto do caminho que o Brasil está seguindo e desfazer equívocos de percepção.

Eu poderia ter focado, com humildade e alegria, o início da recuperação da renda dos trabalhadores, o aumento da produção industrial, a reação das vendas no comércio, o importante crescimento das contratações com carteira assinada, a maior procura de financiamento pelas pequenas e médias empresas, a recuperação econômica, enfim, coisas que já são realidade.

Preferi, no entanto, me concentrar na estratégia do desenvolvimento econômico e social, para demonstrar que este país tem rumo, que este país tem uma agenda clara de iniciativas que estão sendo executadas de modo consciente e tenaz.

Uma agenda que vai ao coração do nosso tema, aqui, hoje. Ao coração dos desafios brasileiros. E que nos levará, se Deus quiser e se perseverarmos em nossa ação transformadora, ao crescimento sustentado, com geração de empregos, distribuição de renda e paz social.

Eu quero terminar dizendo aos participantes deste Seminário que, quando falamos de educação precisamos nos lembrar que, embora tenhamos 98% das nossas crianças na escola, os dados do MEC indicam que 58% das crianças que estão na 4ª série não conseguem ler direito e 59% não conseguem fazer uma das quatro operações matemáticas.

Quando falamos em crise econômica e desemprego, nós temos que ter como parâmetros aquilo que acontecia antes de nós. De janeiro a março deste ano foram registrados pelo Caged, que é um organismo do Ministério do Trabalho que conta a entrada dos empregados e os demitidos, o saldo positivo de 347 mil novos empregos criados.



É muito pouco diante do que nós precisamos criar, mas é o máximo de emprego com carteira assinada criado desde 1992 no nosso país.

Portanto, eu estou convencido que nós precisamos apenas confiar em nós mesmos, nós precisamos apenas acreditar que se nós definirmos conjuntamente os passos que o Brasil tem que dar e não ficarmos olhando as tentativas de crise internacional causada por aumento de juros americanos, e se nós depositarmos toda a nossa energia para encontrarmos saídas a partir dos nossos interesses eu não tenho dúvida que, sem nenhum plano mágico, como eu disse no começo, sem nenhum plano milagroso, mas com perseverança, com credibilidade e obstinação, certamente nós vamos conseguir para o Brasil, o melhor desempenho e o melhor desenvolvimento sustentável que este país já teve.

Afinal, não queremos uma economia para um mandato, queremos uma economia para um país, e isso só será feito com muita seriedade.

Muito obrigado.

/lrj/cms.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura da 45ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos**

Goiânia-GO, 17 de maio de 2004

Meus queridos e queridas companheiras do estado de Goiás e da cidade de Goiânia,

Meu querido amigo, governador do estado de Goiás, Marconi Perillo. Governador que embora não seja do meu partido, tem dado uma demonstração extraordinária de lealdade, de parceria, em todos os momentos que precisamos da sua atuação, junto com o nosso querido governador Ronaldo Lessa, do estado de Alagoas. Embora os dois pertençam a partidos diferentes, eu, de vez em quando, penso que nós estamos no mesmo partido. Se não estamos no mesmo partido, por conta da diferença de legenda, certamente estamos no mesmo partido chamado Brasil, e nós queremos ajudar a resolver o problema do nosso país.

Meu querido companheiro Tarso Genro, ministro da Educação,

Meu querido companheiro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Meu querido companheiro Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional,

Meu querido companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades,

Meu querido companheiro Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Meu querido companheiro Aldo Rebelo, ministro-chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais,

Minha querida companheira Matilde Ribeiro, secretária de Promoção da Igualdade Racial,

Meu querido companheiro, não sei se é possível falar assim de um ministro do Supremo Tribunal Federal, mas como fui eu quem o indiquei para o



Supremo, eu posso dizer meu companheiro. Eu o conheço há muito e nem sabia que ele tinha o Aires, só o conhecia por Carlos Brito, então, meu companheiro Carlos Brito, ministro do Supremo Tribunal Federal,

Meu querido companheiro Pedro Wilson, que deve ter feito alguma encomenda aí para o Marcelo Déda e para o Perillo falarem tão bem dele aqui, nesse microfone,

Meu querido companheiro Marcelo Déda... eu espero, Kátia, que você seja mais delicada comigo do que foi o Marcelo Déda, porque ele, embora seja um menino perto mim e embora sejamos compadres, foi muito duro comigo na reunião de prefeitos. E eu espero que você seja dura, mas sem perder a ternura, como ele muitas vezes perdeu,

Meu querido Paulo Ziulkoski, prefeito de Mariana Pimentel e presidente da Confederação Nacional de Municípios,

Meu querido companheiro José do Carmo, prefeito de Cambé, e presidente da Associação Brasileira de Municípios,

Meu querido amigo e companheiro Maguito Vilela, senador da República pelo estado de Goiás,

Quando a gente fala de gente importante, a gente fala de deputados, mas ali na frente governador, tem uma figura chamada Delúzio Soares, de importância extraordinária no PT,

Meus queridos prefeitos das cidades e prefeitas,

Meus companheiros prefeitos e prefeitas das capitais, com quem tive o prazer de ter uma boa e profícua reunião,

Meus companheiros deputados federais Pedro Chaves, Sandes Júnior, Leandro Vilela, Neide Aparecida, Jackson Barreto e o companheiro Enio Tatico,

Meus companheiros deputados estaduais, vereadores, secretários de estados, secretários municipais, secretárias,

Meus companheiros e minhas companheiras,



Eu tinha até pensado, Marcelo Déda, em pedir para você, no final daquela reunião para eu não vir na abertura, porque precisava voltar mais cedo para Brasília, porque a vida é dura, então é preciso trabalhar muito.

Mas eu também não poderia deixar de participar do momento mais importante, sobretudo eu que não tenho eleição agora, não estou disputando nada, a gente fica mais à vontade do que quem está disputando neste momento.

Eu quero dizer a vocês que para mim é muito difícil fazer algumas brincadeiras porque eu começo a quebrar a liturgia do poder, a liturgia é uma coisa importante, mas eu nasci assim, eu vivi assim, eu sou presidente por um mandato determinado e eu quero ser amigo de vocês para sempre. Então, eu acho que não tenho que ter nenhuma preocupação com o ritual, obviamente sem descambar aqui.

Mas eu quero dizer ao companheiro Marcelo Déda – que ainda não deu posse para a Kátia, a posse será amanhã – que há uma razão pela qual, ou melhor, há mais de uma razão pela qual nós tratamos os prefeitos com uma certa diferença.

A primeira razão, Marcelo Déda, está aqui na mesa. Se você analisar os meus ministros, com exceção da Matilde, todos já foram prefeitos ou secretários de prefeituras ou governadores de estado. Portanto, o nosso compromisso não é um compromisso ocasional, é o compromisso de alguém que acredita que só tem sentido você governar uma cidade, um estado ou um país, se for possível, no final do seu mandato, além de todas as obras que você porventura tenha realizado, você ter criado um novo padrão de relacionamento entre os entes federados do nosso país e, sobretudo, entre o estado e a sociedade.

A segunda coisa pela qual nós tratamos os prefeitos bem, é porque o Hilton Acioly, há muito tempo atrás, aquele mesmo que fez “Disparada”, aquele mesmo que fez aquela música “Sem Medo de Ser Feliz”, fez uma música para



uma campanha que eu não sei qual foi, que dizia mais ou menos assim: esqueci a música, eu ia acertar mas esqueci. Dizia mais ou menos assim: “uma cidade parece pequena se comparada a um país, mas é na minha, é na sua cidade que se começa a ser feliz.”

Essa letra dá uma demonstração do significado, da importância das cidades brasileiras. E eu tenho dois privilégios: o primeiro, de ter sido deputado constituinte e termos tido, na Constituição, possivelmente, a maior participação que os municípios já tiveram em todo o bolo que se arrecada neste país. Possivelmente, o melhor momento dos prefeitos, neste país, foi dos eleitos em 1988. E agora, como presidente da República. Eu me lembro que quando me convidaram para ir, em março – eu tinha dois meses de mandato – na Marcha dos Prefeitos, eu ouvi: “os prefeitos estão bravos, estão nervosos, eles têm lembrança de que apanharam aqui, de que ninguém atende, que tem muita gente do PFL, muita gente do PMDB, tem pouquinha gente do PT, você toma cuidado!” Eu não só fui como levei todos os ministros que eu pude levar.

E quando cheguei lá, eu me lembro de uma coisa que eu disse aos prefeitos: eu só quero que vocês me olhem como o povo da sua cidade olhou para vocês nos primeiros meses de governo, o povo de cada vila, o povo de cada rua, porque não pensem que eu posso fazer por vocês mais do que vocês puderam fazer para os eleitores que os elegeram. E isso me parece que tocou na alma de cada prefeito. Eu sei que eu saí de lá satisfeito, realizado, porque tinha feito uma reunião altamente civilizada.

E a outra vez foi este ano, quando eu fiz questão de ir, já com um ano de governo, num ano eleitoral, portanto, mais complicado. Em ano eleitoral a gente nunca sabe o que pode acontecer quando se junta muita gente. E eu fui lá para ouvir gostosamente, para ouvir do nosso prefeito de Cambé, para ouvir do Paulo, para ouvir do Marcelo Déda e para ouvir de outros o que eu ouvi hoje do Embassaí, o que ouvi do Tenegushi, o que ouvi do César Maia e o que ouvi de outros prefeitos. Há muitos e muitos anos que os prefeitos brasileiros não



eram tratados com o respeito e com a decência que estão sendo tratados agora. E há muitos e muitos anos, as prefeituras não tinham o retorno financeiro que têm agora.

Obviamente que nós estamos construindo, e eu quero dizer para você, meu caro Paulo: eu nunca paro de reivindicar. Nunca paro de reivindicar até porque a reivindicação é própria da natureza humana. Se um jogador de futebol marca um gol, as pessoas querem que ele marque dois; se você der 100% de reajuste, um mês depois a pessoa quer mais 100%. Ou seja, nós estamos predestinados a não nos conformarmos com o que nós temos. O que nós não podemos é perder o limite do bom senso naquilo que a gente chama “o limite do possível”, do que você pode fazer em determinado momento. Eu vou dar o exemplo de uma coisa que poderia ter sido feita por outros, afinal de contas, passou tanta gente antes de mim. Poderia ter sido feita a lei complementar do ISS, que estava há treze anos no Congresso Nacional esperando a votação. Nós mandamos fazer isso ano passado e foi feito, numa demonstração de que nós não temos nenhuma preocupação em passar o dinheiro diretamente para as prefeituras, como fizemos com o dinheiro do Fundef, porque o que nós queremos, na verdade, é quando passarmos o dinheiro, fazer esse dinheiro chegar o mais rápido possível para que o povo não fique esperando a vontade política dessa ou daquela pessoa que, muitas vezes, segura o dinheiro, como disse o Paulo aqui, e não o repassa imediatamente para os prefeitos.

Mas não é apenas isso. Isso é apenas uma obrigação nossa. Eu penso que tem muito mais coisas que nós poderemos construir. O Marcelo Déda foi injusto quando, aqui, só falou do comitê: “pela primeira vez o comitê que trata da questão entre a União e os prefeitos...” mas não falou que a Caixa Econômica Federal criou uma sala específica para atender os prefeitos do nosso país que, quando chegarem à Caixa Econômica, vão ter uma sala e um departamento só para atendê-los.



Porque não tem nada mais triste do que prefeito de cidade pequena – os das capitais não, porque os das capitais têm importância no Congresso Nacional, na Câmara, com o senador – mas o cidadão que sai de uma cidadezinha de 5 mil habitantes, 8 mil habitantes, lá do interior de Pernambuco ou Sergipe, o coitado fica perambulando em Brasília, às vezes horas e dias, e ninguém o atende.

Agora, no nosso governo, ele tem um comitê que vai atendê-lo e ele vai ter na Caixa Econômica Federal uma sala onde pode chegar e dizer: “eu sou prefeito e quero ser atendido”. Isso não é favor, isso é respeito, isso é o que nós queremos receber daqueles que lidam conosco politicamente.

Mas o mais importante ainda é o que eu ouvi, aqui, de várias pessoas que falaram antes de mim. Coisas que me deixam satisfeito de saber que nós já conseguimos fazer, nesse pouco tempo, aquilo que vocês reivindicavam há anos e que já poderia ter sido feito. E nós estamos fazendo.

Porque no meu governo, quando cai uma coisa da prefeitura, se bate na mão do Olívio Dutra ele não reage enquanto ministro, mas enquanto prefeito de Porto Alegre. Se cai na mão do Tarso Genro, ele reage enquanto prefeito; se cai na mão do Ciro Gomes, ele reage enquanto prefeito de Fortaleza; se cai na mão do Patrus ele reage enquanto prefeito; se cai na mão do Dulci ele reage enquanto prefeito. Há, portanto, uma afinidade de propósito que eu espero que a gente consiga nestes dois anos e meio que faltam, e muito mais. Eu espero, Paulo, que a cada reunião que a gente faça com os prefeitos, você tenha um reconhecimento do ponto que este unido governo está fazendo para as prefeituras do nosso querido Brasil. Das pequenas, das grandes e das médias cidades.

E sobretudo das grandes, com as quais nós temos que ter um carinho excepcional. Possivelmente não seja o problema de Goiânia, que é uma cidade bonita, florida, uma cidade que não tem ainda os problemas sociais que já tem em algumas capitais.



Mas eu dizia para os prefeitos das capitais, hoje, que a minha preocupação é com as prefeituras chamadas as grandes megalópoles deste país. As grandes capitais brasileiras onde existe uma concentração enorme de problemas e, sobretudo, problemas que envolvem a juventude brasileira, problemas que são olhados a grosso modo, mas que são possíveis de serem superados num curto espaço de tempo.

Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, e Curitiba, que têm menos problemas. Cidades como Recife, Fortaleza, Belém ou como Porto Alegre, são cidades que cresceram desproporcionalmente. A própria capacidade de elaboração de infra-estrutura dos governantes e os problemas se acumularam e chegaram a um tamanho tal que nós vamos ter que parar e pensar no que vamos fazer, levando em conta, sobretudo, o desespero e a desesperança na cabeça de milhões e milhões de adolescentes que estão sem ter muito com o que sonhar.

Eu não sei se vocês perceberam, quando aparece na televisão uma cena de um seqüestro, de um crime, de uma chacina, não aparecem pessoas de 40 anos envolvidas. São todos jovens de 20 anos, 18 anos, 17 anos. Quando tem um de 25 anos, já é o mais velho da turma.

Isso nos chama a contar até 10, quem sabe recontar, para que a gente defina claramente o que a gente vai fazer. Daí a minha preocupação com a educação, a minha preocupação com a saúde, a minha preocupação com a geração de empregos para essa juventude.

Emprego que muitos acham que é só investir em saneamento básico e estará resolvido. Lembrando que esta juventude na cidade não quer trabalhar de pedreiro, nem de ajudante de pedreiro. Essas pessoas querem aprender uma profissão, querem ter acesso à informática, querem trabalhar em outra coisa e, sobretudo, essas pessoas precisam ser motivadas por nós, a ter o sonho, a ter a esperança de chegar a uma universidade e poder se formar, como é o sonho de todos os jovens neste país.



E isso vai precisar do trabalho conjunto de todos nós. Não existe solução separada, não existe solução do governo federal, nós vamos ter que fazer parceria, ter cumplicidade, o nome que a gente quiser dar para que a gente possa extrair de cada um de nós, de cada ente federativo, aquilo que possamos dar para começar a construir uma nova perspectiva para essa juventude.

Nós tomamos a iniciativa de fazer mudanças na Lei do Primeiro Emprego, porque no ano passado o Senado aprovou a Lei do Primeiro Emprego, mas nós tínhamos colocado travas que criaram obstáculos para que os empresários pudessem contratar a mão-de-obra. A gente proibia, inclusive, contratar quem tivesse o ensino médio completo. Nós estamos mudando para permitir que as pessoas com ensino médio completo possam ser contratadas. Estamos também desburocratizando um pouco a lei que nós mandamos anteriormente, na expectativa de que isso possa gerar parte dos empregos que nós precisamos gerar.

Uma outra coisa é que nós tomamos a iniciativa, em agosto, de que as Forças Armadas Brasileiras vão convocar 30 mil jovens a mais do que os recrutas necessários, para que a gente possa não apenas fazê-los servir às Forças Armadas mas, também, aprender uma profissão para que eles possam sair de lá melhor preparados para o mercado de trabalho. E esses jovens serão chamados, de preferência, nas grandes regiões metropolitanas, para que a gente tire esse jovem que está no fio da navalha, entre a cidadania e a criminalidade, entre a cidadania e o narcotráfico. Nós temos essa preocupação e pretendemos, depois desses 30 mil que vão servir, ver se colocamos mais 30 mil apenas para fazer cursos profissionalizantes.

Estamos discutindo com muita força no governo a necessidade de ter uma política de inclusão digital, para ver se esses jovens conseguem ter acesso a um computador e sair um pouco do desespero no qual se encontram no nosso país. E eu sei que nós só poderemos fazer se acertarmos, entre nós,



que vamos fazer. Toda vez que vocês vierem com um pauta de reivindicação para nós, eu vou achar justa e legítima a pauta de reivindicação. Agora, por exemplo, os prefeitos estão reivindicando que a gente tente trabalhar junto à Petrobrás, para ver se a gente consegue reduzir o preço do óleo diesel, para reduzir a passagem de ônibus para as pessoas. Vocês apresentarão uma pauta de reivindicação para nós, e nós apresentaremos uma pauta de compromissos com vocês. Ou seja, vocês pedem uma coisa e nós falamos: então, vamos fazer uma parceria em tal coisa, para que a gente possa melhorar, para que a gente possa atender o nosso jovem. Salvador, por exemplo, Embassaí, é a cidade que tem mais jovens desempregados no Brasil. É uma situação delicada.

Durante a campanha, eu fui à Universidade Federal da Bahia, e de cada dois jovens que se formam, um está desempregado, não tem possibilidade de arrumar emprego, ou seja, se nós não cuidarmos disso... Mas essa não é uma tarefa do presidente da República. Quem quiser jogar a culpa do emprego e do desemprego no presidente, pode jogar, mas tem que ter consciência. Nós sabemos que é um problema estrutural do modelo que está estabelecido neste país há muitos e muitos anos e que a gente não vai mudar rapidamente. É preciso que a gente tenha certeza de que o caminho que temos a percorrer é árduo, é difícil, não tem solução mágica, não tem varinha de condão, é mais demorado do que aquilo que todos nós queremos. Nós temos que fazer isso de forma sólida, sem mágica, sem milagre, sabendo que, às vezes, um passinho aqui, um passinho ali, é mais sólido do que um grande passo, que dá uma distensão muscular e você não consegue dar o passo seguinte. É assim que eu trabalho.

Eu estou casado há trinta anos com a Dona Marisa Letícia da Silva. Eu nunca fiz uma prestação na minha vida, a não ser a da minha casa, porque eu nunca gostei de pagar prestação e sempre tive medo de ficar desempregado. No governo eu ajo do mesmo jeito, ou seja, não darei nem um passo sem que



eu tenha sustentação de que posso cumprir com aquele passo. Vai ser mais demorado? Vai. Mas quem demorou tanto para chegar à presidência, como eu, porque que tem que ter pressa para fazer as coisas de forma atabalhoada? Eu demorei muito, porque eu tenho que ter pressa em fazer as coisas na correria? Não, tem que ser devagar, tem que ser bem pensado. E nós vamos fazer. Vamos fazer porque eu, de vez em quando, fico ansioso. Eu, de vez em quando, fico com a pressão acima da média nacional, porque eu quero que as coisas aconteçam. Eu sou corinthiano no futebol, eu sempre estou querendo que o Corinthians marque um gol e que ele ganhe, e a pressão sobe. Daqui a pouco o Corinthians perde e eu sou obrigado a controlar.

Na política é assim, às vezes eu tenho pressa, eu cobro. Eu duvido que alguém já cobrou dos ministros como eu cobro todo santo dia e toda santa hora. Por exemplo, nós decidimos, há um tempo atrás, criar uma Agência de Desenvolvimento para o Centro-Oeste. Era uma reivindicação antiga dos governadores, era uma necessidade que nós víamos de criar, porque no ano passado, enquanto nós precisamos pegar 1 bilhão de reais do FAT para injetar no Centro-Oeste, porque em junho já tinha terminado o dinheiro do Fundo Constitucional, o Nordeste, por falta de projeto, ainda não tinha conseguido gastar. Colocamos 1 bilhão a mais e foi embora o dinheiro.

Então, nós queremos para uma região como esta, criar uma Agência de Desenvolvimento porque é uma região que está crescendo, eu diria, de forma extraordinária, e nós não podemos perder essa oportunidade. Deve ter algum empecilho, mas esta semana, governador, eu vou me sentar com o ministro Ciro Gomes, junto com o ministro José Dirceu, e vamos ver o que está pegando, para ver se a gente consegue agilizar isso e mandar para o Congresso Nacional.

Por último, eu quero dizer aos prefeitos que está aqui o ministro Patrus. Nós assumimos um compromisso, no dia da posse, quando eu disse que se chegássemos ao final do meu mandato e cada brasileiro ou brasileira, ou cada



criança estivesse comendo três vezes ao dia, já teria valido a pena. Com isso, nós assumimos o compromisso de garantir que 11 milhões de famílias, um total de 44 milhões de pessoas, tivessem acesso às políticas sociais do governo.

Nós começamos com o programa “Fome Zero”, fomos criticados durante 4 ou 5 meses, uns por não compreenderem e outros por má fé, outros, ainda, porque não sabiam. O dado concreto é que depois de 9 meses, o programa Fome Zero já tinha chegado a 2.300 municípios e já tínhamos atendido quase 2 milhões de pessoas.

Depois nós percebemos que o cadastro dos outros programas que existiam nos governos anteriores era muito falho e resolvemos, então, instituir o Bolsa Família, que significava juntar todos os programas sociais num único programa. Esse foi um trabalho insano, primeiro para que a gente pudesse recadastrar direitinho as pessoas, ver o que tinha de falso nesse problema de cadastro. Começamos em outubro do ano passado e hoje nós já temos praticamente 4 milhões de pessoas que estão no Bolsa Família.

O importante é que essas pessoas recebiam, em média, 22 reais, e agora estão recebendo, em média, 73 reais. São três vezes mais. Nós começamos pelas cidades pequenas e agora vamos chegar às capitais. Vamos dar um passo importante nas capitais para ver se a gente consegue diminuir o nível de desespero que está colocado nas regiões metropolitanas do nosso país.

Esse é um dado importante e eu estou convencido e posso assegurar para vocês, que chegaremos a atender, em dezembro, 6,5 milhões de famílias. E posso assegurar para vocês que chegaremos, em novembro de 2006, atendendo a 11 milhões de famílias, como nos propusemos atender durante a campanha eleitoral e muito antes da campanha, com o programa Fome Zero que foi construído no Instituto Cidadania.

Ao mesmo tempo, nós achamos que isso é pouco, nós não achamos que isso deva ser feito apenas pelo governo federal. Os prefeitos das capitais,



num primeiro momento, participaram ativamente. O ideal é que a gente consiga fazer parcerias com prefeituras, com o governo do estado e com os prefeitos de capitais e cidades menores, para que a gente possa dar mais que 75, mais que 90 reais.

No Rio de Janeiro, o governo do estado vai dar 15, a prefeitura vai dar 10 e nós vamos dar 75, já aumenta um pouco. Aqui no estado de Goiás, talvez seja o primeiro estado onde a gente vai ter uma carteirinha. Só que não é a carteirinha do Marconi ou a carteirinha do Lula. Não! É a carteirinha do Bolsa Família, que vai ter a bandeira do estado de Goiás e a bandeira do Brasil, porque é uma política combinada. Eu acho que vai entrar Goiânia também, para não ficar fora de uma coisa importante. Então, eu acho que isso nós vamos consolidando.

Uma outra coisa importante, é que o ministro Tarso Genro está com a determinação – minha, dele e, eu diria, da sociedade brasileira – de que a educação não pode continuar como está. Nós precisamos fazer uma pequena revolução na educação. A educadora aqui sabe perfeitamente bem que as crianças, hoje, estão na quarta série e não sabem ler; muitas vezes, não sabem uma das quatro operações. Isso porque não existe um processo de avaliação correto.

E nós, então, queremos, a partir deste ano, fazer provas nas 240 mil escolas deste país. Por mim, faríamos a cada seis meses, mas não dá porque não tem dinheiro, e é preciso aí um jogo combinado com os prefeitos e com os governadores, para que a gente possa utilizar a estrutura municipal, a estrutura estadual, e o que o governo federal puder dar, para que possamos fazer, no 4º ano, e na 8ª série, um teste para saber como é que as crianças estão. Nós vamos descobrir, quem sabe, que além das crianças precisarem aprender um pouco mais, nós precisamos de um processo muito grande de reciclagem para os nossos educadores, pelo qual estão precisando passar há muito tempo. Quem sabe seja até um processo a distância, feito pela televisão. Depois da



Internet, nós não temos como dizer que não pode ser feita. Pode ser feita e nós vamos fazer.

Uma outra coisa importante – o ministro da Saúde não está aqui –, ou melhor, três coisas importantes na área da saúde que nós vamos fazer: primeiro, a questão da saúde bucal. Vocês sabem que, no Brasil, quem é médico aqui sabe, quem é dentista sabe e quem é especialista em política sabe, que odontologia, que boca, que dente, nunca foi um assunto tratado como questão de saúde pública no Brasil. Ou seja, uma pessoa trata de uma unha encravada no pé, trata de um calo por conta dos convênios de assistência médica, mas pode ter um dente estourado, porque os convênios não aceitam tratamento dentário nos convênios assinados pela maioria do povo deste país. Por quê? Porque dor de dente é coisa de pobre. Rico se trata desde que nasce. O problema é pobre, que bebe água sem tratar, que não tem cloro, que não tem uma série de coisas. Então, uma criança com sete anos, com oito anos, com nove, com dez anos, nem saiu o dente direito, já está com o dente cariado por antecipação, já vem cariado lá de baixo.

Então, nós resolvemos colocar a questão da saúde bucal como uma das nossas prioridades. Eu sou nordestino e não me conformo de ver uma menina ou um menino de 14, 15, 16 ou 17 anos, não conseguir falar com você, porque tem vergonha de mostrar a boca totalmente desdentada. Eu tive o prazer de participar da inauguração do primeiro centro na cidade do Ciro Gomes, numa demonstração da influência que ele tem no governo, pois foi na cidade dele que foi inaugurado o primeiro centro de saúde bucal do Brasil, ou seja, feito pelo governo federal. É um centro que tem todas as especialidades. Kátia, você que é dentista, até aqueles negócios para corrigir dente, que só rico tem no Brasil, aquilo também vai ter. Vai ter tratamento de canal, vai ter prótese.

E o mais importante é que as pessoas irão marcar por telefone. Não precisa pegar um ônibus e amanhecer ou passar a noite lá. Nós vamos criar 400 centros para atender uma população de 500 mil habitantes. Então, cada



centro vai cuidar de 500 mil habitantes. E eu penso que nós vamos chegar a 2006, no Brasil inteiro, com o programa chamado “Brasil Sorridente”, e as pessoas não vão precisar ganhar dentadura que, às vezes, não cabem na boca, de político em época de eleição. As pessoas vão ser respeitadas e vão ter um tratamento de prótese decente, digno, para que possam, realmente, se sentir cidadãos no seu próprio país. Este é um programa importante.

Outro programa importante é a Farmácia Popular. Nós vamos criar uns cem números de farmácias populares. Já tem algumas prontas em algumas capitais. Uma das capitais onde está pronta, é a capital do PFL, lá em Salvador, que tem quatro farmácias populares. Mas tem em São Paulo, tem no Rio de Janeiro, acho que vai ter em Recife, acho que vai ter em Fortaleza, vai ter aqui, em Goiânia. Ainda não temos na quantidade que nós queremos, mas nós queremos fazer a farmácia popular para vender remédios. São 92 tipos de remédios, de preferência aqueles de uso contínuo, a preço, quem sabe, menor de 50% do valor normal, para que as pessoas pobres – que não ganham remédio quando vão nos hospitais públicos, porque nem sempre tem o remédio – possam comprar.

O nosso desejo é fazer parceria com a rede de farmácias do Brasil e eles possam vender esse remédio de uso contínuo mais barato para a população. No começo de junho já vai ter uma série de cidades fazendo a inauguração.

E a outra é a nossa política emergencial, o famoso SAMU, onde nós já compramos 1.480 ambulâncias. Essas ambulâncias são de primeira categoria. Tem ambulância que é quase uma UTI ambulante, e nós vamos também criar atendimentos regionais, você já sabem do programa, porque o Humberto Costa já falou. Ou seja, basta discar 192 e nós vamos ter, em alguma região do país, uma central que vai atender, que vai mandar a ambulância. Nós temos convênios com as Forças Armadas e com a Polícia Rodoviária para utilizar o helicóptero, quando for necessário. Este é apenas um exemplo para vocês



saberem como isso funciona bem. Já tem em Recife. O prefeito de São Paulo está feliz da vida por conta disso. Já tem em mais algumas cidades. Aracaju também já tem quatro.

Agora, o importante é a experiência que nós tivemos em São Paulo. O resgate, que demorava 40 minutos, depois da implantação do SAMU, caiu para a média de 12 minutos, ou seja, imaginem quantas vidas a gente poderá salvar. Esses três programas na área da saúde são, para nós, de fundamental importância.

Por último, nós vamos, agora, a partir do dia 20, começar a assinar – está aqui o presidente da Caixa, e eu vi uma notícia na televisão, hoje, que tem pouco dinheiro para fazer casa – mas não é a informação que eu tenho da Caixa Econômica Federal, que diz nunca ter tido tanto dinheiro para fazer casa, para financiar, como tem agora. O que precisa é que as pessoas contratem o dinheiro que a Caixa tem. Mas nós vamos agora, até o final de maio, fazer o contrato de 2 bilhões e 900 milhões para saneamento básico.

Eu faço questão de dizer isso, porque, durante a minha vida inteira eu disse que, muitas vezes, o administrador público não gosta de fazer saneamento básico, porque tem que enterrar as manilhas e não dá para colocar nome de ninguém numa manilha embaixo da terra. Então, muitas vezes as pessoas preferem construir obras que tenham bons visuais e, obviamente, nós queremos construir as duas. Mas nós sabemos que saneamento básico significa melhorar a qualidade de vida das pessoas, significa evitar a mortalidade infantil, significa dar cidadania para as pessoas. E o que nós vamos fazer de contrato agora, com prefeitos, governadores e empresas de saneamento básico, esses 2 bilhões e 900 mil reais, significam mais do que tudo o que foi feito de 1995 a 2002. Se nós somarmos 1 bilhão e 700 mil reais que nós contratamos em dezembro, nós vamos chegar, em menos de um ano e meio, a 4 bilhões e 600 milhões de reais em saneamento básico no nosso país. Quem é prefeito e está no segundo mandato, quem é governador, sabe o



que isso significa.

Qual é o problema que nós temos? E nós vamos ter, agora, Jorge Mattoso, que fazer uma parceria para fiscalizar melhor. Qual é o problema? É que, muitas vezes, a cidade, o estado, contrata a obra e depois essa obra não é executada por algum problema, sei lá, de licenciamento prévio do Ibama, do Ministério Público municipal, estadual, do Ibama estadual, e muitas vezes esse dinheiro está contratado, mas está paralisado, enquanto outra cidade está querendo, e uma cidade com problema. Eu acho, companheiro Jorge, que era preciso acertar o dia do lançamento e, quem sabe, a gente dar um prazo. Se até tanto tempo aquele dinheiro não for utilizado, a gente poderá passar aquele dinheiro para uma outra cidade, para que o povo possa receber esse benefício do Estado brasileiro porque, afinal de contas, é dinheiro emprestado, não é dinheiro de graça. E essa é uma coisa importante

Nós também estamos muito otimistas em relação à questão habitacional. O PAR, me parece, vai ter 1 bilhão de reais para investir em casas... Mas eu estou preocupado com o PSH, em criar condições de arrumar mais dinheiro para o PSH. Hoje, o ministro Olívio Dutra tem 350 milhões no orçamento, nós sabemos que é pouco, nós precisamos batalhar, lutar para ver se a gente consegue arrumar um pouco mais, porque o PSH é o sistema que mais favorece as pessoas carentes do nosso país.

Eu quero dizer para vocês que eu disse essas coisas porque muitas vezes vocês trabalham com muita desinformação e a desinformação, às vezes, atrapalha, não ajuda. Esses dias eu conversei com o ministro Gilberto Gil e ele me disse uma coisa fantástica, ou seja, eu chamei o Gilberto Gil para discutir sobre a questão da cultura e ele me levou os números, ou seja, a média de investimentos em cultura, entre dinheiro próprio do governo e a captação pela Lei Rouanet, era de 280 milhões por ano. No primeiro ano de governo nosso, foram captados e gastos 780 milhões, ou seja, três vezes mais do que a média dos últimos dez anos.



Eu estava dizendo para os prefeitos das capitais, hoje, que na questão do emprego, que é o nosso problema principal – que é um problema meu, que é um problema de vocês, que é um problema do desempregado – nós temos um problema sério e que não tem pesquisa feita com profundidade a respeito.

Ou seja, nós temos uma espécie de êxodo contrário, nós temos empregos sendo gerados nas cidades do interior e temos mais desempregos nas regiões metropolitanas. Eu vou dar um número para vocês. Entre janeiro e março deste ano, a relação do Caged, que é a relação de demitidos e admitidos feita pelas empresas e mandada mensalmente ao Ministério do Trabalho, nos deu um saldo positivo de 347 mil novos empregos criados com carteira profissional assinada. Obviamente que é muito pouco.

Agora, prestem atenção: 2/3 desses empregos foram criados no interior. É muito importante e mais importante, ainda, é que é o maior saldo positivo de geração de empregos desde 1992. Quando eu digo para vocês que eu estou otimista, é porque acredito que a economia brasileira entrou no caminho certo. Eu acho que nós estamos efetivamente garantidos de que a nossa economia vai crescer, não vai crescer o quanto eu gostaria ou que vocês gostariam, mas vai crescer o possível. Nós vamos tentar ver se no ano que vem cresce mais, se no outro ano cresce ainda mais, para que a gente chegue a um padrão que possa garantir às pessoas o surgimento de mais empregos e mais salários.

O outro dado auspicioso, companheiro governador Marconi Perillo, que eu recebi hoje de manhã, do ministro Furlan, é que de maio do ano passado até maio deste ano, contabilizados 12 meses, nós chegamos a 80 bilhões de dólares de exportação, é um recorde histórico das exportações brasileiras e eu espero que a gente continue crescendo, porque este ano eu acho que nós bateremos um novo recorde.

Obviamente que nós queremos exportar mais, mas queremos fazer crescer o mercado interno brasileiro, crescer o consumo, e as duas coisas não são incompatíveis. O dado concreto é que mais exportação significa mais dólar,



significa mais reserva, significa menos vulnerabilidade e significa que a indústria brasileira é um agronegócio. Vamos, sobretudo, continuar crescendo.

Eu só me darei por satisfeito, no dia em que a gente, além da soja, além do minério de ferro, além das coisas *in natura*, além do sapato e da roupa que estamos exportando, a gente possa exportar conhecimento, porque investimos em ciência e tecnologia. Aí sim o país vai se transformar num país de primeiro mundo.

Muito obrigado, boa sorte aos prefeitos e que vocês consigam, neste encontro, tirar todas as decisões que vocês esperam tirar e que possam, democraticamente, cobrar do governo federal.

/rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de assinatura de contratos e protocolos na área de saneamento
e anúncio do Programa de Recuperação de Rodovias**

Palácio do Planalto, 20 de maio de 2004

Meu querido companheiro José Alencar, vice-presidente da República,
Meu querido companheiro Alfredo Pereira do Nascimento, ministro dos
Transportes,

Meu querido companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades,

Meu caro companheiro Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da
Presidência da República,

Meu companheiro Jaques Wagner, que já não está mais aí,

Meu caro governador Joaquim Roriz, do Distrito Federal,

Meu caro Paulo Souto, governador da Bahia,

Meu caro Cássio Cunha Lima, governador da Paraíba,

Meu caro João Alves, governador do estado de Sergipe,

Meu caro Jorge Viana, governador do estado do Acre,

Meus caros companheiros senadores da República,

Deputados federais,

Deputados estaduais,

Meu caro Carlos Lessa, presidente do BNDES,

Meu caro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,

Empresários aqui presentes,

Prefeitos,

Meus amigos e minhas amigas,

Eu queria, antes, me desculpar diante de vocês, por ter chegado aqui
com uma hora de atraso. Eu, na verdade, tinha até ponderado para que a



reunião acontecesse sem a minha presença, porque eu estava numa reunião com os líderes do Congresso Nacional. E vocês sabem que os líderes não são menos importantes do que qualquer outra personalidade no Brasil.

Mas quero agradecer a paciência, a gentileza de vocês terem esperado a minha presença, até porque quem já anunciou o dinheiro foi a Caixa Econômica e o ministro das Cidades.

Mas o que nós vamos fazer, hoje, aqui, é dar um grande passo em relação aos investimentos para obras de infra-estrutura e saneamento básico. Um passo que não é dado no Brasil há muitos e muitos anos, e quem é governador e prefeito sabe do que eu estou falando.

Estamos, hoje, aqui, formalizando a assinatura de 249 contratos, no valor de 2 bilhões e 125 milhões de reais. Desse total, vamos aplicar 1 bilhão, e 264 milhões nas regiões metropolitanas. E nós todos sabemos o que significa e a importância de uma obra de saneamento básico. Elas geram, de forma rápida e massiva, postos de trabalho e depois de prontas garantem vida mais saudável às populações beneficiadas.

Seis governos estaduais, seis empresas de saneamento estaduais e 70 prefeituras receberão, a partir de agora, esses 2 bilhões e 125 milhões de reais que o governo federal está disponibilizando.

Com esses recursos, farão obras que vão beneficiar diretamente cerca de 1 milhão e 850 mil famílias, com serviços de água, esgoto, lixo e drenagem urbana.

Mais de 500 mil novos postos de trabalho serão criados ao longo da execução dessas benfeitorias. Nossa política, como enfatizou o ministro das Cidades, prioriza o atendimento às camadas mais pobres da nossa população, que tem o direito de viver em condições dignas.

Meus companheiros e minhas companheiras, herdamos uma situação desoladora no setor de saneamento público, com carências históricas, que se agravaram nas últimas décadas. Quarenta e cinco milhões de brasileiros e



brasileiras ainda não têm acesso aos serviços de abastecimento de água potável; 83 milhões ainda não possuem esgoto sanitário e 14 milhões ainda não dispõem de coleta de lixo. Mesmo entre aqueles que têm acesso aos serviços de coleta de esgotos, 39 milhões de pessoas ainda têm os dejetos despejados *in natura*, em cursos d'água ou no solo. Isso compromete rios, áreas de mananciais e praias, dificultando tremendamente o fornecimento de água de boa qualidade para a população. A esses problemas, somam-se as desigualdades regionais.

Oitenta e oito vírgula três por cento da população da região sudeste já é atendida por serviços de saneamento básico. Em contrapartida, mais de 50% das 19 milhões de pessoas que não dispõem de acesso a esse serviço nas áreas urbanas vivem nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Os indicadores de saúde também atestam a precariedade do quadro sanitário que encontramos no nosso país. As taxas de mortalidade infantil são ainda muito elevadas se comparadas a outros países, mesmo com renda per capita igual à brasileira.

A média nacional é de 28 óbitos de crianças que morrem antes de completar um ano de idade por cada 1000 que nascem e a situação é ainda mais grave nas regiões onde o déficit dos serviços de saneamento é maior.

Se compararmos, por exemplo, o volume de recursos que estamos contratando hoje com o que foi feito neste setor nos últimos anos, poderemos perceber a dimensão da mudança que certamente ocorrerá no nosso país.

De 1999 a 2002, foram investidos em saneamento apenas 270 milhões de reais com recursos do fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Somente hoje, nós já contratamos 8 vezes mais do que isso.

São investimentos que vão melhorar, e muito, a vida de quase 8 milhões de brasileiros e brasileiras. Quantas crianças deixarão de brincar ao lado de esgotos a céu aberto? Quantas famílias passarão a receber água tratada em suas casas? Quanto a saúde de nossa população será beneficiada? Essas



perguntas, cada administrador brasileiro tem na sua consciência e sabe o que significa cada centavo investido em saneamento básico.

O benefício, neste caso, é muito grande. Para cada um real que nós aplicamos em saneamento básico, nós economizamos quatro reais em tratamento de saúde, segundo a Organização Mundial da Saúde.

Quero destacar também que o modelo de financiamento que foi desenvolvido pelo Ministério das Cidades traz importantes melhorias na eficiência dos serviços, na garantia do retorno dos investimentos e no aprimoramento das relações contratuais dentro do setor.

Estamos também concluindo nossa proposta de projeto de lei, de política nacional de saneamento ambiental, que estabelece o marco regulatório para o setor. Essa proposta, que deverá ser encaminhada ao Congresso Nacional até o final deste mês, resgata uma dívida histórica do nosso país na área de saneamento básico.

Meus companheiros e minhas companheiras, além dos investimentos em saneamento, estamos consolidando hoje recursos para garantir, como disse o nosso ministro Alfredo, até o final do ano, a restauração de 7 mil quilômetros de estradas que assim se tornarão plenamente trafegáveis.

É importante lembrar que este projeto é um projeto feito pelo ministro dos Transportes, junto com o ministro da Agricultura, para que possamos atender mais imediatamente os chamados corredores por onde trafegam grande parte da produção do nosso país.

Com isso, cerca de 250 mil pessoas serão empregadas, direta ou indiretamente nas obras. Além do Ministério dos Transportes, o Ministério da Agricultura está envolvido no plano de recuperação das rodovias, apontando, como disse agora, os pontos mais críticos das estradas por onde escoam a nossa safra agrícola.

Isso permitirá que tanto as pessoas como a nossa produção, circulem de modo mais rápido e mais barato pelo imenso Brasil.



Eu quero agradecer aos prefeitos, aos governadores e também às empresas que se inscreveram para disputar um dinheiro que não é dado, um dinheiro que é emprestado e, por ser um dinheiro dos próprios trabalhadores, é um dinheiro que só é emprestado para quem tem possibilidade de pagar, portanto, é um dinheiro mais difícil, é quase como se nós tivéssemos emprestando o dinheiro para desconto na folha, tal o potencial de pagamento de quem está tomando esse dinheiro.

Obviamente que cidades ficaram de fora, estados ficaram de fora, porque dentro das exigências da Caixa Econômica Federal, do Ministério das Cidades, do BNDES, não cumpriram os requisitos necessários.

Nós não temos o objetivo de criar nenhuma dificuldade para nenhuma cidade ou para nenhum estado. O que nós queremos é ajudar os estados e as cidades a terem os melhores projetos para que a gente possa atendê-los o mais prontamente possível e que todos possam investir em saneamento básico.

O que é importante nessa política de saneamento básico – e, por isso, eu estou cobrando nesses primeiros 15 meses dos meus ministros – é que nós não só precisamos fazer os investimentos em saneamento básico de forma bastante ousada, eu diria, como nós temos que ser ousados para acabar com as palafitas no nosso país, porque isto não é lugar para pobre morar e muito menos para um ser humano morar.

Eu estou convencido de que se nós conseguimos, nesses 15 meses de governo, investir 1 bilhão e 700 milhões no ano passado, ou melhor, conseguimos contratar. E contratamos, este ano, 2 bilhões e 900 milhões – porque agora anunciamos 2 bilhões e 125 milhões, mas na minha volta da China certamente anunciaremos o resto, um outro contrato para cumprirmos os 2 bilhões e 900 milhões, passando, em 15 meses, de pouco mais de 262 milhões, em 2002, para 4 bilhões e 600 milhões nesses 15 meses.

Tem um pequeno problema para o qual eu queria chamar a atenção, no



sentido de pedir a colaboração da Caixa Econômica Federal, do Ministério das Cidades, dos governadores, dos prefeitos e das empresas que estão tomando o dinheiro. O que é isso? Muitas vezes nós anunciamos a liberação de um contrato. Eu vou contar um caso que aconteceu em 2002, para todo mundo entender o que eu estou falando. Em 2002 foi contratado, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, 1 bilhão e 400 milhões, ou seja, foi anunciado 1 bilhão e 400 milhões. Foram contratados 262 e foram executados 19 milhões. Por que é importante dizer isso? Como é um dinheiro emprestado e que vocês vão ter que pagar, é importante que esse dinheiro seja o mais rapidamente possível transformado em saneamento básico, porque nós temos casos de cidades que contratam, fazem o sacrifício de elaborar o projeto e, durante o ano, não usam o dinheiro.

Eu penso que a Caixa Econômica deveria estudar uma forma, junto com o Ministério das Cidades e o BNDES, para dar um determinado tempo. Se num determinado tempo esse dinheiro não for aplicado, que possa ser re-emprestado a uma outra cidade, a uma outra empresa, a um outro estado, porque para nós, do governo federal, o que importa é que o saneamento básico seja feito, independentemente de em qual estado está sendo feito. O importante é que ele seja feito no Brasil.

E por isso eu queria agradecer aos prefeitos e aos governadores que fizeram esses contratos e que brigaram atrás do dinheiro, que vieram atrás do dinheiro. O governador Paulo Souto era para ter isso aqui, no dia 14, nós adiamos para o dia 20, porque, no Brasil, não são muitos os políticos que gostam de fazer obra de saneamento básico. A verdade histórica demonstra que muitas vezes as pessoas preferem fazer outro tipo de obra do que saneamento básico. Tem até ditados famosos, frases famosas de políticos que falam que não vão enterrar dinheiro.

Agora, a verdade é que os dados da Organização Mundial da Saúde são claros e definitivos, ou seja, fica muito mais barato a gente fazer a medicina



preventiva e evitar que as pessoas fiquem doentes, do que curá-las depois que já ficaram doentes.

E, se para cada real que nós investimos em saneamento básico, nós economizamos 4 reais na saúde, eu fico imaginando a revolução que a gente vai fazer, na saúde, investindo em saneamento básico neste Brasil.

Podem ter certeza de uma coisa, eu não sei se é porque eu já morei em rua que não tinha guia, que não tinha sarjeta, de barro vermelho, onde eu tinha que andar quase 1 quilômetro para pegar um ônibus para ir trabalhar. O dia em que colocaram uma guia e uma sarjeta naquela rua, eu tive a impressão que tinha ido para o céu. Possivelmente as pessoas de classe mais abastada, que já nascem no asfalto, já nascem em lugar que tem sarjeta, esgoto e água encanada, não sentem este problema.

Mas sabem os governadores e os prefeitos que, para o povo pobre que mora na periferia, quando chega um trapixezinho qualquer de asfalto, a vida deles melhora 100% em relação à vida que tinham antes. Por isso, eu posso garantir para vocês que nós vamos investir em saneamento básico no meu governo, o que não foi investido em algumas décadas neste Brasil. E não faço isso por mim, faço isso porque eu acho que as crianças brasileiras têm o direito, já que são pobres, de brincar pelo menos num lugar em que não disputem com dejetos o metro quadrado que têm para brincar.

Muito obrigado a todos vocês e Deus permita que essas obras comecem logo.

rss/cms



Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e TV, sobre política externa, desenvolvimento industrial e realizações do governo

Meus amigos, minhas amigas, companheiros e companheiras de todo o Brasil,

Amanhã, pela manhã, estarei partindo para a China numa missão da maior importância para o nosso país. Seguramente, uma das mais importantes desde que fui eleito Presidente da República. Vou acompanhado de uma delegação de mais de 400 empresários brasileiros, com o objetivo de ampliar muito os nossos laços comerciais com os chineses.

A China, com seus 1 bilhão e 300 milhões de habitantes é, nesse momento, o país que mais cresce no mundo e um dos países que mais compram. Seu volume de importações, ou seja, seu volume de compra de outros países, atinge hoje a cifra astronômica de 412 bilhões de dólares por ano.

Desde o ano passado, o nosso governo tomou a decisão estratégica de se aproximar cada vez mais da China e, já em 2003, vendemos 4 bilhões e meio de dólares para eles. Isso nunca aconteceu antes, um verdadeiro recorde. Mas vejam, temos ainda muito espaço para crescer. Hoje, o nosso maior volume de exportação para a China concentra-se na soja, minérios e produtos siderúrgicos. Ora, temos qualidade e preços competitivos para crescer muito em outras áreas, onde a China compra muito, como aparelhos elétricos e eletrônicos, artigos esportivos, frango, carne, café, celulose, aviões, carros, tratores. Isso, sem falar do etanol, o álcool extraído da nossa cana de açúcar, que a China pode precisar, e muito, pois tem 171 cidades com mais de 1 milhão de habitantes, e com milhões de carros. E o nosso álcool é, comprovadamente, um dos combustíveis menos poluentes do mundo.



Esta oportunidade o Brasil não pode e não vai perder, porque aumentar as exportações para países que são grandes compradores, como a China, é uma das formas mais seguras e sólidas de acelerar o nosso próprio crescimento interno, dinamizando e fortalecendo a nossa economia e, com isso, ajudando a gerar os empregos que tanto precisamos. Viagens como esta consolidam o grande avanço que o Brasil está conseguindo no comércio exterior. Um pilar fundamental, para equilibrar de forma definitiva as contas do nosso país.

COLOCANDO O BRASIL NOS TRILHOS

Vejam, meus amigos. Colocar o Brasil nos trilhos não era uma tarefa fácil. Sabíamos disso desde o início. Herdamos muitos problemas e um enorme desemprego. Todos nós assistimos, no final de 2002, a subida da inflação e a redução que ela provocou na renda dos nossos trabalhadores. Por isso, a nossa prioridade era reduzir a inflação, para estancar a queda do salário real e garantir o ajuste das contas públicas, viabilizando a queda dos juros e a retomada do desenvolvimento.

É importante lembrar que a inflação, no fim de 2002, estava em 3% ao mês, e os juros em 25% ao ano. Hoje, estamos com a inflação de menos de 0,5% ao mês e juros de 16% ao ano. Bem menos do que era quando começamos a governar o Brasil.

Felizmente, as medidas duras que fomos obrigados a tomar durante todo o ano de 2003 estão surtindo os efeitos desejados. Não foi fácil. Mas nada é fácil. Afinal, se queremos mudar o Brasil de verdade, temos que traçar metas claras e regras firmes. Se queremos mudar o Brasil de verdade, temos que respeitar o orçamento da nação, não permitindo que seja gasto mais do que o país pode. Se queremos mudar o Brasil de verdade temos, em alguns momentos, que fazer até alguns sacrifícios. Deus sabe como foi difícil para mim não dar, já agora, um aumento maior para o salário mínimo. Mas eu não podia fazer isso nesse momento.



O orçamento da Previdência não suportaria, e isso poderia comprometer todo o esforço já feito até agora.

Enfim, mudar o Brasil, meu amigos, significa ter a coragem de fazer as coisas direito, bem feitas e para valer, como estou procurando fazer. Mesmo sabendo que, durante um certo tempo, corro o risco de ser mal compreendido pelo meu povo. Mas se esse for o preço, eu pago esse preço. Fui eleito para mudar o Brasil, essa é a minha missão, e dela não abro mão. Mas, certamente, vocês já perceberam que as coisas estão mudando, e que o crescimento econômico do Brasil já começa a acontecer. Os dados divulgados pelo IBGE e por toda a imprensa, nos últimos dias, não deixam margem a dúvidas. Estamos no caminho certo.

Folha de São Paulo:

- Indústria cresce em 14 regiões, aponta IBGE.
- Produção em março aumentou em todos os locais pesquisados.
- São Paulo registrou alta de 12,7% sobre 2003.

O Estado de São Paulo:

- Fábricas e lojas já sentem recuperação.
- Produção de caminhões e de TVs avança, e consultas para vendas a prazo crescem.

O Estado de Minas:

- Emprego cresce em Minas.

O Estado do Paraná:

- Paraná gerou 57 mil novas vagas.

Correio Brasileiro:

- Sinal de recuperação.
 - Reaquecimento da economia começa a se refletir na geração de empregos.
-



Zero Hora, Rio Grande do Sul:

- Emprego com carteira assinada cresce no país.
-

O Popular de Goiânia:

- Em ritmo de crescimento.
 - Produção cresceu 7,2% em março.
-

Correio Braziliense:

- Criação de vagas formais bate recorde histórico em abril.
 - Indústria aumenta pela terceira vez consecutiva o número de funcionários.
-

Folha de São Paulo:

- Emprego formal tem crescimento recorde.
 - Foram geradas 535 mil vagas com carteira assinada, entre janeiro e abril.
-

Pois é. Como vocês viram, os sinais da retomada da atividade industrial são inequívocos. Temos, hoje, um sólido comércio exterior e uma ampla agenda de desenvolvimento, que inclui o aumento das exportações, as reformas institucionais, o barateamento do crédito popular, a política industrial e tecnológica, as parcerias público-privadas e novas políticas para setores vitais, como saneamento básico, o setor elétrico, a construção civil, entre várias outras. Tudo isso, para garantir que 2004 seja apenas o primeiro ano de um novo ciclo de crescimento sustentável da nossa economia. E que signifique mais empregos e melhores salários. Essa é uma luta dura, longa e difícil, mas Deus é grande e justo, e o Brasil está saindo vencedor. Obrigado e boa noite.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
inauguração do escritório da Petrobras em Pequim**

Pequim-China, 23 de maio de 2004

Quero cumprimentar os governadores dos estados do Acre, do Piauí, do Mato Grosso do Sul e de São Paulo neste momento que celebramos os 30 anos de relacionamento Brasil-China.

É para mim uma alegria especial inaugurar o escritório da Petrobras em Pequim, quando celebramos os 30 anos das relações Brasil-China. É uma alegria que vem acompanhada de muito orgulho: o orgulho que todos nós, brasileiros, temos da Petrobras.

Poucas empresas representam tanto o esforço de desenvolvimento do Brasil. Ela nasceu em uma época marcada pela afirmação da independência nacional, pela luta para construir em nosso país uma base industrial sólida e potente. O Brasil industrializado de hoje sabe que deve muito à Petrobras.

Essa empresa sempre esteve na dianteira do desenvolvimento econômico e tecnológico de nosso país. Sua história é uma parte importante da história do Brasil moderno e competente que estamos construindo.

A Petrobras de hoje é um gigante que ocupa o décimo segundo lugar entre as empresas do setor no mundo. Quebrando sucessivos recordes de produção nos últimos anos, ela é a principal responsável pelo extraordinário ritmo de crescimento da indústria de extração mineral no nosso país.

Ela está ajudando o Brasil a se tornar não apenas auto-suficiente na produção de um combustível vital para o seu desenvolvimento soberano e sustentável. É, hoje, uma das maiores empresas do mundo no setor de extração do petróleo. Desenvolve tecnologia própria e experiência reconhecida em áreas específicas, como a da exploração de petróleo em plataformas marítimas.



A Petrobras é uma empresa genuinamente nacional, que cada vez mais se volta para o exterior. É um exemplo para os empresários brasileiros de como podem ajudar o Brasil a integrar-se de forma competitiva à economia globalizada. É também um exemplo de coragem, de espírito empreendedor em busca de mercados e de novas tecnologias.

A Petrobras tem um papel central na “parceria estratégica” que o Brasil e a China vêm consolidando. A parceria entre a Petrobras e a Sinopec para a exploração conjunta de petróleo em águas profundas sinaliza a abertura de uma nova vertente de cooperação do Brasil com a China, extraordinariamente promissora.

Então, eu queria felicitar a decisão da diretoria da Petrobras de instalar seu escritório em Pequim.

Essa decisão é uma demonstração de que, assim como o Brasil, ela chegou para ficar.

Muito obrigado.

/rss



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do seminário “Brasil-China: Comércio e Investimentos, Perspectivas para o século XXI”

Pequim-China, 24 de maio de 2004

Senhor Hui Liangyu, vice-primeiro-ministro da China
Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,
Senhor Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Senhor Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

Senhora Dilma Roussef, ministra de Minas e Energia,

Senhor Guido Mantega, ministro do Planejamento,

Senhor Eduardo Campos, ministro da Ciência e Tecnologia,

Senhor Walfrido dos Mares Guia, ministro do Turismo,

Senhor Wan Jifei, presidente da CPPIT,

Senhor Geraldo Alckmin, governador de São Paulo,

Senhor Blairo Maggi, governador do Mato Grosso,

Senhor Wellington Dias, governador do Piauí,

Senhor Jorge Viana, governador do Acre,

Senhor José Orcírio de Miranda, governador do Mato Grosso do Sul,

Senador Eduardo Siqueira Campos,

Senhor Fan Xiaojian, vice-ministro da Agricultura,

Senhora Ma Xiuhong, vice-ministra do Comércio,

Deputada Telma de Souza,

Deputado Ricardo Rique,

Deputado Carlos Melles,

Deputado Zezeu Ribeiro,



Deputado Carlito Merss,
Deputado Paulo Rocha,
Deputado André Zacharow,
Deputado Henrique Fontana,
Deputado Miguel de Souza,
Deputado Renato Casagrande,
Embaixador Jiang Yuande, embaixador da China em Brasília,
Embaixador Afonso Celso de Ouro Preto, embaixador do Brasil em Pequim

Senhoras e senhores empresários da China e do Brasil,
Senhoras e senhores,

Antes de ler o meu pronunciamento eu queria dizer da alegria imensa que estou sentindo neste momento, de poder estar, aqui, na China, quando estamos comemorando 30 anos de relações internacionais. Mais feliz, ainda, porque em nenhum momento da história do meu país uma viagem despertou tanto a atenção da imprensa e dos empresários brasileiros como esta viagem para a China. Por isso eu peço aos empresários brasileiros, eu sempre dou um recado: a China é uma espécie de *shopping* de oportunidades para se fazer bons negócios, para comprarmos, para vendermos, para fazermos parcerias no Brasil e parcerias na China. Portanto, esse comércio, neste começo do século XXI, vai exigir de nós mais ousadia, mais teimosia, mais criatividade e, eu diria, mais vontade de vencer pelas nossas próprias pernas e pela nossa própria capacidade. Por isso eu estou alegre de estar aqui, de ver tanto entusiasmo, de ver tanta alegria e otimismo estampados na fisionomia de cada um de vocês.

Esse vídeo institucional que passou aqui é apenas uma pequena parte daquilo que somos capazes de fazer. É apenas uma pequena parte daquilo que é a criatividade, a inteligência, e a capacidade empreendedora e produtiva do povo brasileiro.



Não tenho nenhuma dúvida de que a partir desta nossa visita, a partir deste encontro, a partir dos encontros que teremos em Xangai, eu penso que nós estaremos consolidando, definitivamente, uma das mais sólidas relações políticas, comerciais, culturais e econômicas que o Brasil já teve neste continente.

Eu espero que os empresários brasileiros e todas as pessoas do meu governo tenham para com a China o mesmo carinho que a China tem demonstrado para com o Brasil. Relações comerciais e relações políticas serão muito mais sólidas se nós tivermos uma relação de confiança e uma relação humana perfeita.

Nem a Internet, nem o mais sofisticado computador do mundo substitui um olhar, um aperto de mão e um gesto de confiança. Por isso a presença de todos vocês aqui é a mais sólida consolidação de que essa relação veio para ficar.

Ontem, participei do ato de inauguração do escritório da Petrobras, pelo que ela significa para nós brasileiros, pelo que ela significa para a economia e para a história do Brasil. Se a Petrobras está com esse grau de confiança com a China não há porque outro setor da economia brasileira não ter a mesma confiança, por isso eu estou feliz por retornar à China, desta vez como presidente da República do meu país.

Este é um país que encanta a humanidade. Desde o primeiro dia de meu governo, ainda em meu discurso de posse, anunciei que a China seria prioridade nas relações externas do Brasil.

Trouxemos a este país a maior missão empresarial jamais organizada para um evento desta natureza. Com convicção e determinação, estamos transformando nosso comércio exterior. Os empresários que me acompanham são testemunhas e partícipes da conquista de mais este marco nas relações externas do Brasil.



Agradeço e saúdo os chineses presentes a este encontro empresarial. Aqui estão reunidos autoridades governamentais, empresários, acadêmicos, formadores de opinião, enfim, todos aqueles que se interessam pelo Brasil e pelo estreitamento das nossas relações.

Brasil e China têm muito em comum.

Compartilhamos o mesmo objetivo de integrar nossas economias, de forma competitiva, ao mercado globalizado do século 21. Mas procuramos vencer esse desafio sem deixar de lado nossas obrigações com o desenvolvimento econômico e social de nossos respectivos países.

A integração no mercado global é importante, mas também é importante fazer com que esse processo garanta a inclusão de todos. Crescimento econômico só faz sentido se for acompanhado de justiça social.

A China sempre se pautou por essa premissa. Hoje, é com admiração que o mundo vem acompanhando o resultado que alcançou nas suas políticas econômicas e sociais. O êxito chinês abre agora enormes possibilidades de cooperação com os parceiros externos. Por isso ela está no centro das atenções do mundo neste início de século. Brasil e China comemoram 30 anos do estabelecimento de relações diplomáticas. Celebramos esse aniversário com grande alegria. Soubemos trabalhar para o desenvolvimento desta relação.

Hoje, temos uma relação política sólida, um comércio crescente e diversificado, uma corrente próspera de investimentos mútuos e conquistas importantes no campo da ciência e da tecnologia. Mas há muito mais por fazer.

Brasil e China estão desenvolvendo uma parcela estratégica, diria mesmo exemplar, entre países em desenvolvimento.

No âmbito do comércio bilateral, a China tornou-se, em 2003, o terceiro maior mercado de destino para as exportações brasileiras e o quinto maior supridor de produtos importados pelo Brasil.



Nos últimos anos, o comércio bilateral tem apresentado excepcional crescimento, passando de 1,5 bilhão de dólares, em 2000, para 8 bilhões de dólares em 2003. Este é um dado que fala por si só.

Ao que tudo indica, 2004 será um ano com números ainda mais animadores. De janeiro a março deste ano, o intercâmbio entre os dois países já teve um aumento de cerca de 60% em relação a igual período de 2003. E esse aumento envolve não apenas produtos tradicionais, mas também reflete expressiva diversificação da nossa pauta de comércio.

No caso das exportações brasileiras, vemos com satisfação que, para além da soja e do minério de ferro, estamos também vendendo produtos de maior valor agregado, como laminados de aço, automóveis, autopeças, óleo de soja, celulose, máquinas e instrumentos mecânicos, suco de laranja e outros.

Mas é fundamental continuarmos as conversações bilaterais para que o Brasil possa satisfazer a demanda chinesa em outros setores.

No caso dos produtos agroindustriais, como a carne, por exemplo, o avanço nos entendimentos sanitários e fitossanitários permitirá a abertura de novas oportunidades.

O Brasil assumiu, em 2003, a condição de maior exportador mundial de carne bovina, o que provocou a sanidade e a qualidade da carne brasileira.

No âmbito dos produtos industrializados, não poderia deixar de mencionar o etanol. Sabemos que a China está firmemente empenhada em desenvolver um programa voltado para a utilização do etanol como fonte alternativa de energia.

O Brasil tem uma experiência única nesse campo e está pronto a cooperar com a China na transferência de conhecimentos no campo da produção e comercialização do produto, bem como na adaptação e montagem dos motores para veículos.

É igualmente promissor o intercâmbio na área dos investimentos. Há alguns anos, várias empresas brasileiras já se instalaram na China. Outras



estão por vir. No sentido inverso, muitas empresas chinesas estabeleceram-se no mercado brasileiro e o sucesso de suas operações estão estimulando outras a fazerem o mesmo.

Do lado dos investimentos brasileiros realizados na China, não poderia deixar de destacar a decisão da Embraer de associar-se com a empresa aeroespacial chinesa AVIC II para produzir e comercializar, neste país, aviões de passageiros de alcance regional. Esse empreendimento muito nos orgulha. Ele é emblemático de uma parceria Sul-Sul na área empresarial.

Entre os grandes projetos de cooperação bilateral, também merece ser destacada a criação da empresa Baovale, formada pela Companhia Vale do Rio Doce e pela Baosteel, com vistas à ampliação da produção brasileira de aço. Esse investimento é superior a 1 bilhão de dólares.

Outra grande empresa brasileira, a nossa Petrobras, também está desenvolvendo ações de parceria com diversas companhias estatais chinesas, em particular a Sinopec, para exportação de petróleo, a exploração do produto em terceiros mercados e o intercâmbio de conhecimento na tecnologia de processamento do xisto.

Com satisfação, saudamos a abertura do escritório da Petrobrás em Beijing.

No campo da ciência e tecnologia, também estamos dando uma demonstração de parceria modelar. Construimos e lançamos dois satélites, com a mais moderna tecnologia.

Estamos caminhando agora para o terceiro satélite e para o aprofundamento da cooperação na comercialização e cessão das suas imagens a terceiros países, bem como na produção de diversos aplicativos no setor aeroespacial.

Caros amigos,

Há um setor no qual estamos desenvolvendo novas parcerias, das quais muito me orgulho. É o caso dos entendimentos para facilitar e ampliar o



intercâmbio de turistas entre Brasil e China, que terão também um impulso decisivo a partir desta visita.

Mais de 40 empresários do setor de turismo me acompanham nesta viagem, com o intuito de encontrar seus homólogos chineses para tratar das ofertas disponíveis para grupos de turistas.

O turismo também ajuda a aumentar o conhecimento mútuo. Tem uma dimensão humana e cultural que transcende seus aspectos econômicos.

Senhoras e senhores,

A relação que estamos construindo com a China pauta-se pelo respeito mútuo e pela multiplicação dos contatos entre nossas respectivas realidades.

Ambos os países se aparelham para tirar o melhor proveito dessa relação, seja no campo econômico-comercial, seja no campo da cultura e das artes, seja no campo da ciência e tecnologia, seja no campo das políticas voltadas para o desenvolvimento social.

Trinta anos depois do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China, intensificam-se nossas relações econômico-comerciais e políticas. Estamos no caminho certo. Aproveitamos as grandes oportunidades que se abrem para o incremento das trocas e para uma cooperação mais abrangente.

É chegada a hora de consolidarmos, em definitivo, uma parceria estratégica entre nossos países. Queremos dar um salto qualitativo nessa relação estratégica. Queremos uma parceria que integre nossas economias e sirva de paradigma para a cooperação Sul-Sul.

É dentro desse espírito de otimismo e confiança que faço votos ao contínuo desenvolvimento das relações de comércio e amizade entre nossos povos.

Eu quero terminar dizendo a vocês que a relação entre China e Brasil é uma relação que só tende a crescer no campo da cultura, só tende a crescer no campo comercial. E por que só tende a crescer? Porque se vocês prestarem



atenção, o Brasil não tem contenciosos do passado, não tem contenciosos históricos, e dois gigantes como China e Brasil, sem contenciosos históricos, sem divergências históricas, estarão livres para pensar apenas no futuro. E vocês significam esse futuro de China e Brasil.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
inauguração do Núcleo de Cultura Brasileira na Universidade de Pequim
Pequim-China, 25 de maio de 2004**

Eu quero neste momento cumprimentar o Magnífico Reitor da
Universidade de Pequim, senhor Xu Zhihong,

Quero cumprimentar os Embaixadores do Brasil na China e o
Embaixador da China no Brasil,

Quero cumprimentar os governadores de Estado do Brasil que estão
presentes nesta inauguração do Núcleo de Cultura Brasileira. O Governador do
estado de São Paulo, o Governador do estado de Minas Gerais, o Governador
do estado do Acre,

Quero cumprimentar os deputados presentes,

Quero cumprimentar os ministros do Brasil,

Quero cumprimentar o senador Eduardo Siqueira, que está aqui
representando o Congresso Nacional e o Senado da República,

Quero cumprimentar os jornalistas chineses e brasileiros,

Mas, sobretudo, quero cumprimentar uma companheira muito conhecida
do povo chinês, a nossa querida Lucélia Santos, que ficou famosa na China
com a novela Escrava Isaura; na China e em outras partes do mundo. Eu
lembro que estive em Cuba, numa reunião com a direção do Partido Comunista
Cubano e, num belo momento, paramos a reunião porque tinham que assistir a
novela.

Quero cumprimentar o Presidente da Petrobrás,

Quero cumprimentar o Presidente da Embrapa, o maior instituto de
pesquisa da agricultura brasileira,

Meus amigos,

Minhas amigas,



É para mim uma grande honra inaugurar, nesta ocasião, o Núcleo de Cultura Brasileira na Universidade de Beijing. Espero que este encontro abra uma nova etapa no intercâmbio educacional, cultural e científico de Brasil e China.

O Núcleo destina-se, principalmente, a atender estudantes de língua portuguesa e interessados na cultura brasileira. Para tanto, disporá de bibliotecas, com acervo de livros de autores brasileiros, não apenas em língua portuguesa, mas também em chinês, inglês e espanhol. Contará igualmente com discoteca e videoteca.

Estou seguro que essa iniciativa permitirá que os estudiosos chineses tenham uma melhor compreensão da realidade econômica, social, política e cultural do Brasil.

Como a China, somos um país que possui herança cultural rica e diversificada. O aprofundamento das relações entre nossos dois países, nos mais diversos setores, deve incluir, necessariamente, a cooperação cultural e universitária.

No Brasil, as universidades de Brasília, de São Paulo e a Cândido Mendes já oferecem cursos de língua e cultura chinesas a alunos cada vez mais interessados em ampliar seus horizontes.

O Núcleo de Cultura Brasileira vem somar-se ao leitorado brasileiro já existente na Universidade de Beijing. Ele foi inaugurado, recentemente, com o apoio do governo brasileiro, com o objetivo de fomentar o ensino de língua portuguesa, em sua vertente brasileira, bem como de divulgar a cultura brasileira.

Este Núcleo poderá, em colaboração com o leitorado brasileiro e com a Universidade de Pequim, oferecer cursos intensos sobre distintos aspectos da realidade e da cultura brasileira, a serem ministrados por especialistas para aqueles alunos que forem progredindo no conhecimento da língua portuguesa.



Cursos poderão também vir a ser oferecidos, eventualmente, em língua inglesa, sobretudo, na área de relações internacionais e economia.

Meus amigos,

China e Brasil são dois grandes países em desenvolvimento, que sofreram processos tardios de industrialização na periferia do mundo, em meio a intensas transformações sociais e políticas.

Nossas histórias, nossas tradições culturais e, sobretudo, os desafios que temos pela frente impõem uma reflexão continuada que nos permita melhor compreender e transformar nossas realidades.

Espero que este Núcleo desencadeie um vasto movimento de pessoas e de idéias entre nossos dois países.

Obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura da Conferência do Banco Mundial sobre Combate à Pobreza**

Xangai, China, 26 de maio de 2004

Excelentíssimo senhor Wen Jiabao, primeiro-ministro da República Popular da China,

Meu caro Wolfensohn, presidente do Banco Mundial,

Excelentíssimo Presidente da Tanzânia,

Excelentíssima Ministra de Bangladesh,

Excelentíssimo Ministro de Finanças da China,

Excelentíssimo Prefeito de Xangai,

Demais autoridades presentes,

Meus amigos governadores brasileiros,

Ministros, senadores e deputados que me acompanham nessa viagem,

Senhores participantes desta Conferência que trata de um assunto tão importante e delicado para os governantes do mundo inteiro,

É para mim motivo de grande satisfação estar em Xangai, no contexto de minha primeira visita à China como presidente do Brasil.

Fico especialmente feliz em poder participar, nesta bela e dinâmica cidade, de conferência sobre tema que é caro ao Brasil e a mim pessoalmente.

O combate à fome e à pobreza sempre esteve no centro de minhas atenções e é hoje um tema central para o governo, tanto em sua ação interna, como externa.

Sei o que é a fome e sei o que é a pobreza.

Sei também que o problema da fome e da pobreza não será resolvido da noite para o dia.



A superação da pobreza requer muito mais do que medidas de caráter emergencial e assistencial, por mais importantes que estas sejam.

Não resolveremos o problema da pobreza enquanto não formos capazes de conjugar crescimento econômico com justiça social.

No Brasil, estamos combatendo a fome, a pobreza e as desigualdades.

Ao mesmo tempo, procuramos emancipar, a médio e longo prazos, os beneficiários de programas assistenciais.

Estamos agindo com forte sentido de urgência para que milhões de brasileiros possam alcançar condições de dignidade humana e de cidadania.

O Programa Fome Zero traduz a preocupação do governo em garantir, a todos os brasileiros, qualidade, quantidade e regularidade no acesso à alimentação.

Para além da distribuição de alimentos, estamos tomando medidas de caráter estrutural.

Fomentamos a aquisição de alimentos produzidos pelo pequeno agricultor, induzindo, desse modo, o desenvolvimento local.

Promovemos a construção de cisternas e a criação de bancos de alimentos.

Tudo isso, associado ao acesso ampliado à saúde e à escola.

Um aspecto fundamental do Fome Zero é a parceria com o setor privado.

A mobilização do setor empresarial e da sociedade civil garante nosso compromisso com o controle público dos programas.

Outro programa-chave do governo, o Bolsa-Família, é fruto da unificação e ampliação de antigos programas de transferência de renda para famílias em situação de pobreza, com renda per capita de até 35 dólares mensais.

Atualmente o programa beneficia cerca de 4 milhões de famílias.

Até o fim do ano, 6,5 milhões de famílias serão incluídas no Programa.



A partir de uma gestão coordenada e integrada, a transferência do benefício financeiro de forma unificada aumentou significativamente a qualidade dos gastos públicos.

São muitos outros os programas sociais do governo que se voltam, entre outras metas, para a alfabetização de jovens e adultos, a saúde da família e a erradicação da pobreza.

Depois de um primeiro ano de difíceis ajustes econômicos, entramos em um ciclo de crescimento sustentado.

Entre janeiro e abril deste ano, foram criados 534 mil novos empregos, sendo o melhor saldo desde 1992.

Mas há também muito o quê fazer no plano externo, notadamente em prol dos esforços internacionais de combate à fome e à pobreza.

É preciso promover a expansão do mercado mundial para os produtos de países em desenvolvimento e favorecer um comércio internacional livre, equilibrado e capaz de oferecer oportunidades de distribuição da riqueza a todos que dele participam.

E isso passa pelo fim dos escandalosos subsídios que muitos países desenvolvidos concedem a sua produção e exportação agrícolas, gerando graves distorções e assimetrias na economia mundial.

Não é possível que as vacas, em alguns países desenvolvidos, recebam mais de 2 dólares em subsídios a cada dia, enquanto metade da população do globo tem que sobreviver com menos do que isso.

Há um mês, o Brasil e outros países em desenvolvimento obtiveram uma vitória sem precedentes no tema dos subsídios à produção e exportação do algodão.

Já se pode antever a grandeza desse precedente e sua importância na luta contra os obstáculos que se erguem ao desenvolvimento econômico e social de dois terços da humanidade.



É preciso também respeitar os compromissos e prazos que assumimos nas Conferências de Monterrey e Joanesburgo de aumentar a ajuda oficial ao desenvolvimento.

A erradicação da pobreza exige que cada um cumpra o seu papel.

Venho a Xangai para reiterar o apelo que fiz em outros encontros internacionais: Porto Alegre, Davos, Evian, Londres, Nova York e Genebra. Venho convocando o setor privado e doadores individuais a contribuírem para os diferentes fundos e iniciativas de erradicação da fome e da pobreza.

O Fundo IBAS, instituído, no ano passado, por Brasil, Índia e África do Sul, no âmbito do PNUD, constitui iniciativa pioneira.

Três países em desenvolvimento, cientes de que também têm obrigação moral, política e econômica de ajudar seus pares na superação da pobreza, tomam a frente e inauguram um fundo que vai ao encontro do tema central desta Conferência em Xangai.

O Fundo foi idealizado para financiar boas práticas e projetos bem-sucedidos que possam ser ampliados e reproduzidos em outros países em desenvolvimento.

Não visa a competir, mas a complementar propostas já existentes, tais como o Fundo da Solidariedade Mundial, de iniciativa da Tunísia.

A execução de seus projetos contará com a participação de agências do sistema das Nações Unidas, responsáveis pelas áreas de segurança alimentar, saúde, educação e saneamento.

Em uma declaração conjunta, em janeiro último, firmada em Genebra, os presidente Chirac, da França, o presidente Lagos, do Chile, o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan e eu próprio exprimimos a determinação de trabalhar com outros líderes mundiais em um plano de ação para a superação da fome e da pobreza.

Concordamos em fazer um apelo conjunto para a formação de uma aliança global que mobilize vontade política e apoio financeiro.



Só assim alcançaremos, até 2015, as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Para tanto, estabelecemos um grupo técnico com o objetivo de estudar propostas de mecanismos alternativos de financiamento.

Entre elas incluem-se a taxação de certas movimentações financeiras, dos paraísos fiscais, do comércio de armas, bem como a proposta britânica de um Mecanismo de Financiamento Internacional, o IFF.

Não temos o monopólio das boas idéias, nem queremos “reinventar a roda”.

Queremos encontrar meios de levar adiante compromissos assumidos, mas nunca cumpridos.

Trata-se, sobretudo, de um exercício de mobilização.

Também estão sendo tratadas formas de promover investimentos socialmente responsáveis e contribuições voluntárias do setor privado.

O relatório do grupo deverá estar concluído até julho. Circulará entre os membros da ONU e, juntamente com contribuições de governos e instituições, servirá de base aos debates em reunião para a qual estou convidando todos os líderes mundiais, no dia 20 de setembro, em Nova York, com o apoio do secretário-geral Kofi Annan.

Dentro de duas semanas, estaremos sediando, em São Paulo, a 11ª Unctad, cujo tema não poderia ser mais atual e oportuno.

É enorme a contribuição que a Unctad pode dar na promoção de um debate abrangente sobre globalização, comércio, crescimento econômico e desenvolvimento com justiça social.

Em fins de junho, irei à Nova York para falar ao Global Compact, instituição que congrega grupo seleto de empresas socialmente responsáveis. Lá reiterarei meu apelo para que cada um cumpra o seu papel no combate à fome e à pobreza.



A agenda internacional tem se concentrado excessivamente nas questões de segurança.

É preciso reequilibrar a agenda internacional com uma atenção redobrada para as questões sociais.

A fome é, na verdade, a pior das armas de destruição em massa, pois vitima milhões de pessoas a cada ano.

O combate à fome e à pobreza e a promoção do desenvolvimento são o caminho sustentável e verdadeiro para a paz mundial.

A segurança da humanidade é indivisível.

Não podemos dissociar os aspectos políticos, econômicos, sociais, e ambientais da questão da segurança.

Não haverá paz sem desenvolvimento, e não haverá paz, nem desenvolvimento, sem justiça social.

Proponho uma mudança de atitude, uma genuína parceria global.

Ousemos criar um novo modelo de desenvolvimento, capaz de gerar melhores condições de vida para os mais vulneráveis.

Não se trata de uma utopia. Juntos, podemos avançar em direção a um mundo de prosperidade e equidade.

Esta Conferência em Xangai e eventos relacionados ao tema da pobreza compõem uma teia de oportunidades para que a revisão, em meados de 2005, da implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio aponte soluções concretas e factíveis ao principal desafio de nossos dias: o combate à fome e à pobreza.

Reitero aqui o meu convite a que todos os chefes de Estado e de governo participem do encontro em 20 de setembro em Nova York e contribuam para esta mobilização em prol de uma autêntica política de combate à fome no mundo.

Meus amigos e minhas amigas,



Dia primeiro de janeiro de 2003, quando tomei posse como Presidente da República do meu país eu disse que se, ao terminar o meu mandato, cada brasileiro ou brasileira pudesse comer no mínimo três refeições por dia, já teria valido a pena ser Presidente da República do meu país.

Passados 15 meses, estou mais otimista e mais convencido do que estava há 15 meses atrás. Estou convencido de que é possível estabelecer uma política econômica responsável, um modelo de desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, fazer a política social que precisa ser feita no nosso país.

Eu tenho dito ao nosso querido amigo Wolfenson que nós iremos vencer o problema da fome no mundo quando nós conseguirmos transformar a fome num problema político, porque enquanto a fome for um problema social servirá para belas teses acadêmicas, servirá para belos discursos, mas nós não chegaremos a eliminá-la. Quando transformarmos a fome num problema político e econômico, que seja determinado como prioridade por todos os governantes do mundo, a partir dos mais ricos até os mais pobres do mundo, e quando os pobres do mundo saírem do silêncio e começarem a gritar, aí então eu penso que todos nós iremos colocar a fome como prioridade zero.

O ser humano pode ficar sem muitas coisas na vida, mas tem direitos elementares que estão na Bíblia, que estão em todas as Constituições e que estão na Declaração Universal dos Direitos Humanos: todos têm direito a tomar café, almoçar e jantar todo dia. Esse é o direito mais elementar, portanto deve ser a obrigação mais elementar para que cada governante do mundo permita que seu povo tenha acesso a esses bens mínimos que a humanidade tanto precisa.

Boa sorte e, se Deus quiser, nós cumpriremos as metas do milênio.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do seminário “Brasil-China: uma Parceria de Sucesso”

Xangai, China, 26 de maio de 2004

Meus amigos da China,
Vice-Prefeito de Xangai,
Representante comercial para a América Latina do governo chinês,
Ministros,
Governadores,
Parlamentares,
Empresários e investidores chineses,
Empresários e investidores brasileiros,

Eu acredito que estamos vivendo, no dia de hoje, mais um momento auspicioso na relação China-Brasil. É importante que tenhamos bastante clareza e muita humildade para sabermos que, antes de nós, muitos trabalharam para que pudéssemos viver este dia. E eu espero que daqui a trinta anos outros empresários, outros governantes, ao visitarem a China tenham a dimensão de que o que nós estamos plantando terá frutificado o triplo ou, quem sabe, até mais do que já conquistamos até o dia de hoje.

Eu queria dizer que aqui, junto conosco, além das autoridades que já foram mencionadas, está o nosso querido Clayton, presidente da Embrapa, uma empresa que, certamente, tem muito conhecimento como a instituição de pesquisa mais importante do Brasil. A Embrapa pode contribuir muito nessa nova visão de política externa do Brasil.

Quero dizer da minha alegria de ter nessa delegação o nosso querido companheiro Jorge Samek, presidente da Itaipu Binacional. Quero dizer da nossa alegria de termos aqui, não como deputado, mas como empresário,



Armando Monteiro Neto, presidente da Confederação Nacional da Indústria brasileira e o nosso querido Roger, presidente da Vale do Rio Doce. O nosso querido Eduardo Dutra, presidente da Petrobrás que, ao inaugurar o escritório da Petrobrás em Pequim, demonstra claramente que a nossa relação será muito duradoura. Quero agradecer também ao ex-ministro Pratini de Moraes, que também trabalhou muito para que o Brasil pudesse chegar onde chegou.

Não vou me alongar mais falando de personalidades e autoridades brasileiras porque ainda temos uma pauta de compromissos, mas eu queria, sobretudo, dizer aos brasileiros que vieram comigo que aproveitem para conhecer a China, aproveitem para conhecer o potencial de investimentos que o Brasil tem na China, e aproveitem também para estudar com carinho o potencial de investimento que a China tem no Brasil.

Eu digo sempre que relação comercial é uma via de duas mãos. Obviamente, todos nós sempre queremos vender mais do que comprar, mas é importante que a relação comercial seja equilibrada para que os dois países possam estar contentes e satisfeitos. Todos nós conhecemos, na vida pessoal, que o bom negócio é aquele que contempla os dois, ou seja, quem compra e quem vende. E eu acho que nós precisamos estar preparados para comprar e para vender porque essa relação com a China é, definitivamente, uma relação estratégica. Eu acho que China e Brasil só têm a ganhar com o aperfeiçoamento das nossas relações.

Eu queria dizer que está entre nós uma pessoa que possivelmente seja muito conhecida do povo brasileiro mas, certamente, não é menos conhecida do povo da China, a nossa querida Lucélia Santos que, como no Brasil, marcou presença na China com a novela Escrava Isaura. Me disseram que os chineses conheciam duas pessoas importantes no Brasil: o Pelé e Zola, que é como tratavam a escrava Isaura.



Gostaria inicialmente de manifestar minha satisfação em ver tantos empresários chineses e brasileiros reunidos nesta pujante e dinâmica cidade de Xangai.

São encontros como este que farão que nossa parceria estratégica seja mais do que uma realidade política ou diplomática e adquira também substância comercial e econômica.

O intercâmbio de depoimentos e experiências entre os empresários dos dois países abre caminho para novos negócios que impulsionarão investimentos e comércio.

A China é um país de história milenar; o Brasil é uma nação comparativamente jovem; geograficamente estamos distantes. Mas, nos unem os mesmos anseios de desenvolvimento e de justiça social.

Somos dois grandes países em desenvolvimento que procuram integrar-se nas correntes internacionais de comércio e investimento sem abrir mão da autonomia de nossos processos decisórios.

Daí a importância de nossa aliança estratégica – não só para intensificar nosso relacionamento recíproco, mas para modificar as regras injustas que, hoje, presidem o comércio internacional.

Senhoras e senhores empresários,

No ano passado, a China foi o terceiro maior país de destino para as exportações brasileiras.

Soja e minério de ferro têm sido os produtos tradicionais em nossas vendas para este país.

Hoje, a pauta começa a diversificar-se.

Estamos exportando aço, veículos, autopeças, celulose, óleo de soja, suco de laranja e outros produtos de maior valor agregado.

O Brasil é competitivo em uma grande gama de produtos e serviços: da engenharia civil ao software; do etanol à fabricação de aviões.



A China, por sua vez, tem revelado enorme capacidade de adaptar-se a novas circunstâncias, e tem sabido demonstrar a ousadia necessária para investir em novos mercados.

Desejamos dar continuidade aos planos conjuntos de investimento.

Com grande satisfação, concluímos, em Beijing, um entendimento para facilitar investimentos chineses na recuperação e expansão de parte da malha ferroviária brasileira.

Vi, também com grande alegria, que muitas das empresas aqui representadas estão levando adiante projetos de empreendimentos conjuntos em áreas variadas, como as da siderurgia, da exploração de petróleo, da produção de alumina e de bens de consumo diversos.

Celebro também os avanços nos entendimentos para facilitar o fluxo de turistas entre os dois países.

Tive, ontem, a confirmação pelo presidente Hu JinTao que a China concedeu ao Brasil o status de destino turístico autorizado.

As operadoras e agências de viagens darão início prontamente a seus trabalhos para promover o turismo em ambas direções.

Além da importância econômica, o turismo é especialmente valioso como instrumento de aproximação entre povos e culturas.

O conhecimento mútuo permitirá que nossas relações se aprofundem e diversifiquem.

Senhoras e senhores empresários,

Acabo de chegar de Pequim, onde mantive encontro extremamente proveitoso com o presidente Hu JinTao.

Coincidimos, em particular, quanto à importância de pautarmos nossas relações por um conjunto de quatro princípios e objetivos: do fortalecimento da confiança política, em pé de igualdade; o aumento do comércio em bases mutuamente vantajosas; a intensificação da cooperação em foros



internacionais e nas negociações multilaterais; e o aprofundamento do conhecimento e do intercâmbio entre as sociedades civis.

Como tive a oportunidade de assinalar em meus contatos em Pequim, com lideranças do setor público e do setor privado, o interesse gerado por esta visita pode ser considerado absolutamente inédito.

Trouxe à China uma delegação integrada por um grande número de ministros, governadores, parlamentares.

Acompanham-me mais de quinhentos empresários.

A imprensa nacional e internacional observa com atenção e expectativa este novo capítulo no relacionamento entre os dois maiores países em desenvolvimento do Oriente e do Ocidente.

Ao celebrarmos 30 anos de relações diplomáticas, chineses e brasileiros se redescobrem com os olhos voltados para um futuro de crescente cooperação.

Repito, aqui, o que afirmei ao Presidente desta grande nação: China e Brasil não possuem contenciosos de qualquer espécie, seja no plano político, seja no econômico.

Juntos, podemos somar esforços e trabalhar pelo nosso desenvolvimento em absoluta liberdade.

É neste espírito que conclamo os empresários, aqui reunidos, a explorarem plenamente as complementaridades entre nossas economias e aproveitarem as oportunidades que se abrem.

Estou certo de que todos os empresários presentes saberão desfrutar desta que é a maior missão empresarial brasileira jamais organizada em torno da viagem de um presidente da República ao exterior.

Este encontro é histórico. Dará uma inestimável contribuição para a construção desta nova e promissora era de nossa parceria estratégica.

Só me resta agradecer a todos pela presença, transmitir aos nossos amigos chineses todo nosso apreço, e desejar bons negócios!



Meus amigos e minhas amigas,

Amanhã estarei de partida para uma nova missão, não menos importante do que a outra que já realizamos. Amanhã vamos a Guadalajara, onde ocorrerá o encontro entre os representantes da América Latina e da União Européia. Estamos torcendo para darmos passos importantes para o aprimoramento das relações União Européia-Mercosul e, quem sabe, esse passo seja também tão importante quanto o que estamos vendo agora.

Mas saio da China com a certeza de que fizemos um extraordinário negócio ao acreditarmos em nós mesmos e, depois, acreditarmos na nossa relação estratégica com a China.

O que nós vimos aqui certamente mexeu com a consciência e com o coração dos empresários e das empresárias brasileiras. Um país com 1 bilhão e 300 milhões de habitantes; um país com crescimento, já há alguns anos, de mais de 7%; um país que diminui rapidamente o nível de pessoas que vivem na linha da pobreza e um país que se apresenta para o mundo como uma das economias mais poderosas para os próximos anos, merece de nós, brasileiros, um carinho todo especial.

Estou dizendo isso para concluir, chamando a atenção dos empresários brasileiros. Desde que tomamos posse, tomamos a decisão de procurar novos parceiros, de tentar estabelecer uma relação com países que têm muita similaridade conosco, e a China tem essa similaridade, inclusive no campo científico e tecnológico.

O Brasil não quer continuar sendo um mero exportador de soja e minério de ferro. Nós chegaremos a atingir a perfeição na relação comercial com a China quando estivermos exportando e importando conhecimento, quando estivermos exportando e importando tecnologia de ponta, quando estivermos ajudando, numa atuação conjunta, a mudar as regras na Organização Mundial do Comércio.



Por isso, saio deste encontro olhando na fisionomia de cada empresário, de cada investidor, de cada político brasileiro ou chinês, dizendo a vocês que essa aliança não tem volta. Certamente, teremos algumas pessoas no mundo torcendo para que essa aliança não dê certo. Mas, certamente, se somarmos 1 bilhão e 300 milhões de chineses, 178 milhões de brasileiros e, quem sabe, outros milhões de seres humanos do Terceiro Mundo que torcem para que alianças como essas sejam feitas com outros países, eu não tenho dúvida de dizer para vocês que os que estão torcendo a favor são em número muito maior do que aqueles que possam torcer contra.

O Brasil tem potência e tem competência para fazer isso com outras nações, porque nós temos certeza de que o Brasil pode ocupar um espaço de destaque no mundo e fazer novas parcerias como esta que estamos fazendo aqui. Porque a China precisa, porque o Brasil precisa; porque os chineses acreditam, porque os brasileiros acreditam; porque os chineses têm competência e porque nós temos competência e, por isso, o resultado não poderia ter sido diferente.

Saio daqui com a convicção de que essa viagem foi primorosa do ponto de vista do sucesso alcançado. E olhe que ainda estamos plantando muitas coisas, já estamos colhendo algumas, mas estamos plantando outras que, certamente, nos próximos anos outros virão para colher.

Boa sorte, bons negócios e que tenhamos toda a felicidade do mundo.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República em exercício, José Alencar, no
Fórum Intergovernamental da Promoção da Igualdade Racial**

Hotel Pathernon, Brasília-DF, 27 de maio de 2004

Quero cumprimentar nossa querida ministra Matilde Ribeiro, secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pela iniciativa de realizar aqui este Seminário.

Cumprimento nosso companheiro, ministro de Estado-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, meu coestaduano de minas,

Cumprimento também o meu coestaduano do Rio Grande do Norte, deputado Vicentinho, que está aqui conosco,

Cumprimento a excelentíssima senhora Valéria Pires Franco, ilustre vice-governadora do estado do Pará,

Quero cumprimentar também o Luiz Abílio de Souza Neto, governador interino de Alagoas,

Excelentíssimas autoridades aqui presentes,

Senhoras e senhores,

É realmente excepcional a satisfação que tenho de estar aqui, participando da abertura deste encontro, deste Fórum que vai, naturalmente, realizar trabalhos altamente produtivos nesses dois dias em que se realiza.

A cerimônia deste Fórum é sempre razão para que todos nós, brasileiros, estejamos mais próximos desta causa de igualdade racial. Nosso país tem todas as características para levar ao mundo o exemplo da igualdade racial, porque a raça brasileira aqui constituída, é a raça mais miscigenada que pode haver. Aqui nós temos influência de todos os povos, especialmente dos



povos africanos, que participaram grandemente do trabalho de construção do país.

A cerimônia da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, cuja titular é a ministra Matilde Ribeiro, constituiu-se num marco do governo Lula. Eu não tenho dúvida de que o nosso presidente Lula, se não estivesse fora do país, estaria aqui prestigiando a abertura deste Fórum. Esta é a razão pela qual eu aceitei o convite honroso da ministra Matilde. Estarei, aqui, no sentido de constituir o marco do governo Lula, no sentido de ampliar as posições de ação do governo, para dar sustentabilidade às dimensões de raça e de gênero, reafirmando a responsabilidade da sociedade brasileira com grupos historicamente excluídos.

O presidente Lula lançou, em 20 de novembro do ano passado, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Esse foi mais um passo para a redução das desigualdades raciais no campo econômico, social, político e cultural. Para isso foram estabelecidos seis programas, que estão a cargo da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Para que esses programas e ações possam alcançar o seu objetivo, é necessário a adesão e a participação efetiva dos governos estaduais e municipais. Este Fórum tem, então, este objetivo: estimular os estados e municípios, assim como as empresas e as organizações não-governamentais, a adotarem, cada vez mais, programas que contemplem a promoção da igualdade racial. É necessário que todos os agentes sociais incorporem esta iniciativa em seus programas de atuação.

Há mais ou menos um mês, o presidente Lula me pediu que o representasse na posse do presidente Mbeki, na África do Sul. E me recomendou, quando estávamos preparando a viagem, que não deixasse de fazer um encontro especial com o presidente Mandela, em nome dele. Eu fiquei admirado quando me encontrei com o Mandela, pela atenção e a consideração que ele tem pelo presidente Lula. Então, foi realmente uma viagem muito



proveitosa para o Brasil, porque a África do Sul é um grande país. É um país de 45 milhões de habitantes, com cerca de 1 milhão e 200 mil quilômetros quadrados, mas que tem um desenvolvimento muito grande. E a gente sente que o povo está participando.

Na solenidade de posse do presidente Mbeki, quando chegou o presidente Mandela – o presidente Mandela não ocupa hoje um cargo executivo, ele é o homem que trouxe o maior exemplo para o mundo do que significa um resgate racial, foi uma coisa fantástica o trabalho que ele realizou, como todos sabem – ele chegou e, humildemente, se sentou no meio da platéia, do povo. É verdade que esse povo a que eu me refiro, é um povo constituído de autoridades do mundo inteiro. Havia lá mais de 100 países representados. Mas ele se sentou ali, ele não foi para o grande palanque que estava armado para as autoridades. Porém, houve, pelo menos, uns 15 minutos de hinos e de aplausos, no momento em que ele chegava e caminhava – ele tinha uma bengala, havia uma senhora e uma outra pessoa que lado dele, porque ele está andando com uma certa dificuldade – e durante todo esse tempo que ele caminhava, ele foi aplaudido e houve hinos que eles cantavam. São coisas da cultura deles, mas tudo aquilo era em homenagem ao presidente Mandela. Foi uma solenidade emocionante.

Depois disso foi que eu estive com ele. E quando eu falei que estava levando um grande abraço do presidente Lula, aí eu comecei a sentir o quanto o presidente Lula é conhecido, admirado e estimado, não só por ele, como pelas autoridades que lá estavam, porque antes do almoço nós tivemos uma reunião ampla, demorada, com vários presidentes de vários Estados que estavam ali representados e a primeira coisa que todos perguntavam era como estava o presidente Lula.

Então, isso é uma coisa que também traz para a gente uma grande alegria, de verificar que esse trabalho que o Presidente tem realizado em viagens ao exterior, tem sido proveitoso para o país, não só no que diz respeito



ao campo econômico, mas também ao campo político e cultural. O Brasil passa a ser mais conhecido e mais respeitado à medida em que o Presidente leva a sua mensagem, a sua presença e esse esforço que ele realiza nesse nosso país continental, que precisa, obviamente, ocupar o espaço que lhe cabe, de direito, por força também do valor de seu povo.

Então, é por isso que eu reitero Matilde, o meu abraço de congratulações, de parabéns, pela iniciativa de realização deste Fórum, que há de trazer grandes resultados para o objetivo a que se propõe.

Agradeço, mais uma vez o convite que me foi feito, ainda que não soubesse direito, pois eu pensei que o Fórum ia se realizar lá no Palácio, depois é que me disseram que era aqui. Mas, de qualquer maneira, foi um prazer muito grande receber aquele telefonema seu, reiterando o convite para que eu pudesse estar aqui, presidindo a abertura deste Fórum.

Muito obrigado a todos.

/rss



**Discurso do Presidente da República em exercício, José Alencar, na
solenidade do Dia Nacional da Mata Atlântica**

Palácio do Planalto, 27 de maio de 2004

Eminente senadora Marina Silva, ilustre ministra de Estado do Meio Ambiente,

Ilustre deputada Mariângela Duarte, aqui presente,

Senhor Graf von Waldersee, encarregado de Negócios da Embaixada da Alemanha, que também nos alegra, aqui, com a sua presença,

Senhor Marcus Barros, ilustre presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis,

Senhor José Tubino, representante da FAO no Brasil,

Senhor Diethmar Wenz, representante do Banco KFW,

Senhora Míriam Prochnow, representante da rede de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica,

Senhor Clayton Ferreira Lino, do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica,

Ilustre senhor Ricardo Alves Conceição, vice-presidente do Banco do Brasil, aqui presente,

Excelentíssimas autoridades que também nos prestigiam,

Senhoras e senhores,

Sempre que estou na interinidade, às vezes acontece alguma coisa que me faz agradecer o fato de estar, naquele momento, substituindo o nosso Presidente, por uns dias. E, agora, desta vez, nós tivemos realmente duas ocasiões muito importantes, ambas propiciadas pela senadora Marina Silva. Eu falo “senadora” por duas razões: nós trabalhamos juntos no Senado – eu fui senador até o final de 2002, ocasião em que, depois de eleito, tive que optar



para a Vice-Presidência. Tenho muita saudade do Senado. E a saudade que eu tenho do Senado, sempre se renova e se fortalece quando me lembro da ação, naquela Casa, desta grande ministra Marina Silva, sempre preocupada com questões maiores, que dizem respeito aos elevados interesses do nosso país.

De modo que minha primeira palavra é para reiterar minhas congratulações e meus parabéns pelo trabalho admirável que ela realiza à frente deste Ministério. A gente sente a segurança de que há alguém à frente de um Ministério importante, que se preocupa diuturnamente com os destinos da nação brasileira como um todo, desse território maravilhoso que nós temos.

Hoje, por exemplo, nós estamos aqui para falar de Mata Atlântica. Temos números, aqui, que são importantes. A Mata Atlântica já representou 15% do território nacional, portanto, de mata. Hoje, representa coisa parecida com 1% desse território. Então, aquela grande floresta que representava a Mata Atlântica é hoje uma verdadeira imagem do passado.

Eu sou nascido na Mata Atlântica. Muita gente é nascida na Mata Atlântica, porque a Mata Atlântica vai desde o Rio Grande do Sul até o Piauí e se estende também por Goiás, Mato Grosso; até em alguns outros países da América do Sul há regiões com características semelhantes, e também são consideradas região idêntica.

Mas, hoje é um dia especial. Por quê? Porque é o Dia Nacional da Mata Atlântica. E já foi explicado que 27 de maio é um dos últimos dias de maio. A Mata Atlântica, além da significação estratégica, por ser um dos biomas mais ricos do mundo, é considerada patrimônio nacional. Isso está na Constituição de 1988 e tem uma conotação cívica relevante, porque do pau-Brasil, ali nascido, nasceu o próprio nome do país.

Então, isso tudo faz crescer a importância da Mata Atlântica. A urgência de medidas de sua preservação e recuperação se justifica por algumas razões. Por exemplo, no ano do descobrimento, ela representava 15% do território



nacional, portanto, há 504 anos, mais de 1 milhão e 300 mil quilômetros quadrados eram a área ocupada pela Mata Atlântica. Hoje, isso é apenas uma imagem do passado, tendo em vista o que já se devastou. Ainda assim, abriga 1 milhão e 600 mil espécies animais e mais de 20 mil espécies de plantas. Na sua área de abrangência é gerado mais de 70% do PIB brasileiro. Então, é uma região muito rica. Provavelmente a força de toda essa região advém da importância da própria Mata Atlântica, nascida em terras férteis, porque toda Mata Atlântica é compreendida por terras muito férteis. A Mata Atlântica está presente, total ou parcialmente, em mais de três mil e 400 municípios, de 17 estados brasileiros, do Rio Grande do Sul ao Piauí, no litoral e, em parte, do Mato Grosso do Sul e de Goiás. Estende-se, ainda, à parte dos territórios do Paraguai e Argentina.

Com o trabalho de preservação e recuperação será assegurada a fertilidade do solo, a proteção de escarpas, de serras e encostas de morros, bem como de nascentes e fontes, regulando o fluxo dos mananciais. Esse trabalho ajuda, ainda, a regular o clima, a temperatura, a umidade e as chuvas, o que representa a melhoria da qualidade de vida para 120 milhões de brasileiros que estão em áreas de influência da Mata Atlântica.

Entidades e instituições nacionais e estrangeiras estão comprometidas com o projeto de recuperação da Mata Atlântica. Destacam-se o governo alemão, através do Banco Alemão de Crédito para Reconstrução, do Banco do Brasil, do Banco Mundial, da FAO, do Ministério do Meio Ambiente e da Rede de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica.

De modo que, hoje, é realmente um dia de grande satisfação para todos nós, especialmente para aqueles que estão, como nós, participando desta solenidade em que se assina este importante convênio, que representa recursos para serem aplicados nesse desiderato e, também, porque é sempre bom que alguns brasileiros se ocupem ou destinem algumas horas do seu trabalho ou da sua vida a causas dessa natureza.



De modo que reitero os parabéns à ministra Marina Silva e os agradecimentos a todos que colaboram com esse Ministério e com o trabalho dessa natureza.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
Reunião de Trabalho sobre Multilateralismo – III Cúpula América Latina e
Caribe – União Européia**

Guadalajara – México – 28 de maio de 2004

Multilateralismo e Coesão Social – temas desta III Cúpula América Latina e Caribe - União Européia – são centrais em nosso diálogo político iniciado em 1999. Permitem construir uma associação estratégica entre os dois continentes.

As mesas de trabalho de hoje – sobre multilateralismo e coesão social – estão indissolivelmente relacionadas.

O multilateralismo representa para as relações internacionais o que a democracia foi e é para as nações. Faço profissão de fé na superioridade do tratamento multilateral dos problemas e desafios internacionais que enfrentamos.

É necessário reafirmar e reforçar o multilateralismo para dar a legitimidade necessária à administração dos riscos e dificuldades que enfrenta a comunidade internacional e que requerem ação concertada para a sua superação.

Orgulho-me de ter sido um dos deputados que inscreveram na nossa Constituição o preceito segundo o qual o Brasil se guiará, em suas relações internacionais, por princípios como os da autodeterminação dos povos, da não-intervenção, da defesa da paz, da solução pacífica dos conflitos, do repúdio ao terrorismo e ao racismo, da primazia dos direitos humanos e da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Esses princípios são da essência mesma do multilateralismo.



Nada mais enganador que as promessas de eficiência do autoritarismo. Quantas vezes os resultados nefastos do autoritarismo não levaram ao sofrimento, ao conflito e ao caos?

Por isso mesmo, a prevalência do multilateralismo, com sua propensão ao diálogo e a conseqüente articulação de convergências, é do interesse de todos.

Daqueles que buscam no império da lei sua melhor defesa e esperança de justiça. Mas também dos que, tendo maior peso político e militar, encontrarão no multilateralismo o fator essencial de equilíbrio no exercício esclarecedor do poder.

Por vocação e por mandato, o Brasil esteve e estará sempre comprometido com a promoção ativa do multilateralismo: na prevenção dos conflitos, na manutenção da paz e da segurança internacionais, nas complexas tarefas da reconstrução.

Advogamos a cooperação para o desarmamento e a não-proliferação. São duas faces da mesma moeda, como bem sabemos todos aqueles que, como Brasil, México, Irlanda e Suécia, participam da Nova Agenda.

Somente com o pleno exercício da cooperação internacional para a paz e a solidariedade será possível preservar, e tornar realidade, bandeiras como as que levantamos nas grandes conferências dos anos 90: as dos direitos humanos, do desenvolvimento sustentável, da igualdade dos gêneros, do combate ao racismo e das múltiplas formas de discriminação e de exclusão social.

A cooperação internacional é hoje reclamada também para a erradicação da fome, a eliminação da pobreza, a preservação e o combate à AIDS e tantos outros desafios e problemas que afetam toda a humanidade.

No caso do Brasil, a prevalência do multilateralismo resulta, portanto, da convicção de que só o tratamento multilateral dos problemas e desafios nos



permitirá formular, e executar, uma agenda para a paz efetiva e uma verdadeira agenda para o desenvolvimento com justiça social.

O multilateralismo, como a democracia, exige representatividade e participação. Os resultados da cooperação internacional dependem da eficácia das ações empreendidas.

Essas preocupações, distintas e complementares, devem orientar a reforma da estrutura e funcionamento das Nações Unidas. Devem, igualmente, inspirar a busca da maior transparência, do aprimoramento e a constante atualização de práticas e mecanismos de que dispõem os países e as instituições financeiras internacionais para a cooperação no âmbito do sistema desenhado em Bretton Woods, há mais de meio século.

Em Cuzco, os países do Grupo do Rio reafirmamos a resolução de manter políticas macroeconômicas sustentáveis. Convocamos a comunidade internacional a uma reflexão sobre a necessidade de desenhar instrumentos anticíclicos, de ajustar os mecanismos de cooperação financeira para melhor viabilizar investimentos sociais produtivos.

As inversões em infra-estrutura são decisivas para o desenvolvimento econômico e social de nossos países. São benéficas para a economia e o bem-estar em todo o sistema internacional.

A governabilidade democrática sai fortalecida quando há paz e segurança.

O multilateralismo e a cooperação internacional darão alento à solidariedade, que pode ampliar nossos esforços para o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis de nossas economias, na América Latina e Caribe, e na União Européia. Procuremos aperfeiçoar, continuamente, a governabilidade democrática da comunidade internacional de que todos somos partes.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
Reunião de Trabalho sobre Coesão Social – III Cúpula América Latina e
Caribe – União Européia**

Guadalajara – México – 28 de maio de 2004

Com grandes sacrifícios, estamos empreendendo em nosso Continente a reestruturação de nossas economias.

Estamos saneando nossas finanças públicas. Modernizamos e tornamos mais eficiente a ação governamental. Adotamos a responsabilidade fiscal na gestão pública. Reduzimos as vulnerabilidades que comprometem e limitam o desenvolvimento econômico e social. Preparamo-nos para melhor interagir em uma economia crescentemente mundializada e interdependente.

Mas é evidente que não basta “fazer o dever de casa”, como tanto se diz.

Mais grave: todo nosso sacrifício não impediu que se mantivessem inalteradas, ou, pior, se agravassem, as estatísticas da fome, da pobreza, do desemprego, da desesperança.

No mundo globalizado são claros os limites para o que podem fazer nossa vontade e nossos esforços, isoladamente. Esses limites são ainda mais claros para os países mais vulneráveis dentre nós.

A fome, a pobreza, a desigualdade e a exclusão dividem nossas sociedades. Geram instabilidade política. Contribuem diretamente para o aumento da insegurança. Põem em risco a governabilidade democrática. E podem representar ameaça à paz e à segurança internacionais.

É preciso, portanto, enfrentar com determinação e coragem a discriminação, o preconceito, a exclusão, reverter a marginalização econômica e social de segmentos numerosos de nossas populações. Para transformar a vontade em ação são exigidos meios e instrumentos.



O desenvolvimento econômico é condição necessária, mas não suficiente. Não há desenvolvimento econômico verdadeiro sem distribuição de renda, sem justiça social.

A cooperação internacional tem papel importante a desempenhar nesse desafio. É indispensável para que nossa ação seja exitosa em cada um de nossos países.

Sempre que as economias da América Latina e do Caribe cresceram, nossas exportações aumentaram, assim como nossas importações. Abriram-se oportunidades para investimentos vantajosos em nossos países.

A cooperação internacional não só tem a generosa dimensão da solidariedade, ela beneficia economicamente a todos.

Tenho a convicção de que é preciso unir cooperação internacional à vontade e ao esforço nacional na luta a que estamos dedicados no Brasil para erradicar a fome e reduzir a pobreza.

A fome é a mais poderosa arma de destruição em massa. Mata 24 mil pessoas por dia, extingue a vida de 11 crianças por minuto. Atinge quase um quarto da humanidade. Reduz drasticamente a capacidade de produzir dos mais velhos. Compromete seriamente as possibilidades de aprendizagem. É nesse cenário que aparecem os ressentimentos de que se alimentam as soluções de violência para os problemas sociais e políticos.

A solidariedade tem de assumir a forma de uma parceria global, capaz de mobilizar a determinação política e o apoio financeiro, de energizar governos, o sistema das Nações Unidas, as instituições financeiras e comerciais internacionais. Deve reorientar prioridades e políticas de desenvolvimento. Deve buscar reduzir assimetrias econômicas e comerciais, através da eliminação das distintas formas de subsídio que perturbam o livre comércio.



A luta pela inclusão social não é batalha solitária. A convocação para a cooperação internacional tem partido, felizmente, de um número crescente de encontros e tem inspirado importantes iniciativas.

Lembro-me, em particular nesta direção, a Conferência de Monterrey sobre o Financiamento para o Desenvolvimento e a Conferência de Johannesburgo sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Destaco como instrumento de suma importância o Programa Mundial de Alimentos, o Fundo da FAO para a Segurança Alimentar, o Fundo da Solidariedade. A eles acrescento o Mecanismo estabelecido pelo Brasil, Índia e África do Sul, e o Mecanismo Internacional de Financiamento proposto pelo governo britânico.

Refiro-me, uma vez mais, à convocação do Grupo do Rio a mecanismos financeiros inovadores, feita durante a Secretaria Pro Tempore do Peru.

E termino minha intervenção reiterando o convite enviado a todos os chefes de Estado e de Governo para que se somem aos presidentes Chirac e Ricardo Lagos, ao secretário Kofi Annan, e a mim mesmo, no dia 20 de setembro; às vésperas da Assembléia Geral da ONU, para que sigamos e ampliemos o diálogo sobre o grande desafio de nossos dias: o do combate à fome, à pobreza e à exclusão social.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de embarque das tropas militares para missão de paz no Haiti
Base Aérea de Brasília, 31 de maio de 2004**

Excelentíssimo senhor José Alencar, vice-presidente da República e sua esposa, dona Mariza,

Meu caro embaixador José Viegas Filho, ministro da Defesa,

Meu caro embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,

Meu caro Agnelo Queiroz, ministro dos Esportes,

Meu caro Waldir Pires, controlador-geral da União,

Meu caro general Jorge Armando Félix, chefe do Gabinete de Segurança Institucional,

Meu caro Álvaro Costa, advogado-geral da União,

Minha querida companheira Marisa,

Almirante-de-esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, comandante da Marinha,

General de Exército Francisco Roberto de Albuquerque, comandante do Exército, e senhora Marina Antonina Teixeira Pinto de Albuquerque,

Tenente brigadeiro-do-ar Luiz Carlos da Silva Bueno, comandante da Aeronáutica, e senhora Sônia Maria Martins Bueno,

Meus caros deputados,

Deputado Luizinho,

Deputado Arlindo Chinaglia,

Paulo Delgado,

Ricardo Zaratini,

Deputado Francisco Rodrigues,

Senhores oficiais-generais,

General Américo Salvador de Oliveira,



Dom Geraldo Ávila, arcebispo militar,
Senhores integrantes da brigada do Haiti,
Militares da Marinha, Exército e Força Aérea Brasileira que embarcam
para essa missão de paz das Nações Unidas,
Meus amigos e minhas amigas, familiares dos integrantes da brigada do
Haiti,
Meus amigos e minhas amigas que vieram a essa solenidade,

É com sentimentos elevados que venho me despedir de parte do
contingente brasileiro que vai participar da missão de paz das Nações Unidas
no Haiti.

Trago a mensagem de apoio e confiança a todos os senhores e peço-lhes
que a transmitam aos que já partiram do Rio de Janeiro, no navio da Marinha
do Brasil.

O Brasil sente grande orgulho pelo convite que lhe foi feito para
acomodar a missão de paz no Haiti.

A comunidade internacional reconheceu a capacidade e a vontade de
nosso país de dar a sua contribuição para a paz no mundo. Também tenho
orgulho e satisfação de ver que nossas Forças Armadas estão preparadas e
dispostas a ajudar um país irmão.

O Haiti é o terceiro país com a maior população negra nas Américas. O
Brasil compartilha dessa herança africana e não poderia ficar indiferente diante
dos problemas que o povo haitiano está enfrentando.

A paz e a democracia são conquistas das quais os governos e os povos
latino-americanos devem orgulhar-se. Isso nos estimula a trabalhar pela
promoção da paz em nível global. A instabilidade, ainda que longínqua, acaba
gerando custos para todos nós. A manutenção da paz tem seu preço, e esse
preço é o da participação.

Ao nos manifestarmos diante de uma crise como a que está



acontecendo no Haiti, estamos exercendo nossa responsabilidade no cenário internacional. No caso do Haiti, consideramos que foram preenchidas as condições para uma operação da ONU. Como membro do Conselho de Segurança, o Brasil buscou refletir as preocupações de nossa região e interpretar os interesses do povo haitiano e da comunidade internacional.

Por esta razão, decidimos também aceitar o comando da operação de paz estabelecida pelo Conselho de Segurança que terá, entre outras tarefas, a responsabilidade de proteger civis sob ameaça, de apoiar instituições que defendam os direitos humanos, de promover a reconciliação nacional do Haiti. São desafios importantes, mas não nos intimidam.

A coragem, o sentido de dever e solidariedade e o elevado profissionalismo de nossas Forças Armadas, os preparam para enfrentar os árduos trabalhos que os esperam.

O mandato que, legitimamente, nos confere a sociedade internacional coincide com as causas que, no Brasil, defendemos.

Nosso compromisso com a paz e o desenvolvimento de um país irmão também foi bem traduzido pelo Congresso Nacional, que reconheceu a importância desse momento ao aprovar o envio de tropas brasileiras para o Haiti.

Saúdo a pronta decisão de vários países latino-americanos, sobretudo da América do Sul, de participarem dessa missão. A situação de crise no Haiti vai exigir um compromisso de longo prazo por parte da comunidade internacional em apoio à sua reconstrução econômica e institucional. Nosso objetivo é que os haitianos encontrem, no mais breve prazo, um ambiente propício à consolidação de sua democracia.

Ao longo dos próximos meses, suas famílias e amigos sentirão a distância e a saudade, mas terão também a íntima satisfação de saber que seus esposos e pais, filhos e amigos são parte de uma luta justa. Em mais algum tempo estaremos todos aqui, outra vez, reunidos. Ao seu regresso,



trarão consigo a certeza de terem prestado, com honra e dedicação pessoal, a sua contribuição e a sua solidariedade a um povo amigo. Partem com o apoio de toda nossa gente, regressarão com a alegria de cada um de nós.

Meus amigos,

Há 59 anos, nesse mesmo mês de maio, terminava a Segunda Guerra Mundial. Naquele terrível conflito, a Força Expedicionária Brasileira construiu as mais belas páginas da história de nossos homens de armas. Depois disso, nos engajamos sucessivamente em missões de paz com o mesmo ardor, coragem e compromisso de nossos pracinhas. Estamos seguros que cada um de vocês, inspirados em nossas melhores tradições, será capaz de manter alto, em terras haitianas, o nome do Brasil e os valores da paz e da solidariedade que tanto inspiram o nosso povo.

Boa sorte e que Deus os protejam.